



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

AMANDA CRISTINA LUTZ

**CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO
ESTUDANTIL (1990-2015)**

**CASCADEL – PR
2023**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

AMANDA CRISTINA LUTZ

**CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO
ESTUDANTIL (1990-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração: educação, linha de pesquisa: História da Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador(a): Dr. João Carlos da Silva

**CASCADEL – PR
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Lutz, Amanda Cristina
Consolidação da UNIOESTE: contribuições do movimento
estudantil (1990-2015) / Amanda Cristina Lutz; orientador
João Carlos da Silva. -- Cascavel, 2023.
136 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Movimento estudantil. 2. UNIOESTE. 3. História da
Educação. 4. Consolidação. I. Silva, João Carlos da, orient.
II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO



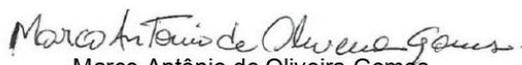
AMANDA CRISTINA LUTZ

CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1990-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa História da educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) - João Carlos da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Marco Antônio de Oliveira Gomes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)


Silvana Lazzarotto Schmitt
Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Cascavel, 27 de julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo que na universidade falamos sobre conhecimento científico, não é possível começar a agradecer sem ser primeiramente a Deus, força invisível que me iluminou durante esta caminhada, me dando forças para sempre continuar em frente, me acalmando nos momentos de aflição.

Ao meu orientador, professor Dr. João Carlos da Silva, pelo tempo que dedicou a mim e a esta pesquisa, por acreditar em mim e apontar os caminhos corretos durante a realização do mestrado, sempre com muita calma e paciência, demonstrando sua preocupação comigo em todas as etapas da pós-graduação e, também, com meu desenvolvimento pessoal e minhas angústias durante alguns momentos da pesquisa.

Aos professores que tive ao longo do meu percurso acadêmico, desde a educação básica até ao curso de mestrado, que colaboraram direta ou indiretamente com a construção deste estudo e para o meu crescimento intelectual.

Agradeço também aos docentes integrantes da banca examinadora, Dr. Marco Antônio Gomes e Dra. Silvana Lazzarotto Schmitt, pela disponibilidade e esforço ao analisar e avaliar o trabalho realizado, bem como pelas sugestões que contribuíram com a pesquisa, sempre feitas de forma cuidadosa e humana.

Agradeço, ainda, ao meu companheiro de vida, Guilherme, o melhor presente que ganhei, que sempre me incentivou, principalmente nos estudos, não medindo esforços para que eu pudesse continuar nessa jornada da melhor maneira possível e compreendendo a minha ausência quando necessário.

À minha família. Em especial à minha mãe, Luzia, que não poupou esforços para que eu pudesse chegar até aqui, sempre trabalhando para me dar o que tivesse ao seu alcance, tendo paciência comigo mesmo nos momentos de irritação. Ao meu irmão, Moisés, pela paciência de sempre, meu oposto e meu ponto de equilíbrio. Ao meu cunhado, Gustavo, meu sogro Tadeu e de forma especial à minha sogra Janice, que sempre me apoiaram nos estudos e acreditaram em mim.

Da mesma forma, meus agradecimentos à querida amiga e colega de programa, Deisiane, com quem pude contar durante todo o período da realização desta pesquisa, confiando os momentos de aflições e pela amizade que construímos durante esses dois anos e meio. Você foi um presente que eu ganhei e que irei levar para a toda vida.

Aos amigos, que não me atrevo a nomear pela possibilidade de injustiça, mas que foram apoio indispensável nesse período, seja das discussões e/ou desabafos sobre a vida e sobre o mestrado, sempre me acolhendo e me dando forças para continuar esta pesquisa, acreditando em mim e no meu potencial.

A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, pelo incentivo através da Licença para Qualificação Profissional, a qual me possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Professora Maria Aparecida Fagnani Soares, por todo o apoio recebido neste período, por compreenderem minha ausência na escola devido ao mestrado.

Aos colegas de turma, e de modo especial às meninas da linha de História, com quem tive bons momentos de conversa e de discussões acerca do mestrado e da vida pessoal.

À Darci da Rocha Almeida, ex-coordenador geral do DCE do Campus de Cascavel, que me cedeu o seu tempo para que eu pudesse coletar o seu depoimento, bem como disponibilizou documentos que guardou desde o período como líder estudantil para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta com a pesquisa, sendo por meio de depoimentos, sugestões, disponibilização de documentos etc. Muito obrigada a todos e a todas!

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta; ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.

(FLORESTAN FERNANDES)

LUTZ, Amanda Cristina. **CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL (1990-2015)**. 2023 136 f. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a importância do Movimento Estudantil (ME) na consolidação da UNIOESTE durante os anos de 1990 a 2015, período em que a universidade buscava a sua efetivação como instituição de ensino superior. A pesquisa se justifica pela lacuna acerca do tema, devido a ausência de estudos a partir do recorte temporal e geográfico elencados. A pesquisa ainda possui uma justificativa pessoal, pois fizemos parte de manifestações enquanto estudantes de Pedagogia nesta mesma instituição durante os anos de 2014 a 2017, em prol do Restaurante Universitário, luta que perdurou por cerca de vinte anos até a sua concretização. No âmbito regional, no início do período citado, a UNIOESTE passava pelo processo de reconhecimento, momento em que os acadêmicos demonstraram a importância das reivindicações para que este processo fosse consumado. Tencionando a responder como se deu o processo histórico das manifestações estudantis dos acadêmicos, utilizamos fontes bibliográficas e documentais acerca do ME em jornais, revistas, fotos, atas de reuniões, atas do COU, pesquisas em arquivos como: Biblioteca Pública Municipal de Cascavel/PR, Biblioteca da UNIOESTE Campus Cascavel, Museu da Imagem e do Som-Cascavel/PR, arquivos particulares, relatos de ex-integrantes do ME e de informações coletadas nas redes sociais e portais on-line dos DCEs dos cinco campi da universidade. Discorreremos sobre o processo de estadualização e de reconhecimento desta instituição e qual o papel dos estudantes nesse espaço. Identificamos e abordamos as principais pautas reivindicadas pelos acadêmicos e como realizaram as manifestações em defesa de uma educação pública de qualidade e a favor da assistência estudantil que abrangesse todos os estudantes dentro desta universidade.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; UNIOESTE; História da Educação; Consolidação.

LUTZ, Amanda Cristina. **CONSOLIDATION OF UNIOESTE: CONTRIBUTIONS FROM THE STUDENT MOVEMENT (1990-2015)**. 2023. 136 f. Master's Dissertation in Education. Graduate Program in Education. Area of concentration: Education, Line of Research: History of Education, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

ABSTRACT

This research aims to discuss the importance of the Student Movement (ME) in the consolidation of UNIOESTE during the years 1990 to 2015, a period in which the university sought to become an institution of higher education. The research is justified by the gap on the subject, due to the absence of studies based on the temporal and geographic cutout listed. The research still has a personal justification, as we took part in demonstrations as a Pedagogy student at this same institution during the years 2014 to 2017, in favor of the University Restaurant, a struggle that lasted for about twenty years until its realization. At the regional level, at the beginning of the afore mentioned period, UNIOESTE was going through the recognition process, when academics demonstrated the importance of claims for this process to be consummated. Intending to answer how the historical process of the student manifestations of the academics took place, we used bibliographic and documentary sources about the ME in newspapers, magazines, photos, meeting minutes, COU minutes, research in archives such as: Municipal Public Library of Cascavel / PR , UNIOESTE Campus Cascavel Library, Museum of Image and Sound-Cascavel/PR, private archives, reports from former members of the ME and information collected on social networks and online portals of the DCEs of the five campuses of the university. We discussed the process of stateization and recognition of this institution and the role of students in this space. We identified and addressed the main guidelines claimed by the academics and how they carried out the manifestations in defense of a quality public education and in favor of student assistance that covered all students within this university.

Keywords: Student Movement; UNIOESTE; History Education; Consolidation

LISTA DE IMAGENS

Imagem	Título	Pág.
Imagem 1	Paralisação pela federalização das faculdades municipais.	70
Imagem 2	Protesto por melhorias na educação.	71
Imagem 3	Reunião para a criação da UNIOESTE.	71
Imagem 4	Entrega do pedido de estadualização	74
Imagem 5	Protesto dos acadêmicos na BR-277	81
Imagem 6	Alunos em aula-protesto no calçadão de Cascavel	82
Imagem 7	Alunos tendo aula em sala improvisada no HRC	84
Imagem 8	Manifestação dos estudantes na BR-277	91
Imagem 9	Estudantes contra a cobrança de mensalidades	92
Imagem 10	Panfleto distribuído durante a realização do vestibular de 2009	96
Imagem 11	Manifesto elaborado pelo DCE Toledo	97
Imagem 12	Manifestação durante a passagem de Requião pela UNIOESTE	98
Imagem 13	Reunião dos DCEs da UNIOESTE	99
Imagem 14	Manifestação na Reitoria em prol do RU	100
Imagem 15	Manifestação em prol do RU em Marechal Cândido Rondon	101
Imagem 16	Assembleia Geral dos Estudantes do Campus de Toledo	102
Imagem 17	Manifestação dos estudantes contra o corte de verbas	103
Imagem 18	Encontro dos Estudantes da UNIOESTE	104
Imagem 19	Manifestação em frente a Reitoria	106
Imagem 20	Estudantes ocupam a Reitoria devido a demora do RU	107
Imagem 21	Estudantes de Cascavel visitam a construção do RU	108
Imagem 22	Manifestação dos estudantes de MCR devido à demora do RU	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Siglas	Significado
ACIC	Associação Comercial e Industrial de Cascavel
AI	Ato Institucional
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APIESP	Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASSOESTE	Associação Educacional do Oeste do Paraná
BM	Banco Mundial
CA	Centro Acadêmico
CACIOPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CDA	Código Disciplinar Acadêmico
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COU	Conselho Universitário
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENEP	Encontro dos Sindicatos de Servidores, Docentes e DCE
EUA	Estados Unidos da América
FACIBEL	Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
FACIMAR	Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon
FACISA	Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu
FACITOL	Fundação de Ensino Superior de Toledo
FECIVEL	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNIOESTE	Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná
FUOP	Fundação Universidade Oeste do Paraná
HRC	Hospital Regional de Cascavel
HUOP	Hospital Universitário do Oeste do Paraná
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
ME	Movimento Estudantil

MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PL	Projeto de Lei
PP	Plano Plurianual
RU	Restaurante Universitário
SETI	Secretaria do Estado e de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Paraná
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
TCH	Teoria do Capital Humano
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I- O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO ..	19
1.1. CONSTRUINDO A LUTA POLÍTICA	19
1.2. RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985).....	31
1.3. OS ESTUDANTES E A REDEMOCRATIZAÇÃO NOS ANOS 80	42
CAPÍTULO II- O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	46
2.1. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NOS ANOS 90	46
2.2. OS ESTUDANTES NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO	55
CAPÍTULO III- O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE	64
3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	66
3.1.1. Estudantes e professores no processo de constituição da UNIOESTE	68
3.2. LUTA DOS ESTUDANTES NA EXPANSÃO DOS CURSOS	78
3.3. OS ESTUDANTES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	85
3.4. EM DEFESA DA UNIOESTE: OS ESTUDANTES NO CONTEXTO DAS GREVES 92	
3.5. OS ESTUDANTES EM DEFESA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	95
3.6. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A LUTA PELO RU	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS.....	123

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é discutir a contribuição que o Movimento Estudantil (ME)¹ universitário exerceu na constituição histórica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) durante os anos de 1990 a 2015.

O recorte temporal destacado foi escolhido devido a sua importância para a UNIOESTE, considerando que no início do período citado, a universidade passava pelo processo de estadualização e posteriormente o de reconhecimento. Este momento também significou a criação de novos cursos na instituição, concomitantemente a protestos estudantis que ocorriam por todo o país, pois o Brasil estava fortalecendo a luta em favor da democracia. Para tanto, procuramos discorrer como ocorreu a organização dos estudantes, as formas de reivindicação, bem como suas principais pautas.

Realizamos um levantamento acerca do tema “Movimento Estudantil no oeste do Paraná” nas bibliotecas digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SciELO, Google Acadêmico e banco de teses e dissertações das principais universidades do Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Identificamos três teses, oito dissertações e três artigos, abordando o tema sob diversas óticas, dentro de um contexto estadual, porém, essas obras não analisam como se deu o processo histórico do ME universitário, de maneira específica na UNIOESTE.

De acordo com Burke (1991), a partir da perspectiva da Escola dos *Annales*², é possível conceber os acontecimentos históricos não somente a partir de um recorte temporal, mas também a partir de um determinado espaço. Goubert (1992) remete a importância sobre a história local, pois ela possui lutas próprias e nos permite olhar e escrever a história partindo de suas singularidades, em relação aos acontecimentos mais amplos.

Portanto, percebe-se a necessidade de pesquisar e analisar o ME universitário na região oeste do Paraná, tendo como principal enfoque o ME na UNIOESTE. Assim,

¹ Doravante denominado ME.

² Foi um movimento historiográfico iniciando no ano de 1929, tendo como seus precursores Marc Bloch e Lucien Febvre.

nos propusemos a preencher essa lacuna no sentido de contribuir com a história ainda não escrita, rompendo os entraves existentes na pesquisa historiográfica e contando “[...] a História de toda uma sociedade, não apenas dos privilegiados que a governaram, julgaram, oprimiram, ensinaram” (GOUBERT, 1992, p. 48).

Ao pesquisar materiais que abordassem esse objeto, localizamos fontes junto a alguns sites, entre eles: Blogs e portais on-line do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Assim, nos propusemos a enfrentar teoricamente algumas indagações: como se constituiu a história do ME na UNIOESTE? Qual a presença do ME no processo de constituição e consolidação da instituição? Quais as principais pautas que os estudantes defendiam durante o período delimitado?

Para que a pesquisa fosse desenvolvida, utilizamos como principais referências Foracchi (1972), Mendes Jr. (1982), Cunha e Góes (2002), Poerner (2004), Gohn (1994, 2008, 2011) e Sanfelice (1986) para discutir a história do ME em nível nacional. Schmitt (2011, 2018) e Braggio (2019), são utilizadas como leituras de apoio sobre o ME no âmbito estadual e regional, além dos documentos coletados para a pesquisa.

Sobre o histórico da UNIOESTE, resultando em sua estadualização, utilizamos Emer (1991, 1992), Pinzan (2007) e Balbinotti e Kuiava (2007, 2005).

Além de bibliográfica, a pesquisa se pautou em analisar documentos acerca do ME na UNIOESTE levantados em jornais, revistas, fotos, atas de reuniões e estatuto do DCE, pesquisas em arquivos como: Biblioteca Pública Municipal, biblioteca da UNIOESTE, Museu da Imagem e do Som- Cascavel/PR, Arquivos dos colegiados de curso, Arquivos dos DCEs, arquivos particulares, relatos de ex-integrantes do ME e levantamento de dados nas redes sociais e portais on-line do DCE/UNIOESTE.

A análise de documentos se torna fundamental para compreender como ocorreu o processo de desenvolvimento histórico. Desta forma, esta pesquisa pretende valorizar a história e a memória local, tendo em vista que o espaço local é o primeiro da atuação do homem.

De acordo com Silva et al. (2012, p. 64) “[...] pesquisar em arquivos é uma atividade dura e desafiadora, ao exigir muita paciência do pesquisador. O trabalho do pesquisador via de regra consiste na busca de papéis desorganizados cabendo a ele descobrir onde localizá-los”.

Desta forma, na sociedade capitalista em que estamos inseridos, a distribuição da riqueza ocorre de forma desigual, sendo restrita a uma pequena parcela da população, a classe burguesa. Em contraponto a esta, temos a classe trabalhadora,

que é explorada pela classe detentora dos meios de produção e não tem acesso ao que ela mesma produz:

A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é um resto do proletariado dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente apenas por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos (MARX, 1979, p.117).

A partir disso podemos inferir que existem interesses distintos entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. Esses embates sociais se constituem na luta de classes, como afirmam Marx e Engels (2003):

Até hoje, a história de toda a sociedade é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz – em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em oposição, travando luta ininterrupta, ora velada, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou com a reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com o acaso conjunto das classes em luta (MARX; ENGELS, 2003, p. 44).

Marx defende que as desigualdades estruturais entre as duas classes não estão relacionadas apenas ao excedente do trabalho vendido, mas também ao controle sobre os meios de produção, administração e Estado, a exemplo disso podemos citar a educação. A classe dominante busca estratégias para reproduzir a ordem vigente, mesmo que para isso seja necessário abdicar de algumas regalias momentâneas para conter as tensões. Já a classe dominada visa transformar a sua realidade, melhorando as condições de subordinação, ou então erradicando-as por completo.

É importante destacar os interesses que cada classe possui, pois isso resultará nas lutas sociais, à medida em que os conflitos que se iniciam estão relacionados aos efeitos da exploração e da dominação de uma classe sobre a outra. Ou seja, os movimentos sociais se constituem a partir da exploração na sociedade capitalista.

A partir dessas premissas, por mais que alguns movimentos sociais não reivindicuem somente questões de ordem econômica, e sim política, cultural, racial,

entre outras, elas estão intrinsecamente articuladas às lutas de classe, pois estão buscando mudar a realidade em que estão inseridos.

Percebemos, portanto, a pluralidade nos movimentos sociais na luta de classes:

[...] todo movimento social, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas (BÉROUD et al., 1998, p.58).

Assim, os movimentos sociais podem ser observados de maneira dialética, discutindo os seus limites e possibilidades na luta e na defesa dos interesses coletivos. Isso contribui para que a classe trabalhadora se fortaleça na luta em defesa dos direitos sociais e de melhorias de condições para si. A exemplo, podemos citar o ME, um movimento social que possui diversidades particulares e torna-se uma organização plural.

O ME se organiza para defender a educação de modo geral, mas os estudantes têm um olhar especial voltado à educação pública: pauta de todas as suas manifestações desde a criação da UNE em 1937.

Partindo da lógica do sistema vigente, a educação é um instrumento que a classe dominante utiliza para gerar mão de obra adequada³ para o mercado de trabalho, que necessita de indivíduos flexíveis que se adaptem às ocupações indispensáveis para que o sistema continue ocorrendo com fluidez (FREITAS, 2018).

O ME se fez presente ativamente durante períodos históricos importantes do Brasil, como contra a Ditadura Civil-Militar, em que o capital se utilizava da educação pública para continuar mantendo a divisão da sociedade em classes, a partir de um ensino dualizado. De acordo com Orso (2012), podemos compreender que a educação é ofertada para a própria sociedade preparando os indivíduos para viverem nela, corroborando com o pensamento de assegurar a hegemonia da classe dominante.

A participação da juventude em protestos na defesa por melhorias da educação, faz com que esses jovens vivenciem o exercício político da cidadania, rompendo, de certa maneira, com o ensino dual. De acordo com Foracchi:

Abrem-se horizontes de participação que são os novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que

³ Assim, temos a divisão social do trabalho apoiada em Marx (2013) e comentada por Netto e Braz (2006) que justificam o excerto: o capital quer apenas o trabalho produtivo, pois ele gera mais-valia, gera riqueza e enriquece àqueles que compram força de trabalho, ao contrário do trabalho improdutivo, já que este não gera riqueza para os capitalistas.

compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem (FORACCHI, 1972, p.74).

Tal participação pode levar os jovens a discussões sobre temas relevantes, fazendo com que reflitam sobre o seu modo de pensar, e posteriormente geram transformações sobre o seu lugar na sociedade.

Desta forma, o texto foi organizado em três capítulos que se complementam. O primeiro capítulo tem como objetivo discorrer sobre o histórico do ME no Brasil, destacando aspectos relevantes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua resistência contra o golpe Civil-Militar de 1964, sua retomada e reorganização no processo de transição democrática no Brasil.

No segundo capítulo abordamos a importância do ME na defesa da escola pública. Para tal discutiremos o neoliberalismo nos anos de 1990, a partir do processo de mercantilização da Educação brasileira no contexto do capitalismo, dando enfoque à Educação Superior.

O terceiro capítulo tem o intuito de examinar o ME, verificando sua importância na consolidação histórica da UNIOESTE. Para isso, pontuamos alguns momentos que possuíram grande destaque no histórico dos estudantes do oeste do Paraná, tais como os atos para o reconhecimento dos cursos de Medicina e Odontologia, as reivindicações contra a privatização de estatais, entre outros.

Assim, entendemos que este trabalho possa contribuir para as discussões acerca da historiografia do ME da região oeste do Paraná, bem como retomar a discussão sobre o ME e a sua histórica luta em defesa da educação pública.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre o histórico do ME, destacando aspectos relevantes sobre a criação da UNE e sua resistência contra o golpe civil-militar de 1964, a retomada da entidade e sua organização no processo de transição democrática.

Utilizamos como fonte Mendes Jr. (1982), Poerner (2004) e Sanfelice (1986) pois estes autores abordam em suas obras um resgate histórico durante o período.

1.1. CONSTRUINDO A LUTA POLÍTICA

O ME é um movimento social, uma organização política, formada por estudantes provenientes de diversas camadas sociais, tornando-o um movimento plural (MESQUITA, 2003). Há entidades estudantis que estão vinculadas a partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita. Suas reivindicações possuem objetivos de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas, e isso resulta em uma formação política, cultural e social.

Ao discutir o ME é impossível abordá-lo sem falar sobre a sociedade e suas múltiplas determinações, já que esse movimento social se encontra dentro de uma totalidade, o sistema capitalista.

Conceição (2016, p. 86) define alguns fatores para discutir o ME:

[...] o movimento estudantil pode ser caracterizado como um movimento social constituído pelo grupo social estudantil, que articulam-se através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente.

Assim, as práticas dos estudantes possuem grande relevância tendo em vista que as transformações perpassam as lutas de classes sociais⁴, e resultam em conflitos a partir dos grupos dos movimentos sociais.

De acordo com Boutin e Flach (2017, p. 433), a busca pela transformação: “[...] de uma realidade social, econômica ou política é o fundamento que move os embates

⁴ Compreendemos classe social como indivíduos que possuem os mesmos costumes, interesses e lutas contra outras classes sociais a partir da divisão social do trabalho (MARX, 2013).

no interior da sociedade”. Tal conjuntura faz com que o ME possua um papel importante dentro da luta de classes, pois vem demonstrando resistência à ideologia dominante juntamente com outros movimentos sociais em diversos períodos no Brasil⁵, apresentando uma dimensão educativa, além de social e política.

O ME se mobiliza em defesa de questões amplas, que não envolvem somente a Educação, mas a sociedade como um todo, lutando para a melhoria do país em todas as esferas, focando na educação pública brasileira, instrumento que o Estado utiliza para atender a demanda da classe dominante.

As políticas públicas educacionais que o Estado vem proporcionando aos filhos da classe trabalhadora não visam a emancipação do sujeito dentro desse sistema, muito pelo contrário, fazem com que o sistema se perpetue.

Para o capitalismo, as escolas servem para formar indivíduos para o mercado de trabalho, garantindo nesse sentido, que recebam apenas as instruções necessárias para desenvolver o seu trabalho e que permaneçam desinteressados com a organização da sociedade, assim como afirma Lefebvre (1972, p.172):

O indivíduo encontra-se assim simultaneamente socializado, integrado, submetido a pressões e a sujeições pretensamente naturais que o dominam (nomeadamente no seu quadro de espaços, a cidade e as suas extensões), e separado, isolado e desintegrado. Contradição que se traduz pela angústia, pela frustração e pela revolta.

Com isso, percebemos a importância desta pesquisa, identificando características específicas do ME como um espaço de luta de classes que visa gerar transformações na realidade social e o seu impacto na sociedade.

Para Gohn (2008, p. 14) “[...] um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Com isso podemos entender que o ME se inicia a partir dos embates sociais e das ações coletivas sobre esse conflito. Tais ações fazem com que os grupos se consolidem ao tentar transformar a realidade em que vivem. Quanto a luta por transformação, alguns elementos devem ser destacados, tais como:

⁵ Durante o período de implementação do neoliberalismo, especialmente na década de 1990, também houve protestos de movimentos sociais por toda a América Lática, já que esses países foram palco de políticas inseridas pelos Estados Unidos da América (EUA). Algumas ações desses movimentos acabaram servindo de inspiração para jovens no Brasil, tal como a Revolta dos Pinguins no Chile em 2006.

[...] definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente [...] (BRINGEL, 2009, p.100-101).

Essas são algumas das características que os estudantes possuem enquanto organização, portanto, o Movimento Estudantil é um movimento social, que tem como origem histórica o ano de 1937, com a União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir dessa entidade, os estudantes tornaram-se mais organizados e engajados para lutar em favor do que consideram importante para a sociedade, de modo especial, a educação. Mas as reivindicações estudantis já ocorriam antes deste momento, de forma mais branda, com a chegada da Família Real (1808) e a criação dos primeiros cursos superiores no Brasil.

Boutin e Flach (2017) afirmam que a luta pela educação esteve presente em diversas manifestações protagonizadas pelos estudantes, mas não em todas. Isso se deve ao fato do momento histórico em que se encontravam. Mendes Jr (1982) categoriza a ação do ME em quatro fases distintas: a primeira fase é denominada pelo autor como a fase de “atuação individual” que corresponde ao período colonial (1530-1822) e aos primeiros anos do Império (1822-1889).

A segunda fase é denominada de “fase de atuação coletiva”, inicia-se no decorrer do segundo Império até o início do Estado Novo (1937). A terceira fase, a qual o autor dá mais ênfase, é a fase da “atuação organizada”, iniciada em 1937 com a fundação da UNE, perdura até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968. A quarta e última fase é conhecida como “atuação clandestina”, ocorre desde o AI-5 até meados de 1972, período que o autor afirma ser curto, mas que é marcado por uma grande intensidade de acontecimentos protagonizados pelos jovens brasileiros.

No século XVIII, não havia ensino universitário no país, e aqueles que possuíam maiores condições enviavam seus filhos para estudar na Europa, de modo especial à Coimbra, em Portugal, a Montpellier e Bordeaux, na França.

De acordo com Poerner (2004), no histórico brasileiro, a primeira manifestação realizada pelos estudantes ocorreu no ano de 1710, ainda durante o período colonial, devido a uma invasão de soldados franceses. Em 1786 estudantes já iniciavam movimentações a favor da independência do Brasil, e para Mendes Jr (1982) a atuação do ME teve início nesse período, conflitando com Poerner (2004).

A partir de Poerner (2004) e Mendes Jr (1982) podemos verificar que os estudantes estiveram presentes em movimentos contestatórios, mas que as manifestações feitas tinham como principal pauta a política e a economia, divergindo muito das pautas atuais defendidas pelo ME.

Os estudantes também exerceram papel importante na criação das primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil, implantadas na cidade de Olinda e de São Paulo no ano de 1827. O motivo pelo qual Olinda e São Paulo foram escolhidas para implantar as primeiras faculdades do país, era para formar os filhos dos latifundiários do açúcar e da oligarquia paulista, onde estes estavam “[...] preocupados com a influência das doutrinas “exóticas” irradiadas pelos centros culturais europeus sobre seus filhos [...]” (POERNER, 2004, p. 60).

A partir do ano de 1840 começa a fase em que Mendes Jr (1982) denomina de “atuação coletiva”. Para Boutin e Flach (2017) essa fase expressou um grande avanço político e ideológico nesse contexto, tendo em vista que a maioria dos estudantes pertenciam à classe abastada. Ao defenderem questões como estas, os jovens acabavam rompendo com a organização social a que pertenciam.

A exemplo, alguns estudantes criaram associações em favor da libertação dos escravos, chegando a escondê-los em suas moradias para que não fossem pegos. A primeira associação foi fundada no ano de 1852 por alunos de Medicina na Bahia, e foi nomeada de “Sociedade Dois de Julho”. Outra associação como esta foi criada no ano de 1856.

Os jovens ainda se engajaram na campanha abolicionista e posteriormente na republicana. Em relação a campanha abolicionista (século XVIII) e a campanha republicana (século XIX), parte dos estudantes dava ênfase à segunda, pois consideravam que a abolição da escravatura teria como consequência a fundação da República. Com a Proclamação da República em 1889, também chegou um tempo de quietação para os estudantes.

Uma das primeiras manifestações dos estudantes, na primeira República (1889-1930), ocorreu com a posse do primeiro presidente eleito por voto popular⁶ em 1895, Prudente de Moraes (1894-1898). Uma parcela dos estudantes militares, que não concordaram com a eleição, tomou as ruas do Rio de Janeiro e como forma de

⁶ Salientamos que quando nos referimos a voto popular, refere-se a todos os homens alfabetizados e maiores de 21 anos, tendo em vista que mulheres e analfabetos somente tiveram direito ao voto nos anos de 1932 e 1985, respectivamente.

protesto, partiu em passeata segurando a imagem de Floriano, como se estivessem segurando a bandeira do país.

No início do século XX foi criada a primeira entidade a fim de organizar os estudantes, recebendo o nome de Federação de Estudantes Brasileiros (1901), e teve como fundadores Everardo Backheuser e Heitor Lira da Silva, estudantes que posteriormente fundaram a Associação Brasileira de Educação (ABE). No entanto, a Federação de Estudantes Brasileiros não conseguiu atingir o objetivo para o qual foi criada: organizar os estudantes, tendo assim, pouco tempo de atuação (POERNER, 2004).

O ME que estava em declínio, reaparece com a Campanha Civilista (1910)⁷. Durante esse período, ocorreu uma tragédia entre os estudantes, que foram vítimas de uma violência repressiva, marcando a história do ME.

Este episódio ficou assinalado na história como “Primavera de Sangue”, quando no dia 22 de setembro de 1909, dois militares assassinaram dois jovens estudantes. Esse acontecimento ocorreu de forma indireta com a Campanha Civilista, quando o cenário em que o Brasil estava se tornou, de certa forma, favorável para que esse incidente ocorresse, pois o país estava para escolher entre um civil ou um militar para assumir a presidência (POERNER, 2004).

Os jornais da época divulgaram amplamente o protesto realizado pelos estudantes, que realizaram um “enterro simbólico” do comandante da brigada que não aceitou receber as queixas dos estudantes. Para este enterro, um estudante estava vestido com uma batina, de modo a se parecer com um padre.

A polícia utilizou de violência para acabar com a manifestação dos estudantes. Havia policiais à paisana que seguravam tonfas e punhais. O resultado dessa repressão foi dois estudantes mortos pelos policiais e diversos feridos.

A extrema violência com que os estudantes foram recebidos e mortos, gerou grande comoção e revolta no país, principalmente no Rio de Janeiro. Políticos como Rui Barbosa e Alexandre José Barbosa Lima, foram os que mais criticaram essa ação dos policiais.

A Primavera de Sangue ocorreu durante a Campanha Civilista de Rui Barbosa. Neste período, é possível perceber o apoio que os estudantes delegaram ao candidato, que já possuía a simpatia dos estudantes, principalmente dos universitários.

⁷ A Campanha Civilista foi uma campanha eleitoral à presidência da República de Rui Barbosa, contra o Marechal Hermes Fonseca, sendo o primeiro um candidato civil e o segundo um candidato militar.

Essas questões contribuíram para a criação da Liga de Defesa Nacional em 1916, que tinha como principal fundador o poeta Olavo Bilac. Com a criação das Ligas, o espírito nacionalista também cresceu entre os jovens, gerando o apoio pelo serviço militar obrigatório proposto por Bilac, que sabia como se direcionar aos jovens, pois quando estudante participou das manifestações em favor das campanhas abolicionista e republicana, diante disso, os estudantes voltaram a se entusiasmar e, conseqüentemente, a participar de forma mais ativa da política nacional.

Esta foi uma das últimas manifestações realizadas pelos jovens antes da fundação da UNE, posteriormente a luta estudantil passou a ser organizada por meio desta entidade representativa. Mendes Jr (1982) defende que os estudantes começaram a se organizar coletivamente, possuindo objetivos políticos e ideológicos claros, sendo esse um marco histórico no ME, definindo a organização dos estudantes em antes e depois da UNE, a qual resultou na fase da “atuação organizada”, sendo para o autor a fase mais importante no histórico do ME.

A fase da atuação organizada também foi marcada pela relevância da educação nas pautas reivindicadas pelos jovens, apresentando continuidade até os dias atuais. Portanto, a partir da UNE, podemos dizer que os jovens buscaram transformar a realidade social em que vivem.

De acordo com Lenin (2015), para que essa transformação da realidade ocorra, é necessário a apropriação dos conhecimentos já acumulados historicamente pelo homem, salientando a importância que a educação tem para que se possa ultrapassar o capitalismo. Os estudantes podem assumir a frente para que essa transformação social ocorra. O autor ainda acredita que os jovens possuam o papel de construir uma sociedade diferente, em que a igualdade seja real.

Em 1930, com Getúlio Vargas (1930-1945) na presidência, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Campos, que iniciou uma reforma na educação brasileira. Isso fez com que os estudantes, muitos deles inspirados pelo Manifesto de Córdoba⁸, sugerissem

⁸ O Manifesto de Córdoba foi um documento onde o ME argentino reivindicavam a autonomia universitária, o reconhecimento e a importância da pesquisa e da extensão devido ao atraso que viam na instituição. Ver mais em: FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. Revista Ensino Superior Unicamp, Campinas, v. 3, p. 64-72, 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed03_junho2011/11.pdf

alterações no âmbito administrativo, financeiro, pedagógico, estrutural, entre outros ao ministro (BRAGGIO, 2019).

De acordo com Cunha (1989), o termo "sugestão" foi utilizado na época do Estado Novo no Brasil como um eufemismo para se referir a ordens ou imposições autoritárias que poderiam vir das autoridades governamentais.

É possível perceber que o ME estava em processo de formação de sua consciência política, como aponta a sua atuação frente às medidas administrativas feitas pelo governo para o sistema educacional.

A nova Reforma Educacional foi alvo de críticas e defesas, fazendo com que as reivindicações dos estudantes e, também, de professores se tornassem cada vez mais específicas. O ministro, então, realizou novas mudanças, mas não atendeu a todas as expectativas criadas, resultando em uma maior seletividade no sistema educacional (XAVIER, 1990). Aos poucos os estudantes evoluíam sua consciência política, tendo como consequência uma organização estudantil em nível nacional.

A UNE surgiu a partir do I Conselho Nacional dos Estudantes realizado em agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil (CEB), mas a UNE que conhecemos atualmente, só teve início na realização do II Congresso Nacional dos Estudantes (1938)⁹, separando-se da CEB, pois a sua presidenta temia a politização acadêmica (MENDES JR, 1982).

Araújo (2007) considera que:

A UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade. (ARAÚJO, 2007, p.21).

Com isso podemos nos remeter às classes sociais às quais os estudantes pertencem, já que são um grupo heterogêneo, ou seja, um movimento policlassista. Isso gera diferentes formas de agir na sociedade e apresenta objetivos a serem alcançados por meio das lutas.

A partir da criação da UNE, percebe-se uma preocupação mais aguçada dos jovens com a educação brasileira, e ao incluí-la como pauta de reivindicação, corroborou para que os estudantes pudessem questionar a realidade social em que

⁹ Substituindo o antigo nome "Conselho Nacional dos Estudantes".

viviam, realizando diagnósticos e propostas para as adversidades que encontravam na sociedade (GOHN, 2011).

Com a criação da UNE, a Reforma Educacional demonstrou cada vez mais força entre os estudantes, isso porque a partir do II Congresso Nacional dos Estudantes teve um novo modelo educacional como prioridade, aperfeiçoando a cultura da população por meio da educação, no contexto das reformas de base propostas pelo governo.

No que tange ao ME estadual, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) surgiu pouco tempo depois da UNE, no ano de 1939 denominando-se inicialmente de União Estadual dos Estudantes (UEE). Assim como a UNE, surgiu com a intenção de fortalecer e ampliar as lutas estudantis em âmbito estadual e discutir acerca de pautas de interesse dos estudantes, tais como a educação e contrárias à privatização do ensino.

Em 1941, houve uma das maiores manifestações dos estudantes liderada pela UNE, pois o Brasil manteve-se em “neutralidade” durante o início da 2ª Guerra Mundial, levando os estudantes a realizar uma campanha para fazer com que Getúlio Vargas assumisse uma posição contra os países do Eixo:

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão do maior conflito humano da história, a segunda guerra mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazi-fascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. (UNE, 2021).

Com a posição do Brasil, a favor dos Aliados, houve o fechamento de estabelecimentos pertencentes ao Eixo. Sabendo deste fato, os líderes estudantis optaram por pedir o imóvel chamado de Clube Germânia para Vargas, para que este servisse como sede da UNE. O presidente deu o parecer favorável, mas o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, barrou os estudantes, alegando que primeiro deveria fazer o tombamento da propriedade e de seus bens pelo Patrimônio Nacional.

Devido ao cenário político do Brasil, por medo dos estudantes contestarem o governo de Vargas, o Ministério da Educação instituiu por meio da Portaria de nº 225¹⁰

¹⁰ Com a portaria, o Major Jair Dantas Ribeiro foi nomeado como secretário-geral, tendo como sua sede o mesmo prédio que sediava a UNE. O Major deveria decidir se a UNE poderia ou não continuar usufruindo das instalações do prédio. Os estudantes não aceitaram a imposição de Gustavo Capanema e realizaram manifestações articuladas por todo o país, resultando na revogação da portaria.

o Projeto de Lei (PL) denominado de “juventude brasileira” como forma de legitimar a autoridade do Estado perante os jovens, visando controlar as ações do ME, seguindo o modelo e a prática instaurada por Mussolini na Itália.

Durante este período, já havia manifestações contra a ditadura de Vargas, contudo, podemos dar ênfase quando algumas entidades estudantis propuseram conceder o título de *doutor honoris* a Vargas perante o Conselho Universitário. Os acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo iniciaram diversos protestos contra a homenagem, decretando greve e realizando uma passeata pelas principais ruas de São Paulo no mesmo dia em que o Conselho Universitário concedeu o título à Vargas. Devido a esses protestos, Vargas por meio de uma carta redigida ao Conselho Universitário, recusou o título que lhe foi concedido (POERNER, 2004).

Outra manifestação antigetulista teve o nome de “Passeata do Silêncio”, que ocorreu devido a Vargas não cumprir as eleições presidenciais que constavam na Constituição de 1937. O protesto foi violentamente reprimido pelos policiais, culminando com a morte, a tiros, do estudante Jaime da Silva Teles.

Autores como Cunha (1983), Sanfelice (1986) e Fávero (1995) afirmam que o ME entrou em uma nova fase a partir da metade da década de 1950. Cunha (1983, p. 61) defende que “[...] os estudantes universitários, até então buscados como massa de manobra para conflitos entre segmentos das classes dominantes, passaram a atuar como aliados explícitos das classes trabalhadoras na construção de uma nova ordem mundial”.

Já para Sanfelice (1986), nesse período os estudantes possuíam maior politização, resultando na intensificação de suas ações diante dos acontecimentos que o Brasil enfrentava naquele momento.

Outra manifestação encabeçada pelos jovens foi a campanha “O Petróleo é Nosso”, na qual, entidades estudantis como a UNE e a UPE defendiam o controle sobre o petróleo brasileiro e que mais tarde culminaria na criação da Petrobras, em 1953.

Os estudantes ainda se organizaram em protestos pela Reforma Universitária, intensificando, em 1959, a campanha pela escola pública, onde a UNE desenvolve nacionalmente ações contra a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 (Lei 4.024/61).

Essa Lei estava em discussão desde 1948, mas houve conflitos entre a iniciativa privada e os defensores da escola pública, que promoviam o início da Campanha em Defesa da Escola Pública.

A educação idealizada pelo Estado era ofertar aos filhos da classe trabalhadora o ensino básico, haja vista que a escola pública tem um *lócus* privilegiado contra esse tipo de formação, tendo objetivos claros, que visam promover uma educação universal, obrigatória e gratuita em sua totalidade.

A partir de 1960, as entidades estudantis, como a UNE e a UPE, começaram a convocar seminários para realizar debates que, posteriormente, pudessem ser incorporados à sua atuação no país por meio de sugestões de seus participantes. Dessas discussões resultaram “cartas de princípio” ou “cartas programáticas”, que após a realização de novas discussões serviriam como um documento para nortear as ações a serem tomadas pelos estudantes.

É possível perceber, pelo conteúdo destes documentos, que o ME estava se posicionando contra a classe dominante e em prol da democratização do acesso à educação. Martins Filho (1987, p. 27) explica que é:

Através das reivindicações voltadas para a carreira, criam-se as condições para que o jovem visualize os limites sociais colocados à sua ação, compreendendo-o como limitações de classe. Abre-se aí o caminho para a percepção de que o seu futuro, tal como o de sua classe de origem, é incerto e instável [...]. Dessa maneira, o radicalismo estudantil, tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o “contato com o conhecimento” ou “a equiparação à condição proletária”.

Desta forma, o ME, principalmente o universitário, vai além de seus propósitos, rompendo as barreiras entre as classes.

Arcary (2006) defende que essa conscientização dos estudantes ocorre devido a conflitos internos no ME:

A construção da consciência de classe não é possível, no entanto, a não ser por meio da luta contra o capital, e da luta de partidos dentro do próprio movimento [...]. Durante a luta, uma apreensão mais ampla de horizontes – capaz de prever as tendências principais – é sempre uma vantagem comparativa. Todas as classes sociais lutam, também, para exercer influência política, ideológica e moral sobre seus inimigos: disputam a legitimidade de suas reivindicações, a superioridade de seu projeto, a maior universalidade de seu programa, para atrair o apoio da maioria do povo para seu campo (2006, p. 268).

Diante destas questões, podemos entender que o ME e suas ações são influenciadas pelo contexto em que estão inseridos. Por isso, muitos jovens que atuam na militância estudantil são da chamada “classe média” brasileira.

Em uma das reuniões realizadas por estudantes de diversas regiões do país, surgiu a Declaração da Bahia. De acordo com Fávero (2009), a Declaração da Bahia¹¹ possui três temas abordados, sendo eles: 1) a realidade brasileira; 2) a universidade no Brasil;¹² 3) a reforma universitária. No que tange ao primeiro título, esta carta, vê o Brasil como um país capitalista em crescimento, mas que possui uma economia “dominada por poderosos grupos estrangeiros”, propondo que haja a socialização dos setores econômicos e que incluam os operários em todos os órgãos governamentais.

Para Mendes Jr (1982, p. 64) a Declaração da Bahia “[...] fala vagamente em luta pela democratização do ensino, abertura da Universidade ao povo, autonomia universitária [...]”, faltando delinear objetivos e ações a serem adotadas para que este problema seja sanado. Já em relação ao terceiro tema, a Reforma Universitária, Mendes Jr. (1982) assegura que a Declaração não aprofundou o tema corretamente, abordando-o de forma rasa.

Como ainda havia questões a serem melhoradas, os estudantes escreveram a Carta do Paraná a partir do II Seminário em 1962, tendo como objetivo aprofundar os temas que foram levantados na Declaração da Bahia, dando ênfase a Reforma Universitária. Desta forma, os jovens propuseram incluir tal reforma nas Reformas de Base.

Segundo Sanfelice:

No documento-estudo da UNE, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária e sua respectiva “Carta do Paraná”, Curitiba, 1962, é avaliado como evento que conseguiu desenvolver um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador. Ali aprofundou-se e alargou-se à crítica da universidade brasileira, mas, concomitantemente, procurou-se determinar medidas concretas, capazes de dar início ao processo de transformação estrutural de nossa universidade. Delineou-se um

¹¹ A Declaração da Bahia foi publicada originalmente no jornal Critério, meio de comunicação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. O texto que foi apresentado por Fávero, foi um compilado de conclusões do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes em maio de 1961, na cidade de Salvador, Bahia.

¹² A visão dos estudantes no segundo título da Declaração, demonstra que eles percebiam que o Ensino Superior no Brasil é elitista e seletivo, fazendo com as camadas mais pobres sejam segregadas, deixando de ter acesso à Educação Superior. A Universidade ainda possuiria um método de ensino “arcaico e ultrapassado”, deixando de formar profissionais que seriam de grande importância para o desenvolvimento do país.

projeto de reforma e traçou-se a tática de luta (SANFELICE, 1986, p. 44).

Ainda sobre a Reforma Universitária, José Serra, em declaração ao documento intitulado de “UNE: a luta atual pela Reforma Universitária” de 1963, destaca que as discussões sobre a Reforma Universitária e a LDB, contribuíram para que os jovens percebessem que é por meio da luta que se conseguem melhores condições de ensino, e que esta, por sua vez, estava conectada a outras lutas presentes na sociedade.

Esses debates fizeram com que os estudantes tivessem maior entendimento sobre o seu papel na articulação e com os problemas existentes na sociedade. Ianni (1975) denomina esse movimento de “percurso dialético”, pois foi a partir da Reforma Universitária que os jovens compreenderam o contexto nacional em que estavam inseridos.

Na compreensão de Braggio (2019), a Reforma Universitária, como pauta de luta, entrou na organização estudantil a partir de 1920, inspirado pelo Manifesto de Córdoba, mas, de forma limitada, uma vez que o ME se organizava de forma mais regional e buscava por pautas específicas, que resultava em uma descentralização, e que somente na década de 1960 conseguiria se articular em defesa de suas demandas.

Contudo, de acordo com Mendes Jr (1982), a luta concreta pela Reforma Universitária iniciou-se em 1962, por meio de uma greve geral universitária. Esta greve ficou conhecida como “Greve de um Terço”, pois a partir dela os estudantes reivindicavam possuir representantes na proporção de um terço em todos os órgãos colegiados das universidades e faculdades.

A decisão da greve surgiu a partir do II Seminário, em 1962, e para que acontecesse, criou-se a UNE Volante¹³, que foi a responsável por fazer com que estudantes de todo o país aderissem à greve.

De modo geral, a partir da década de 1960, os estudantes tinham como prioridade discutir e assegurar o acesso da classe trabalhadora à universidade, defendendo a ampliação de vagas, melhoria de qualidade e de condições de acesso, ampliação de verbas, entre outras pautas (GOHN, 2011).

¹³ A UNE Volante foi um projeto que visava percorrer o Brasil no ano de 1962 junto com CPC para discutir sobre a Reforma Universitária. Este projeto também foi o responsável por levar a arte em suas diversas formas por todo o país.

Para Martins Filho (1998) as discussões acerca desses temas foram grandes entre os estudantes do Ensino Superior. Contudo, outros segmentos da sociedade também se conscientizaram politicamente, e conseqüentemente surgem outros movimentos que reivindicam benefícios para a classe trabalhadora.

Assim, com a atuação da UNE em conjunto com os demais movimentos sociais, declarou-se a greve, em junho de 1960, que paralisou cerca de 90% dos estudantes brasileiros, foram registradas manifestações estudantis por todo o país, fazendo com que a paralisação durasse cerca de dois meses (MENDES JR., 1982).

A UNE ainda desenvolveu ações de cunho político, denominando-se de UNE Volante, para tal ação utilizou-se do Centro Popular de Cultura (CPC) em diversas localidades, a fim de promover a conscientização política sobre a situação em que o Brasil estava inserido naquele momento.

De acordo com Cunha e Góes (2002), o CPC possuía um regimento interno, autonomia financeira e administrativa e tinha como finalidade promover a arte que era chamada de “arte popular revolucionária”. A partir de 1963, o CPC também começou a atuar com a alfabetização para indivíduos da classe operária.

Com isso:

[...] o CPC alcançou uma produção variada em teatro (montagem de cerca de vinte peças), cinema (um filme e um documentário), música (além de shows, a gravação de dois discos), literatura (vinte e seis títulos editados na coleção Cadernos do Povo, além de outras publicações), cursos de extensão, etc. (CUNHA; GÓES, 2002, p.28).

Mesmo com a ampla campanha de politização, a direita, utilizando-se da bandeira do “anticomunismo”, pregava às massas desapropriadas culturalmente a ideia de que o regime militar manteria a economia nacional estável, até que no dia 31 de março de 1964, por meio de um grande esquema militar que se iniciou com o general Olímpio Mourão Filho. Foi declarado o estado de rebelião contra o governo federal, em consequência a este ato aconteceu a instauração da ditadura militar, um dos períodos mais sombrios do país.

1.2. RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

A Ditadura Civil-Militar¹⁴ foi um período em que os militares governaram o Brasil e durou cerca de vinte e um anos (1964-1985), marcado pela censura, repressão e perseguição àqueles que eram contra o regime.

Durante esse período, os presidentes eram nomeados dentro dos quartéis e endossados pelo Congresso Nacional. Ao todo, cinco militares estiveram no cargo, sendo eles: General Castelo Branco (1964-1967), General Arthur da Costa e Silva (1967-1969), período em que ficou conhecido como “anos de chumbo”, General Emílio Médici (1969-1974), fase marcada pelo milagre econômico, Ernesto Geisel (1974-1979), época em que iniciou-se a abertura política e João Baptista Figueiredo (1979-1985) mandato marcado pelo colapso do regime ditatorial.

Para Cunha e Góes (2002, p.31), a tomada do poder em 1964 era uma “[...] articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculadas a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos”.

A educação serviu como um instrumento de expansão do ideário liberal neste período, aproveitando-se da reestruturação educacional para que atendesse a demanda da sociedade capitalista, beneficiando cada vez mais as instituições privadas.

O Estado que estava se reorganizando, utilizou-se da coerção para que seus ideais fossem difundidos pelo país. Com isso, na área da educação, houve diversos cortes, pois aos olhos dos novos governantes, essa área era a mais propensa a “subversão”.

O governo realizou mudanças no âmbito educacional, aprovando leis que resultaram na reforma do sistema educacional que baseava-se na pedagogia tecnicista, com caráter meramente profissionalizante:

[...] a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2009, p. 11).

A UNE enquanto entidade representativa dos estudantes, em âmbito nacional, foi uma das primeiras instituições a sofrer com as ações militaristas, junto com os

¹⁴ Utilizaremos o termo “Civil-Militar” haja vista que foi uma articulação da classe burguesa nacional e internacional, mas realizada pelo exército brasileiro.

intelectuais, sobretudo do campo progressista, que haviam se comprometido com as reformas propostas no mandato de Jango.

A UPE, assim como a UNE, mostraram-se contrárias ao regime ditatorial que foi instalado no Brasil, e se manifestaram contra o governo até a promulgação do AI-5, quando as entidades foram obrigadas a fechar.

Os estudantes tentaram resistir, realizando uma passeata, junto com operários, nas ruas do Rio de Janeiro no dia 01 de abril, no entanto, foram recebidos pelo Exército, que depredou o prédio que sediava a UNE, incendiando-o e invadindo-o, deixando a entidade estudantil desabrigada.

Assim como a UNE, a UPE também foi invadida, de acordo com Schmitt (2018), foi arrombada “legalmente” a partir de um mandado de busca e apreensão, que tinha como objetivo procurar e encontrar todo o material considerado subversivo à ditadura.

No primeiro momento, o golpe conseguiu dismantelar o ME, porém, aos poucos os estudantes conseguiram se reunir, mesmo após a promulgação da Lei 4.464 de 1964, também conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em novembro do mesmo ano, assim como afirma Altino Dantas, presidente da UNE de 1965 a 1966:

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil, mas que nem de longe teve a amplitude da perseguição ao Movimento Operário. Fechamento de entidades, com invasão das principais, e prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar. Completa o quadro da repressão a promulgação da famigerada Lei Suplicy [...]. Por ironia, esta lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes (DANTAS, 1980, p.32).

A intenção do governo era acabar com o ME no Brasil, assim como afirma Sanfelice (1986, p. 81):

[...] para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir autonomia e a representatividade do movimento deformando as entidades estudantis em todos os escalões transformando-as em meros apêndices do Ministério da educação dele dependentes em verbas e orientação.

A lei previa que os Centros Acadêmicos (CA) e os Diretórios Acadêmicos (DA) estivessem estritamente ligados as direções das faculdades e universidades, fazendo

com que os alunos fossem obrigados a votar nas eleições destes órgãos representativos, sendo os candidatos escolhidos e obrigados a aceitar o mandato, bem como cumprir todos os padrões e exigências impostas, caso negassem, poderiam perder o ano letivo (MENDES JR., 1982).

Com a Lei Suplicy de Lacerda, os novos órgãos que representariam os estudantes seriam: [...] a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEE), dos Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos (PELEGRINI, 1997, p.124).

A lei interferia na autonomia das entidades, submetendo-as diretamente às autoridades acadêmicas e ao estado (PELEGRINI, 1997). Em 1965, a UNE decidiu boicotar a Lei Suplicy de Lacerda, solicitando que os estudantes não votassem, arriscando-se a perder o ano letivo.

As mídias noticiaram a decisão alegando que a UNE estaria dando “um tiro no próprio pé”, porém, houve a abstenção dos estudantes nas urnas. Muitas universidades realizaram greve de 24 horas se opondo a Lei, pois ela “[...] é um instrumento de repressão à palavra livre do universitário e ao seu natural direito de organização” (MENDES JR., 1982, p.77). A partir daí, o ME passava pela fase da reorganização, fazendo o movimento contrário ao que esperava o Ministro da Educação.

A lei foi aprovada com a intenção de colocar a entidade na clandestinidade, pois a partir dela as instituições representativas estavam subordinadas ao governo, sendo proibida toda e qualquer tipo de manifestação.

Posteriormente, em 1967 temos a promulgação do Decreto nº 228, que ficou conhecido entre os estudantes, como Aragão, sobrenome do então ministro da educação, Raymundo Moniz de Aragão. Esse decreto-lei alterava a Lei Suplicy, controlando ainda mais as atividades estudantis.

A partir deste decreto, o voto tornava-se obrigatório para que os estudantes escolhessem seus representantes nos diretórios acadêmicos, e caso não votassem, os alunos deveriam ser punidos a partir de uma suspensão de trinta dias.

Contudo, mesmo com a extinção legal de entidades estudantis, a partir desses decretos a UNE continuava a realizar seus Congressos, ainda que na clandestinidade, e muitas vezes eram reprimidos por forças policiais. Com isso, de acordo com

Sanfelice (1986), surgiram divisões internas na UNE, e alguns destes grupos optaram por aderir à luta armada, assim:

Algumas tendências existentes no movimento estudantil passaram a entender que a alternativa prática dentro da sociedade, como a resposta para a incapacidade da pequena burguesia de derrubar o governo instalado em 1964, era a ação militar de vanguarda e de luta frontal contra o regime militar (SANFELICE, 1986, p. 167).

Essas tendências¹⁵ surgiram a partir da violenta repressão policial que os estudantes vinham enfrentando desde o início da ditadura, mas que se agravaram com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, assassinado no dia 28 de março de 1968, em um restaurante, sob o pretexto de que estaria organizando uma passeata pela melhoria da comida. Os jovens realizaram manifestações de repúdio contra o assassinato do jovem e cerca de cinquenta mil pessoas compareceram ao seu enterro gritando: “neste luto, começou a luta!” (POERNER, 2004, p. 266).

Segundo Alves (1984),

[...] a morte de Edson Luís catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social. Uma coisa levava a outra. Colegas enfurecidos carregavam o corpo do estudante até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde permaneceu exposto sob a guarda de representantes políticos e líderes estudantis. A notícia espalhou-se rapidamente, e uma pequena multidão em frente ao prédio da assembleia convocou a população a comparecer aos funerais no dia seguinte. No dia 29 de março de 1968 (ALVES, 1984, p. 117).

Ainda em 1968, devido a morte de Edson, ocorreu a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, onde os jovens, com o apoio popular, manifestaram seu repúdio contra os métodos que o Estado utilizava para reprimir as manifestações. Essa passeata recebeu esse nome pois teve cerca de cem mil pessoas, entre elas artistas e religiosos.

Também em 1968, no Paraná, com a UPE iniciaram-se manifestações contra o ensino pago nas universidades, como forma de protesto, os estudantes ocuparam o

¹⁵ Sobre as tendências do ME durante a Ditadura, ver mais em: SANTOS, J. de S. A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/santos_js_me_mar.pdf

centro politécnico da UFPR onde seria realizado o concurso vestibular para os cursos de Engenharia e de Direito, que teriam mensalidades a serem pagas pelos aprovados.

Devido a ocupação, a data foi reagendada e o vestibular ocorreu normalmente, mas os estudantes mantiveram-se organizados com o intuito de barrar as mensalidades. No mesmo ano, foi revogada a lei que visava os pagamentos de mensalidades.

Outra mudança no campo educacional, surgiu a partir do Ministério da Educação (MEC), que firmou convênios com a *United States Agency for International Development* (USAID), que tinha como objetivo realizar uma reforma educacional, adotando o modelo norte-americano, de modo especial no Ensino Superior:

Os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com o acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (CUNHA; GÓES, 2002, p.33).

Os estudantes junto com uma parte da população brasileira foram contrários a este acordo, pois viam o país se submetendo às ordens americanas, colocando em risco a soberania nacional.

Para o governo as reformas educacionais também foram formas de controlar os estudantes, que começaram a se manifestar antes da aprovação da lei que dispõe sobre a Reforma Universitária, e apareceram de modo especial na gestão de Flávio Suplicy de Lacerda como Ministro da Educação, então:

Novos mecanismos foram desencadeados: a repressão abateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas, e o Estado foi buscar meios de criar novos quadros. Não precisou procurar muito. À mão estava a sua fonte de poder: Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável, desincumbiu-se da missão (CUNHA; GÓES, 2002, p.32).

Essa não seria a primeira vez que os Estados Unidos se mostraram interessados nas políticas educacionais brasileiras, assim como afirma Poerner:

Os acordos surgidos ainda na gestão do ministro Suplicy de Lacerda, entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States

Agency for International Development (Usaid), constituíram o ponto chave da política de desnacionalização do ensino brasileiro, mas não representaram a única nem a primeira tentativa norte-americana nesse sentido. Outras houve, a partir de 1947, como a chegada, em julho de 1951, de Helen Rogers e Eiser Eisenberg, enviados, por setores governamentais — especializados em assuntos estudantis dos Estados Unidos, para deterem a — infiltração comunista nas universidades brasileiras. Trazidos pelo futuro ministro castelista e governador Paulo Egydio Martins, então dirigente da UME, os dois tinham, entre as suas missões precípua, as de policiar as assembleias e congressos estudantis, bem como a de verificar a possibilidade de formação de uma espécie de OEA estudantil (POERNER, 2004, p. 214).

A partir do ponto de vista do mesmo autor, este acordo pretendia submeter os estudantes ao modelo de ensino estadunidense, reforçando a ideologia contida nessa tendência pedagógica, o tecnicismo, dando abertura para que os americanos pudessem planejar a educação brasileira.

Além de usar a educação para garantir o sistema vigente, o governo realizava diversas propagandas com o intuito de criar na população o sentimento de patriotismo e nacionalismo, utilizando-se da educação para atingir o seu objetivo:

Formar crianças, adolescentes e jovens nos diversos níveis da escola regular, segundo uma moral baseada em valores patrióticos e cívicos. Nesse contexto, surgiram as disciplinas de Moral e Cívica no primário e no ginásio, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no científico e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) I e II na graduação e até mesmo no mestrado. (ROLLEMBERG, 2006, p. 178).

Como se pode observar, a educação no período da Ditadura Civil-Militar foi um instrumento de coerção em que o governo usufruiu em grande escala para seu benefício.

Pelegri (1997) assim comenta acerca das reformas:

A análise integral do primeiro acordo MEC-USAID, referente à assessoria para modernização da administração universitária, leva-nos a confirmar a existência da mentalidade empresarialista e a pretensão, por parte do órgão norte americano, de envolver a educação brasileira em todos os níveis. As recomendações incidem no funcionamento da estrutura administrativa, no planejamento de cursos, no treinamento de professores e técnicos, além de interferir no conteúdo geral dos cursos, através do controle das publicações e da distribuição de livros didáticos - na sua maioria, de autores americanos. (PELEGRINI, 1997, p. 108).

É perceptível a influência que os norte-americanos queriam exercer na educação brasileira, apoiados no tecnicismo e na Teoria do Capital Humano (TCH), para que houvesse a ampliação do desenvolvimento econômico do país. No entanto, os estudantes contestaram a presença estadunidense na educação brasileira e foram às ruas manifestar o seu descontentamento com a reforma imposta pelos Estados Unidos.

Mesmo com manifestações, os estudantes não conseguiram impedir a Reforma Universitária no Brasil, que foi aprovada a partir da Lei Federal nº 5.540/1968, contrariando os interesses dos estudantes, que já faziam denúncias contra a intervenção norte-americana na educação desde 1966.

O Ensino Superior foi se adequando as recomendações de agências internacionais, fazendo com que a educação superior no país estivesse de acordo com os interesses capitalistas disseminados por essas agências, haja vista que a lei da Reforma Universitária defendia:

[...] uma universidade voltada para o desenvolvimento do capital. Em primeiro lugar, formando profissionais, mão de obra para as empresas. Isto significou o reforço das áreas tecnológicas em detrimento das ciências humanas, significando também, e o que é mais importante, a possibilidade de uma integração direta com as empresas através das pesquisas, participação de empresários nos órgãos universitários, etc. Num mesmo sentido, a departamentalização, a matrícula por disciplina, a instituição de cursos básicos, a unificação de vestibulares por região e o ingresso na universidade pelo sistema classificatório, além de racionalizar o trabalho, os recursos eliminando “ociosidades” do sistema universitário, segundo os objetivos da Reforma Universitária de 68, reforçaram também o caráter tecnicista e alienante da universidade (ANTUNES, 1983, p. 09).

A partir dessa lei, o Estado passou a ter o mínimo de participação nesse nível de ensino, fazendo com que houvesse uma valorização do Ensino Superior, pois:

A partir de 1964 intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica, a partir daí. Houve, então, grande quantidade de falências de pequenas empresas durante a recessão a partir do primeiro semestre deste ano. Com isso, ficaram mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento e reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercícios de profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente (CUNHA, 1991, p. 238).

Com a reforma educacional, o país tende a adequar a sua educação às novas exigências do capital, formando um trabalhador nos novos moldes de exploração, recebendo as instruções básicas que mantêm os trabalhadores à mercê do sistema vigente, impossibilitando a formação omnilateral do sujeito.

Os estudantes que eram contrários a este tipo de educação, foram silenciados no final da década de 1960 e início da década de 1970, período conhecido como “anos de chumbo” e momento de maior repressão durante a Ditadura Civil-Militar.

Contudo, no ano de 1968 ainda ocorriam manifestações em todo o território nacional, mesmo com a repressão, assim como assevera Sanfelice:

Pode-se dizer que, no ano de 1968, a mobilização contra o processo de violência e dos rumos do governo militar ultrapassou o meio estudantil ponto a liberalização que naquele ano atingia tantos outros países parecia ter chegado ao Brasil. Aos milhares as pessoas foram às ruas das grandes cidades em passeatas pacíficas que, em alguns casos, contaram com mais de cem mil participantes (SANFELICE, 1986, p. 146-147).

Ainda neste ano, o governo baixou o AI-5, que ficou conhecido como “golpe dentro do golpe”, pois até então a ditadura não era coesa, possuía diversas correntes políticas. O AI-5, segundo Sanfelice (1986, p. 140) refere-se como “[...] a expressão máxima do autoritarismo então consolidado”, veio como forma de acabar com toda e qualquer tipo de manifestação. Foi considerado o pior e mais violento, de todos os dezessete Atos Institucionais, instituído durante o período do regime militar.

O AI-5 surgiu devido ao descontentamento da elite com as grandes mobilizações lideradas pelo ME, e pensando que o poder estivesse em perigo, o Ato foi decretado para garantir o estado de “revolução”.

Com o Ato, houve a suspensão dos direitos políticos, assim como cita a lei:

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança. a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado [...] (BRASIL, 1968).

Tal lei visava garantir “os efeitos da revolução”, culminando em medidas violentas a quem se manifestava contra a ditadura, de modo especial aos estudantes que vinham intensificando seus protestos principalmente em prol da liberdade do direito de expressão.

Para corroborar com esse ponto de vista, Leher (2009) descreve a lei:

O Ato Institucional número 5 (AI-5) estabeleceu que cometeriam infração disciplinar todos aqueles que instigassem paralisações ou que participassem delas. O mesmo valeria para os que organizassem atos, passeatas, desfiles, comícios ou que participassem destas manifestações. Ainda eram passíveis de punição todos que elaborassem, guardassem ou distribuíssem materiais que fossem considerados subversivos pelos militares (LEHER, 2009, online).

Devido às consequências previstas no AI-5, houve a desarticulação do ME, aqueles que continuavam indo contra a ditadura ou foram exilados ou entraram para a luta armada.

As manifestações estudantis passaram a ter uma nova organização, já que os protestos em ruas não poderiam mais ser realizados. Os jovens, então manifestavam-se em forma de pequenas ações políticas, culturais e educacionais, mas de forma velada.

Frente a este cenário, o governo publicou o Decreto nº 477, de 1969 com o intuito de limitar os protestos realizados pelo ME, já que estes eram considerados perigosos ao regime em que o Brasil se encontrava:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro

da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. § 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional (BRASIL, 1969).

Pode-se observar, que o decreto estabelecia punições rigorosas para estudantes que praticassem atos considerados subversivos ou que participassem de movimentos que tivessem por finalidade a paralisação das atividades escolares, entre outros. Dentre as sanções previstas estava a expulsão da instituição de ensino, além da proibição de matrícula em outras instituições de ensino superior pelo período de até três anos.

O Decreto: “[...] foi utilizado 245 vezes, atingindo 12 estudantes do ensino médio, 228 do ensino superior, três professores e dois funcionários de instituições universitárias.” (CAVALIRI, 1987, p.140).

Ambas as publicações fizeram com que ocorresse um período de silenciamento no ME entre os anos de 1968 a 1974. Aos poucos, os estudantes, foram os responsáveis pela retomada das mobilizações, junto com demais movimentos sociais, principalmente àqueles vinculados à esquerda, que insistiram na luta democrática, tendo a seu favor uma parcela da sociedade civil que demonstrava a sua insatisfação com a ditadura.

No final dos anos 70, é possível perceber o enfraquecimento da ditadura militar devido à crise que vinha enfrentando, como por exemplo o fim do “milagre econômico”, desemprego, alta taxa de analfabetos, inflação, etc., como consequência, houve a reorganização gradual do ME, que no ano de 1977 voltou às ruas a favor do fim da ditadura militar e reivindicando verbas para as universidades, diminuição das mensalidades, melhoria nos Restaurantes Universitários (RUs) e no nível de ensino, entre outros.

No início de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei de nº 6.680 que reconhecia os diretórios centrais e acadêmicos de escolas e universidades, regulamentava a representação estudantil por meio de entidades em órgãos colegiados, possibilitando assim, a reorganização estudantil. Apesar de não proibir a reorganização de entidades, a ditadura ainda mantinha a UNE na ilegalidade, pois não poderia ter uma representação estudantil em nível nacional.

1.3. OS ESTUDANTES E A REDEMOCRATIZAÇÃO NOS ANOS 80

No final da década de 1970, o cenário brasileiro sofreu mudanças significativas, iniciando o processo de transição democrática no país. Os movimentos sociais, de forma geral, foram ganhando notoriedade devido ao seu papel na transformação da sociedade brasileira.

O ME junto com os demais:

[...] setores da sociedade se reorganizaram e promoveram inúmeras ações de pressão ao regime, alargando os limites da abertura. Dentre eles há um destaque ao Movimento Estudantil que foi o responsável pelas primeiras manifestações de rua depois de 1968 e foi protagonista na luta junto aos demais setores da sociedade civil a motivar a luta de oposição e pelas liberdades democráticas (LACERDA, 2014, p.4).

O ME vai renascendo em 1979 quando as entidades voltam, aos poucos, a ativa. Nesse mesmo ano ocorre a primeira eleição por voto direto na UNE, iniciando a década de 80 atuando em prol da redemocratização do país.

O mesmo ocorreu com a UPE, no ano de 1980 houve um movimento nomeado de PRÓ-UPE, que objetivava retomar as ações da entidade. Para tal foi organizada uma comissão formada por outras entidades estudantis: DCE da UFPR; DCE da UEPG; DCE da UEL; Entidade Estudantil de Maringá; Entidade Estudantil de Palmas e Entidade Estudantil de Cascavel (SCHMITT, 2018).

Assim, os estudantes buscavam garantir direitos que anteriormente lhes foram negados, atuando em:

[...] campanhas pelos direitos democráticos, como a liberdade de imprensa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela liberdade de organização e expressão; denunciando torturas, entre outras coisas. Valorizavam também a disputa política eleitoral através de “candidaturas populares” pelo MDB (LACERDA, 2014, p. 5).

Ainda em âmbito estadual, a partir da década de 1980 intensificou-se a luta estudantil em prol de RUs, tanto para a construção em universidades estaduais onde não existia o restaurante, como pela manutenção do contrato com empresas privadas.

Com o processo de transição democrática¹⁶ e com o fim da Ditadura Civil-Militar em 1985, fortaleceram-se os protestos a fim de assegurar as eleições diretas no país, denominadas “Diretas Já!”, que já ocorriam desde o ano de 1983. Não obstante, os protestos que aconteciam por todo o Brasil não foram suficientes para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que visava estabelecer eleições, sendo assim, coube ao Colégio Eleitoral escolher o presidente do país de forma indireta.

No governo de José Sarney (1985-1990), houve a promulgação de uma Emenda Constitucional que estabeleceu as eleições diretas no país, concedendo voto aos analfabetos e aos jovens que possuíssem mais de dezesseis anos.

Ainda durante o mandato de Sarney, Aldo Arantes, ex-presidente da UNE e à época deputado federal, foi o autor do projeto responsável por trazer a entidade de volta à legalidade. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente como Lei nº 7.395 de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior.

Com essas transformações acontecendo, pode-se perceber que:

A sociedade brasileira, no período de 1964-1985, atravessou ciclos de repressão e de liberalização política, que eram reflexos das lutas de classe, da correlação de forças entre Estado e os setores oposicionistas da sociedade civil, bem como das contradições inerentes ao próprio bloco no poder, ou seja, dos conflitos existentes entre as diversas facções militares e das classes dominantes (GERMANO, 1994, p. 94).

Neste contexto, novamente os estudantes, a partir de entidades estudantis, se aliaram a outras organizações com o propósito de defender a educação. Em 1986, foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Gohn (1994) enfatiza que o objetivo desse fórum era defender um projeto justo para a educação junto com demais organizações, propondo ajudar a construir a LDB.

Este Fórum era composto por [...] organizações de classe (CUT, CGT, OAB), das entidades voltadas para área de educação, quatro são voltadas para o ensino, a pesquisa e/ou para sua divulgação (ANPED, SBPC/ SEAE e CEDES), seis são entidades de trabalhadores profissionais da área de educação (ANDES, ANDE, CPB,

¹⁶ Salientamos que o processo de redemocratização foi negociado, isso porque os envolvidos não foram punidos pelos seus atos, inclusive aqueles que praticaram tortura durante o período do regime militar.

FENOE, FASUBRA E ANPAE) e duas são entidades do movimento estudantil (UNE e UBES) (GOHN, 1994).

Ainda de acordo com a mesma autora, o FNDEP se articulou em defesa da escola pública e a resistência às políticas privatistas provenientes do neoliberalismo. O FNDEP defendia que as verbas estatais fossem aplicadas exclusivamente na educação pública, indo contra o interesse do setor privado que almejava ter as verbas aplicadas em suas empresas.

Em 1988, os jovens, a partir da UNE, participaram ativamente nos debates sobre a elaboração da nova Constituição do Brasil, conseguindo garantir em lei a autonomia universitária e o voto eleitoral (facultativo) aos dezesseis anos de idade.

A Constituição foi um grande marco para o processo de redemocratização brasileira, tendo em vista que ela:

Cria ou constitucionaliza diversos direitos sociais e trabalhistas como o direito a greve; a multa de 40 % sobre o valor do FGTS a ser recebido pelo trabalhador no caso de demissão imotivada; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; seguro desemprego; o aumento da licença maternidade e a criação da licença paternidade; a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais; criação do sistema único de saúde e do sistema de seguridade social; a universalização do direito de aposentadoria e a criação de direitos específicos para a criança, adolescente e o idoso (MACIEL, 2011, p.59).

Os estudantes retornaram às ruas em 1989 contrários à candidatura de Fernando Collor (1990-1992) à presidência do Brasil. Os jovens eram contra Collor porque para os estudantes o candidato não demonstrava preocupação com as reformas defendidas pelo ME e por defender a implementação do neoliberalismo no Brasil (UNE, 2021).

As manifestações continuavam acontecendo pelo país em decorrência dos escândalos que envolviam, o agora, presidente eleito. Passeatas estudantis lideradas principalmente pela UNE aconteciam por todo o país, exigindo “ética na política”. Os jovens ainda pintaram seus rostos, em um movimento que ficou amplamente conhecido por “caras-pintadas”, que logo teve adesão de boa parte da população, e junto com os estudantes entoavam “Fora Collor” em repúdio aos inúmeros casos de corrupção que envolviam o presidente.

Assim:

Os caras-pintadas surgiram neste período como figuras de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente por voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou uma espécie de porta-voz do movimento Fora-Collor junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo. Suas manifestações se tornaram emblemas da participação popular na campanha para a saída de Collor, devido principalmente a sua visibilidade adquirida. (QUINTÃO, 2010, p.6).

Essas movimentações contavam com muitos jovens nas ruas, exibindo as cores da bandeira do Brasil em seus rostos e carregando faixas de protestos contra o mandato de Collor.

De acordo com Mauro Panzera (2007), presidente da UBES durante este período, não se acreditava que esse episódio ficaria marcado na história do ME. Contudo, o movimento dos “caras-pintadas” teve grande responsabilidade no *impeachment* de Fernando Collor.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo, abordaremos a importância do ME na defesa da educação pública. Para tal discutiremos o neoliberalismo nos anos de 1990, e como o ME se posicionou neste cenário. Também pontuaremos o processo de mercantilização da Educação brasileira no contexto do capitalismo, dando enfoque na Educação Superior.

Para tal, fundamentaremos nossa discussão baseados em autores que abordam o neoliberalismo no Brasil desde a sua implementação até os dias atuais, e a influência de organismos internacionais nas políticas públicas.

2.1. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NOS ANOS 90

A passagem do século XX para o século XXI marcou um novo ciclo de expansão do capital, ou seja, a mundialização das relações econômicas, em que a partir dos anos de 1970 inicia-se a expansão do capitalismo, que ocasionou a diminuição das barreiras econômicas e das fronteiras culturais. A educação acompanhou esse processo de transformação, redefinindo suas funções, pois estas deveriam estar atreladas a globalização econômica.

Este “novo” meio de produção exigia trabalhadores mais qualificados, conseqüentemente, que apresentassem maior grau de instrução e exigindo mão de obra especializada, amparada na ciência e na tecnologia. Portanto, a expansão do Ensino Superior na década de 1990, é resultado da reestruturação das relações entre capital e trabalho.

Com base nesta reestruturação, temos o contexto neoliberal¹⁷, que é fundamentado no individualismo, assim os “[...] neoliberais defendem a iniciativa individual como base da atividade econômica, justificando o mercado como regulador da riqueza e da renda” (HÖFLING, 2001, p.37). Partindo dessa perspectiva, podemos observar que perante o capital o setor privado possui prioridade em relação aos

¹⁷ Provém do liberalismo, que consiste em garantir os direitos individuais (destacamos o direito à propriedade privadas dos sujeitos) e não ter a interferência do Estado na economia, já que para o capitalismo, não é o Estado que irá conceber as instituições privadas, portanto não pode interferir nela (FONTES, 2010).

serviços públicos, que sempre são alinhados ao interesse do Estado perante o mercado.

Devido ao contexto competitivo da globalização, os países¹⁸ tiveram que acompanhar as tendências de reformas neoliberais. Essas reformas tiveram como influências os organismos mundiais, de modo especial do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) sendo que este órgão buscava:

[...] novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos; 4) a aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; [...] 5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não-universitárias; entre outras (DOURADO, 2002, p. 240).

Tais tendências tiveram como base as ideias firmadas no Consenso de Washington em 1989, que de acordo com Costa (2011) é como um conjunto de regras voltadas para o mercado, estabelecidas pelos Estados Unidos e grandes instituições financeiras internacionais, as quais são, pelos EUA, majoritariamente controladas e por eles lideradas quando das suas inaugurações.

Essas regras cumprem a função de atender, “[...] sobretudo, aos interesses dos grandes conglomerados empresariais mundiais que controlam parte importante da economia mundial, bem como formular políticas para reduzir a participação social do Estado e direcionar os rumos das estruturas do pensamento e da constituição das mentalidades sob esses princípios” (COSTA, 2011, p. 6).

O neoliberalismo, marcado principalmente pela financeirização da sociedade, a partir das leis do mercado e da redução do Estado na economia, passou a subsidiar as práticas educativas devido a demanda do capitalismo. Com isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) sofrem grande influência econômica, política e ideológica desde as suas origens, pois:

Na política neoliberal, a educação constitui um investimento e, como tal, deve trazer ganhos econômicos. Assim, pensando em termos de mercado, os investimentos devem ser aplicados em setores, segmentos ou áreas mais produtivas e, tratando-se de pessoas, preferencialmente nas talentosas ou habilidosas. Nessa concepção, os

¹⁸ Aqui nos referimos principalmente aos países da América Latina que sofreram um grande processo de industrialização a partir dos anos de 1970. O primeiro país a adotar políticas de cunho neoliberal foi o Chile em 1973 sob o governo de Pinochet.

investimentos ou recursos públicos devem ser canalizados em áreas mais produtivas e obter retorno econômico mais imediato (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 59).

O capital entende a educação como um espaço de expansão, desta forma, a mercantilização ocorre neste processo de reestruturação do capitalismo em sua crise:

[...] imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria (TONET, 2003, p. 5).

É importante salientar que a crise do capital vem se aprofundando. Para Mézáros (2011), a crise não envolve somente o âmbito econômico, mas ocorre em todas as esferas da sociedade, principalmente nas últimas décadas. Levando isso em conta, o capital demonstra cada vez mais incapacidade de oferecer soluções para os problemas que o sistema vem desenvolvendo.

Como forma de amenizar a situação, o capital defende a privatização de bens públicos e principalmente a flexibilização do trabalho, enfatizando a exploração do trabalhador, que deve estar disposto a vender a sua força de trabalho independente das condições exigidas.

Neste contexto, a educação como forma de seguir a “globalização” acaba incorporando em seus currículos¹⁹ tendências pedagógicas que trazem em seu bojo o neoliberalismo, responsabilizando o indivíduo pelo seu sucesso no mercado de trabalho, dando a ideia errônea da “democratização do ensino”, o que não ocorre, pois o intuito é preparar os sujeitos para o mercado de trabalho, e não para uma formação omnilateral.

Para Duarte (2001) os ideais do neoliberalismo estão engendrados nessas tendências:

Mas os intelectuais a serviço do capital internacional são mestres na utilização de um discurso repleto de termos vagos que escondem os compromissos ideológicos. Evitam a todo custo que se tome evidente a defesa da liberdade plena para o capital, existente por detrás do discurso que defende a liberdade individual e mitifica a imagem do

¹⁹ Conforme Saviani (2008, p.16), o “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” (p. 16). Ou seja, o currículo aborda sobre os aspectos filosóficos e sociopolíticos no processo pedagógico.

indivíduo empreendedor e criativo. Assim, o processo de “globalização” é apresentado como um processo de desenvolvimento natural e espontâneo, devendo todos os países se adaptarem a tal processo, destruindo todas as formas de controle social do mercado (DUARTE, 2001, p. 70).

A partir de Duarte, podemos compreender que este discurso “salvacionista” propõe uma educação desconexa na circunstância da sociedade de classes, mantendo a sujeição do indivíduo a sua condição, e não emancipando-o.

Em contraponto a essas tendências, destacamos aqui a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), ²⁰ pensada a partir da posição da classe trabalhadora, portanto, possui um caráter revolucionário:

A pedagogia revolucionária é crítica. E por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítica reprodutivista, que a educação é direcionada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade (SAVIANI, 2009, p. 75).

Saviani (2009) nos remete a Marx (2006) ao abordar que a educação é um determinante nas transformações sociais, pois para Marx, o trabalho é uma forma de educação, uma vez que o homem aprendia ao mesmo tempo em que ocorria o processo de hominização, e a partir disso, educava as novas gerações.

Com o aumento das forças produtivas, deu-se início à apropriação dos meios de produção, resultando na separação de duas classes: a detentora dos meios de produção e a detentora da mão-de-obra.

A divisão do trabalho ocorreu de forma inerente a este processo, e com isso surgiu a educação em dois moldes, a dos que comandam e a dos que executam.

Diante disso, surge a necessidade de reorganizar o sistema educacional, pois era fundamental que a classe trabalhadora fosse instruída o mínimo possível, mas

²⁰ Sobre a PHC, ver mais em: Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras Aproximações (1991), de Dermeval Saviani.

tendo todo o cuidado para que a educação que lhe seria ofertada não colocasse o sistema vigente em risco.

Para Saviani (1994) isso é uma contradição do próprio sistema:

Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “em doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção. É difícil fixar limite, daí por que a escola entra nesse processo contraditório: ela é reivindicada pelas massas trabalhadoras, mas as camadas dominantes relutam em expandi-la (SAVIANI, 1994, p. 161).

Ou seja, a aprendizagem deve ocorrer, mas de forma mínima e fragmentada. Isto também se apresenta na escola: os filhos da burguesia possuem uma educação superior aos filhos da classe trabalhadora.

A educação tem um papel fundamental na perpetuação do sistema vigente. Para romper com esses entraves, é necessário que a educação ocorra de forma que venha beneficiar a classe trabalhadora, superando a educação burguesa ofertada nos ambientes de ensino.

Como forma de conter tendências pedagógicas como a PHC e adequar o Ensino Superior aos novos moldes internacionais, realizaram-se reformas educacionais que visavam diminuir os subsídios para a pesquisa e para a ciência, diminuir a participação do Estado na distribuição de recursos para a educação, expandir as IES privadas e suas matrículas.

Isso ocorreu para que, posteriormente, houvesse um aumento em sua “eficiência”, se adequando ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Deste modo, o capitalismo que se encontrava em crise, se apoia na ideia de que o Ensino Superior seria um grande mercado em expansão, pois:

Frente ao desafio da construção da sociedade futura, os ideólogos neoliberais colocam na educação a missão de conceber e efetivar o desenvolvimento sustentável, autônomo e justo. Num exame mais minucioso, entendemos que tal formulação integra parte das estratégias do capital no sentido de superar a crise estrutural. A educação formal, representada pela escola básica, aparece aqui como a redentora das crises geradas pelas próprias contradições do sistema capitalista, devendo contribuir na solução dos problemas do desemprego, da mão-de-obra desqualificada, da desigualdade social,

de gênero, etnia, religiosa e cultural (MENDES SEGUNDO, 2005, p. 145).

Para Harvey (1993) o capitalismo sempre está inovando para que possa dar continuidade na sua geração de lucro, mesmo em crise. Desta forma, podemos perceber que o sistema capitalista vai transformando tudo aquilo que era estatal em privado, gerando novas fontes de arrecadação de capital. A partir desta perspectiva podemos observar que o Ensino Superior brasileiro nada mais é do que um produto em meio a outros.

Assim,

No Brasil, passados os anos 1980, o chamado período de democratização do país veio acompanhado da “cartilha” do Congresso de Washington e do avanço do neoliberalismo. O Consenso de Washington teve o papel de orientar o processo de adequação dos países periféricos às exigências do capital internacional, recomendando disciplina fiscal, priorizando nos gastos do setor público, ampla reforma tributária, liberalização comercial e financeira, além da privatização de empresas estatais e desregulação na legislação trabalhista (NOMA; KOEPSEL, 2010, p.24).

O Brasil, ao adotar essas perspectivas, se colocava em meio ao capitalismo internacional, no qual o neoliberalismo sustentava as novas práticas políticas e econômicas orientadas por países como os Estados Unidos da América (EUA).

Em relação ao Ensino Superior, o processo de mercantilização teve seu auge no final da década de 90, mas já se revelava no governo de Fernando Collor, trazendo a ideia engendrada pelo neoliberalismo de que a educação deveria se tornar mais “diversificada e flexível” (NOMA; KOEPSEL, 2010).

A partir deste discurso deveria se expandir o acesso a este nível de ensino, sendo que na verdade o que se almejava era a criação de IES privadas e a privatização das estatais, entre elas as instituições de ensino públicas. Portanto, assim como o Brasil, os demais países da América Latina vêm adequando os seus sistemas de ensino de acordo com as recomendações dadas pelo BM e FMI, fundamentando-se na lógica de mercado.

Devido ao processo de *impeachment* sofrido por Collor, Itamar Franco (1992-1995)²¹, seu sucessor, tratou de adequar a educação universitária aos moldes do

²¹ Salientamos que Itamar continuou com os mesmos planos governamentais que Collor, principalmente na área da educação para que esta se adequasse aos moldes internacionais. Como exemplo disso,

neoliberalismo, com o objetivo de incluir o Brasil no desenvolvimento econômico que vinha ocorrendo de forma global.

Para contemplar de maneira mais abrangente o processo de mercantilização da educação no Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) iniciou a reforma do estado com a fundação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), para que fosse possível a adequação do Brasil às exigências dos organismos internacionais. Contudo, FHC alegou necessidade de ajuste fiscal para reduzir os gastos com o Ensino Superior público.

A partir do MARE, o mandato de FHC concebeu o Plano Diretor da Reforma do Estado²², que tinha como objetivo superar a crise econômica que assolava o país. Para Minto (2013) a reforma ocorreu devido a renúncia sobre o controle da moeda nacional que já estava subordinada às variações do dólar, as inúmeras privatizações de empresas estatais e os acordos de dívidas externas, entre outros fatores.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) (2007), outro passo importante para que este fato ocorresse, foi a Emenda Constitucional nº 6 de 1995, com ela se substituiu:

[...] o conceito de empresa nacional por empresa constituída sob as leis brasileiras e com sede no território nacional, concedendo a essas o direito de serem concessionárias dos monopólios estatais, desde a exploração mineral até a produção de serviços. Com isso, empresas multinacionais passaram a ter acesso à exploração do subsolo e à participação em todo o processo de privatizações de empresas estatais que se seguiu (ANDES, 2007, p.11).

A reforma ocorreu de modo mais acentuada no governo de FHC, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 173/1995 que posteriormente entrou em vigor com a Lei de nº 9172/1995, que de acordo com Ferrarez (2016, p.84):

[...] visava modificar o regime e dispunha sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes públicos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

podemos citar o “Plano decenal de educação para todos: 1993-2003” e o “Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)” (LIMA, 2007). Ainda no mandato de Itamar (1992-1995), temos a promulgação da Lei de nº 8958/1994, que propunha que a “apropriação das verbas privadas para financiamento de atividades acadêmicas nas IFES, isentando o Estado de sua responsabilidade para com esse financiamento” (FERRAREZ, 2016, p. 83).

²² Criado por Bresser Pereira, Ministro da MARE a época.

Com a nova Reforma, a educação deixa de ser um serviço exclusivo do Estado. Ele ainda irá prover, contudo o setor privado possui liberdade de oferecer o serviço educacional. Sendo assim, o ensino é um dever do Estado e da iniciativa privada, assim como afirma Duarte e Costa (2010):

A adoção desses mecanismos de mercado como a concorrência entre setor público e setor privado na prestação do serviço público, tanto na literatura jurídica quanto na teorização da reforma estatal dos anos 90 não implicaria na substituição da natureza pública das atividades prestadas pelo Estado. Porém, nos termos do AGCS/GATS, a presença de concorrência na prestação de determinada atividade indica sua oferta em bases comerciais, o que é suficiente para transformar esse serviço de público em mercantil e, por conseguinte, justificar a adoção das regras do mercado sob a tutela da OMC (DUARTE; COSTA, 2010, p.189).

Com uma maior oferta educacional do setor privado, promove-se uma disputa em relação a prestação de serviços, produzindo conseqüentemente, o maior acesso de pessoas às IES. Desta forma, o Estado tem a obrigação de oferecer serviços básicos como a educação, mas o setor privado também possui essa autonomia. Neste caso, o Estado tem a obrigação de fiscalizar e controlar as instituições privadas (DUARTE; COSTA, 2010).

No mandato de FHC também tivemos a promulgação da Lei de nº 9394/1996²³, um marco na educação brasileira, mas no que tange ao Ensino Superior, em seu artigo de nº 7, deu liberdade a presença e expansão da iniciativa privada no setor:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

Em seu artigo de nº 45 fica perceptível o favorecimento, ainda maior, da educação nos moldes internacionais: “Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996). A partir desta proposta, o Estado não

²³ A primeira LDB foi aprovada por meio da Lei 4.024/61, que foi criticada pelo ME pois essa lei era passível de dupla interpretação, abrindo portas para as empresas privadas (FÁVERO, 1995).

é mais obrigado a arcar com a responsabilidade de custear as IES, abrindo espaço para a privatização destas.

Portanto, a LDB surgiu para assegurar diversos direitos, mas contraditoriamente também para atender as demandas do capital, fato que se evidencia nos artigos citados, em que o Estado atua apenas como regulador deste serviço.

Nas palavras de Catani e Oliveira (2007), a LDB foi aprovada com a intenção de promover:

[...] a completa reestruturação da educação superior no país, em um processo que restringiu (e metamorfoseou) a atuação da esfera pública e ampliou a ação do setor privado, alterando de maneira significativa a identidade das IES, procurando tornar a educação um bem ou “produto”, que os “clientes” adquirem no mercado universitário (CATANI; OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Ainda com esta lei tivemos a criação de “[...] um novo tipo de curso: os chamados cursos sequenciais por campo de saber, mais simplificados que os cursos de graduação.” (NEVES; FERNANDES; 2002 p. 23). Neste período também é possível perceber a mercantilização da educação por meio de cursos tecnológicos, ampliando as aplicações em escolas técnicas federais, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), vindo exclusivamente para atender a demanda do mercado de trabalho.

No ano de 1997 foi promulgado o Decreto de nº 2306/1997, que também veio para beneficiar o setor educacional privado brasileiro. A partir deste decreto, as IES estariam estruturadas em cinco categorias, sendo elas: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Sendo que “[...] as universidades continuariam a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo” (NEVES; FERNANDES, 2002, p.31).

Para reforçar o movimento privatizante, outros instrumentos foram criados. Entre eles podemos citar a Portaria de nº 637 de 1997 que especifica todas as ações que possam credenciar as IES que disputam o status de universidade. E para que houvesse o credenciamento da instituição, era necessário submeter a IES ao mesmo procedimento de credenciamento a cada cinco anos.

Com a Portaria de nº 639 de 1997 se abriam os procedimentos para credenciar os centros universitários, elencando as condições que as IES deveriam contemplar.

Em relação ao ensino a distância (EaD), na década de 90, não existia na forma que se encontra hoje. Os cursos EaD possuíam caráter profissionalizante ou se apresentavam como forma de complementação de estudos (LIMA, 2007). Esse cenário sofre mudanças com a chegada da internet e o país passa a conceber uma nova metodologia de ensino que é, também, regulamentada na LDB.

2.2. OS ESTUDANTES NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Para Saviani (2009) a escola tem como função social transmitir os conhecimentos acumulados historicamente, que foram desenvolvidos e sistematizados pela humanidade.

Contudo, compreendemos que a luta de classes também ocorre dentro do espaço escolar, uma vez que o capitalismo promove a instituição de ensino como o local em que se formam cidadãos capacitados para o mercado de trabalho.

Essa formação capitalista consiste principalmente na pedagogia que Duarte (2001) chama de “aprender a aprender²⁴”, um modelo pedagógico pautado em competências e habilidades desenvolvidas, que devem partir do próprio sujeito.

A educação ofertada pelos detentores do capital perpassa os currículos escolares, objetivando formar apenas mão de obra qualificada para satisfazer as necessidades do capital. Seguindo essa lógica, a educação ofertada para a burguesia se difere da educação ofertada para a classe trabalhadora.

Para Gramsci (2000) a escola é um local privilegiado, pois nela se forma a consciência humana e é o espaço em que se pode superar o sistema capitalista. Duarte (2001) afirma, ainda, que os detentores do poder na sociedade atual temem a escola e o conhecimento nela repassado, uma vez que é um ambiente que propicia a formação do pensamento crítico que faz com que a classe trabalhadora questione o sistema e as regras por ele impostas.

A escola, então, se torna um ambiente de disputa político-ideológica, pois é uma forma dominante de educação. Para Mascarenhas et al. (2017) as lutas que ocorrem dentro da escola são um embate que reproduzem, em grande medida, os interesses entre a burguesia e a classe trabalhadora, e se efetivam quando uma classe cria condições melhores para si (principalmente a educação) do que para as outras.

²⁴ Baseado na prática pedagógica defendida por Jacques Delors, em sua obra “Os quatro pilares da educação”. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortezo. p. 89-102.

Essas condições são difíceis de serem superadas, pois de acordo com Duarte (2001), conforme o nível de consciência das massas avança, também avançam as formas de estagnar esse processo, utilizando-se inclusive de violência e de repressão a todos aqueles que se impõem contra a parte dominante.

A partir disso, o neoliberalismo foi sendo implantado no Brasil e avança de maneira rápida, atacando principalmente a saúde, a previdência pública e a educação, majoritariamente a partir da década de 80 com a retomada da abertura política no país e efetivando-se na década de 90.

Para Silva (2001) a não regulação do Estado também é aplicada na educação:

Neste projeto, a intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal (SILVA, 2001, p. 12).

Com a expansão da onda neoliberal no país, é possível perceber que os problemas sociais que o Brasil vinha enfrentando foram sendo cada vez mais aprofundados a partir dessa doutrina, gerando um modelo de educação cada vez mais moldado nas demandas de ordem capitalista.

A política neoliberal não adentrou ao Brasil e aos demais países da América Latina ao acaso, mas foi imposta a partir de diversos organismos internacionais, tais como o BM, UNESCO, e outros, que realizaram diversas exigências, como a de que o Estado interfira o mínimo possível na educação superior, deixando esta etapa da educação com a iniciativa privada, transformando as IES em empresas.

Estas exigências foram colocadas a todos os países, mas teve mais efeito nos países periféricos, já que a sociedade civil demonstrou menos resistência contra as reformas educacionais. As ações nesses países fazem com que o Ensino Superior seja um mercado rentável a partir da ótica neoliberal, conforme afirma Lessa (1999, *online*): “O produto acadêmico negociável é o ensino, porém os custos crescentes para

a produção do ensino deslocam o interesse privado. Assim sendo, Ensino Superior de qualidade exige crescentemente financiamento público”.

Nesse contexto, para podermos compreender o porquê da pouca atuação do ME após a implementação da doutrina neoliberal no Brasil, é necessário que entendamos as consequências que a implementação desse modelo econômico trouxe ao país, principalmente em relação às políticas educacionais e à educação pública.

Para Freire (2008, p. 143 e 144) “Consequentemente os estragos do neoliberalismo na educação pública, *locus* privilegiado da organização e manifestação política, não foram pequenos e abalaram a organização dos estudantes brasileiros”.

O governo Collor contou com a ajuda da grande imprensa para persuadir e seduzir a população com este modelo econômico, bem como outros setores da sociedade. Desta forma, pregava-se a necessidade de o Brasil acompanhar as mudanças que estavam acontecendo internacionalmente.

Para Netto e Braz (2006) a aceitação desse modelo econômico pela classe trabalhadora se deu na redemocratização, onde a repressão militar da ditadura deu lugar à opressão gerada pelo mercado. Com a liberdade de consumo e a garantia mínima de direitos sociais, o Estado conseguiu minimizar, quase suprimir, as manifestações.

Devido a exaltação do livre mercado e a preferência do consumidor, retiraram-se direitos sociais, principalmente da classe trabalhadora, disseminando a flexibilização e consequentemente a precarização do trabalho:

Por outra parte, enquanto desenvolvem a demagogia da globalização (tal qual vem sendo conduzida por eles) como um “progresso” para a integração do conjunto da humanidade no capitalismo e insistem na necessidade de pôr fim a quaisquer restrições nos fluxos internacionais, os países imperialistas criam progressivamente novas barreiras aos fluxos de força de trabalho, instaurando verdadeiros “cordões sanitários” em suas fronteiras. Para o grande capital, o que interessa é a sua livre mobilidade” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 229).

Collor possuía grande apoio de empresários para instituir a agenda neoliberal no país, iniciando pela abertura econômica internacionalmente, privatização e desmonte de diversas empresas estatais com o intuito de “combater a inflação”.

De certa forma, os trabalhadores, junto com os estudantes, demonstraram resistência às medidas que colocavam em risco os seus direitos. Contudo, ainda havia parcelas que não compreendiam o seu lugar na sociedade de classes. E a

implementação da agenda neoliberal, os direitos dos trabalhadores passaram a ser utilizados como moeda de troca em negociações com as empresas.

Estes acordos enfraqueceram a luta contra as reformas neoliberais, reduzindo as mobilizações dos trabalhadores. O ME por sua vez, sempre apoiou as lutas da classe trabalhadora, e junto dessa camada realizou protestos em prol do *impeachment* de Collor.

O “Fora Collor” foi a primeira manifestação dos estudantes após a Ditadura Civil-Militar e trouxe uma grande visibilidade ao ME após as manifestações na campanha pelas “Diretas Já!”. Todavia, os estudantes também se manifestaram e participaram de debates sobre a construção da Constituição Federal (CF) de 1988, pedindo a autonomia universitária e a gestão democrática nas instituições de ensino.

Com a CF de 1988, os jovens de 16 a 18 anos passaram a ter o direito ao voto. A esse respeito, Dias (2013) aponta que uma boa parte dos jovens compareceram às urnas, apesar do voto não ser obrigatório no ano de 1989.

O mesmo autor também aponta que o “Fora Collor” teve início no ano da eleição, haja visto que essa era a primeira eleição direta após a Ditadura Civil-Militar. Diante deste cenário, o candidato eleito tinha uma responsabilidade maior e seria fiscalizado pela sociedade, para que a democracia fosse realmente instaurada.

O jornal Folha de São Paulo, publicou no dia 11/06/1989 dados afirmando que os jovens entre 16 e 18 anos desejavam a vitória de Fernando Collor na eleição deste mesmo ano. Contudo, isso não impediria a “desilusão” destes jovens em relação ao mandato de Collor.

Contraopondo os dados do jornal, ao entrevistar ex-militantes ativos do ME durante este período, autores como Santos (2018) demonstram que os jovens optaram por votar em candidatos dos partidos de esquerda. Ainda de acordo com Santos (2018), a partir de sua entrevista, verificou-se que os jovens mais assíduos no ME, iam também para a militância política, e de modo geral, para partidos de esquerda.

Botelho (2006, p. 65) corrobora com esse pensamento:

A escolha pela participação em organizações estudantis e o envolvimento com as correntes partidárias ocorre, na maioria das vezes, posteriormente ao envolvimento com as atividades de base, tendo como desdobramento a opção política.

As mobilizações eram resultados de indignação à maneira com que o presidente se utilizou das políticas públicas para beneficiar a classe burguesa, e isso estava nítido para os estudantes. Isto posto, os protestos, em que principalmente os estudantes entoavam “Fora Collor”, não surgiram de maneira imediata, mas foram se desenvolvendo durante o mandato de Fernando Collor.

Para entidades estudantis a oposição e as lutas não eram diretamente contra Collor, mas sim, contra as políticas neoliberais que ele implementou ao longo de seu cargo enquanto presidente do Brasil.

Para Santos (2018), apesar das entidades estudantis terem como pauta a luta contra a corrupção e em favor da ética, eles também se organizavam contra a agenda neoliberal implantada por Collor.

Durante este período, alguns estudantes, que eram ativos no ME, começaram a filiar-se a partidos políticos. Tal vínculo resultou em manifestações com características políticas no movimento “Fora Collor”, encabeçadas pelo ME e com a participação implícita do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido cujo a maioria dos estudantes fazia parte em nível estadual e nacional (SANTOS, 2018).

Os estudantes acreditavam também que o presidente eleito não representava o processo de redemocratização do Brasil, isto porque a implementação do neoliberalismo era antagônica aos interesses dos movimentos sociais e consequentemente ao desenvolvimento da economia, da política e da cultura brasileira:

A eleição do ano passado era entendida como um momento histórico de exercício de democracia num país que durante 30 anos se via privado do voto para presidente, mais do que isto era esperado de todos os possíveis eleitos um compromisso com a ampliação dos espaços democráticos através do diálogo permanente com a sociedade. Porém, o primeiro ato de Collor foi exatamente em sentido contrário, empacotou a sociedade e despachou a democracia (UNE, 2021).

Com as grandes manifestações acontecendo por todo o país, os meios de comunicação²⁵ começaram a dar destaque ao ME, direcionando às principais matérias

²⁵ Relembramos que Collor foi eleito com o apoio das grandes mídias brasileiras, principalmente porque se beneficiariam do projeto neoliberal que estava sendo implantado no país, mas que devido a situação em que o presidente se encontrava, acabaram aderindo as manifestações em prol do *impeachment*, haja vista que Collor não possuía nenhum apoio político e estava envolvido em escândalos de corrupção.

a essa organização, reconhecendo progressivamente a importância que os jovens possuíam naquele contexto histórico.

Tal situação resultava no crescimento da oposição e, conseqüentemente, da agenda neoliberal no país, por isso os segmentos da sociedade que antes apoiavam Collor e seus planos econômicos, agora se voltavam contra ele, pois viam que a sua saída impediria o avanço da oposição.

A partir disso podemos compreender que os meios de comunicação começaram a veicular as notícias sobre as manifestações de forma mais recorrente pois objetivavam influenciar a política para o benefício da classe dominante.

Sobre isso, Marx e Engels abordam que:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. [...] Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2003, p. 47).

Diante disso, os meios de comunicação apenas garantiam a hegemonia da classe dominante, reproduzindo seus ideais, já que a burguesia financeira, controla e integra a grande mídia.

Para corroborar com essa perspectiva, Gramsci (1916) argumenta que as mídias impressas veiculam notícias de um determinado grupo social, desta forma, a classe trabalhadora deve ter cuidado e consciência na hora de escolher um jornal para leitura, devendo rejeitar os jornais que possuem as ideias da classe dominante, já que:

[...] é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação (GRAMSCI, 1916, online).

Os meios de comunicação também possuíram responsabilidade no processo de *impeachment* de Collor, devido ao seu caráter influenciador. Para a classe dominante, não era mais viável que Fernando continuasse seu mandato.

Após o *impeachment* de Collor, nos anos que se seguiram, a luta estudantil se intensificou contra o neoliberalismo. E no governo de Itamar Franco, pode-se dizer que, houve mais diálogo entre o presidente e as entidades de classe, já que estas tiveram um papel importante no processo de *impeachment* e o governo precisava tranquilizá-las.

Apesar do diálogo com os estudantes, o ME criticava Itamar Franco por dar continuidade ao projeto neoliberal, principalmente, no que tange a privatização de serviços públicos. Devido a isso, os estudantes fortaleceram a luta contra a mercantilização da educação e a expansão de instituições de ensino privadas, que ocorreram de forma descontrolada na década de 1990.

O ME sempre teve como pauta principal a educação pública, desde os anos de 1960, mas devido a conjuntura em que se encontravam, os jovens começaram a lutar pela redução das mensalidades nas IES privadas. As movimentações a favor da diminuição dos valores, foi uma pauta de fácil compreensão, tanto de alunos como de seus pais.

Junto com a luta contra as altas mensalidades, os estudantes também se mobilizaram contra a extinção e o sucateamento do ensino público e a desregulamentação do ensino privado, pois no caso das IES particulares, havia a “livre negociação” em relação às mensalidades, resultando no abuso de cobranças.

Para isso, entidades estudantis como a UNE e a UPE incluíram como reivindicação, em suas manifestações, que as instituições de ensino superior privadas fossem regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, bem como o aumento de salário dos docentes em relação à inflação e a fiscalização do governo sobre as IES de modo a garantir a qualidade de ensino.

Conforme as leis que regiam o Ensino Superior eram modificadas, também eram alteradas as principais pautas do ME. Com a redução das mensalidades deixando de ser o foco dos estudantes, pautas como cotas raciais e econômicas começaram a surgir no bojo do ME.

No ano de 1999, já no governo de FHC, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em substituição ao Crédito Educativo

(CREDUC) que surgiu no governo de Collor, e tinha como objetivo financiar os estudos no ensino superior de estudantes de baixa renda.

Programas como estes estavam previstos em recomendações dadas pelo BM para países periféricos, sob a alegação de incluir as classes menos favorecidas à educação. Para que os estudantes tivessem direito ao financiamento, algumas regras eram impostas, tal como somente alunos que não tivessem sido reprovados durante a sua vida acadêmica. Para a UNE isso era inaceitável, já que muitos estudantes conciliavam os estudos com o trabalho, devendo ver a situação de cada aluno.

O ME alegava que o programa não deveria possuir nenhum tipo de relação com o MEC, pois as verbas destinadas às IES privadas deixavam de ser investidas na educação pública, corroborando com as recomendações contidas na agenda neoliberal.

Até hoje o público-alvo do financiamento estudantil são estudantes que também trabalham, por isso as críticas ao programa diminuíram, haja vista que se criou uma dependência da classe trabalhadora por esta política educacional.

As manifestações estudantis no governo de FHC não tiveram grandes proporções, assim como durante o mandato de Collor. Podemos relacionar isso ao fato de que, devido as filiações dos estudantes à partidos políticos, deixaram de ter um ideário no ME, e sendo este um movimento plural, criaram-se tensões dentro da categoria.

Isso culminou na dificuldade em retomar as manifestações durante os anos do governo de Fernando Henrique, pois em seu primeiro mandato, os estudantes priorizaram a luta em prol da defesa da universidade.

No governo de FHC tivemos a concretização da flexibilização do Ensino Superior, assim como afirma Sguissardi (2004, p. 34):

[...] [o novo] modelo de universidade [...] que aos poucos se configuraria a partir do ajuste neoliberal da economia e da reforma do Estado dos anos 90, adquire melhores contornos conceituais e organização a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), da Lei das Fundações (Lei nº. nº8958/94) da Legislação (diversas medidas provisórias, leis, decretos) sobre os Fundos Setoriais e do conjunto das PEC's (Proposta de Emenda Constitucional), decretos, portarias, projetos de lei (da Autonomia, da Inovação Tecnológica, entre outras) etc. que visam configurar as novas relações entre o Estado, Sociedade (empresas) e Universidade. Enfim, o novo modelo de universidade no Brasil.

Além dessas leis citadas pelo autor, temos o Decreto nº2.207/1997, que foi o responsável por flexibilizar o sistema de ensino da educação superior, fazendo com que houvesse uma diversificação das instituições, para que estas pudessem suprir a demanda de formar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

O ME se posicionou contra as políticas educacionais impostas por FHC, tendo a UNE como responsável em mobilizar os estudantes. Em 1995 a organização iniciou a campanha contra o Provão²⁶, na qual a entidade propôs o boicote às provas, e promoveu debates com instituições de toda a América Latina sobre o contexto neoliberal implantado nesses países, dando ênfase à educação mercadológica que o BM e o FMI exigiam desses países.

Além dessa campanha, era frequente a UNE organizar caravanas com destino à Brasília, junto com outros movimentos sociais para mostrar o seu descontentamento às políticas educacionais e pedindo “Fora FHC” e “Fora FMI”, demonstrando a sua oposição ao neoliberalismo que adentrava a educação superior.

²⁶ O Exame Nacional de Cursos, também chamado de Provão, foi um sistema de avaliação implantado pelo MEC em 1995, e tinha como finalidade avaliar periodicamente os cursos de graduação ofertados nas instituições de ensino superior.

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE

Nos capítulos anteriores, abordamos brevemente a história do ME no Brasil, dando maior enfoque a partir dos anos de 1960, década em que se iniciou a Ditadura Civil-Militar até o final da década de 1990, período em que o neoliberalismo se constituiu no país, devido aos ideais empregados por esta doutrina, houve manifestações em todo o território nacional, e de modo especial pela defesa da educação pública, pois a partir desta perspectiva, a escola era utilizada com o intuito de formar sujeitos apenas para o mercado de trabalho.

Assim como já observamos no capítulo II, o neoliberalismo entende a educação como uma mercadoria, além de um instrumento de contenção da classe trabalhadora, por isso defende um ensino fragmentado e flexibilizado.

Ao realizar um levantamento acerca do tema “Movimento Estudantil na UNIOESTE”, verificou-se que não há trabalhos acadêmicos sobre o assunto, mas sabíamos da existência de fontes e arquivos que abordavam sobre o tema proposto e fomos buscá-los.

Salientamos que o período desta pesquisa compreende o momento da pandemia do COVID-19, afetando o andamento desta, haja vista que provocou o fechamento temporário de instituições, e que por conta dos protocolos de segurança, impediram o contato mais direto nos locais de pesquisa e em documentos, dificultando o levantamento de dados.

Durante o trabalho de levantamento de arquivos e fontes, realizamos visitas *in loco* na biblioteca central da UNIOESTE Campus Cascavel, na Biblioteca Pública Municipal de Cascavel e no DCE do Campus de Cascavel. Na biblioteca da universidade, não foi possível encontrar arquivo ou fonte sobre o ME que ocorreu na própria universidade, o mesmo ocorreu ao procurarmos o DCE do Campus.

Já na biblioteca municipal, foi possível encontrar recortes de jornais que tratam de algumas manifestações realizadas pelos estudantes durante o período de estadualização da UNIOESTE e durante o governo de Jaime Lerner (1995-2002).

Sobre este período, localizaram-se algumas imagens de manifestações do ME no ano de 1982 em favor da estadualização da antiga FECIVEL, localizadas no Museu da Imagem e do Som (MIS). Também encontramos fontes nas redes sociais do DCE

dos Campus de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão. No entanto, o DCE que mais possui informações e postagens sobre as suas ações é o DCE do Campus de Toledo.

No blog do DCE de Toledo foi possível encontrar, atas de reuniões, convites de assembleia geral e de eventos, informações sobre manifestações realizadas pelo DCE e pelos Centros Acadêmicos (C.A.).

Essas postagens, encontradas no blog do DCE de Toledo, foram organizadas e sistematizadas em um quadro contendo o Campus em que ocorreu a manifestação, o ano, temas abordados e o tipo de mobilização que foi utilizada pelos estudantes, juntamente com outros documentos que encontramos ao longo da pesquisa. Esse quadro, em anexo (ANEXO 01), teve como finalidade elencar os principais assuntos abordados pelo ME da UNIOESTE.

Para melhor embasar a nossa pesquisa, realizamos buscas nas diversas plataformas digitais, como: Google Acadêmico e o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) das principais universidades do Paraná, sobre o ME universitário na região oeste do estado.

Contudo, não encontramos nenhum artigo, dissertação ou tese tendo o oeste paranaense como recorte geográfico, somente abordando o ME no Paraná de forma geral ou sobre a atuação dos estudantes secundaristas, não abrangendo o recorte de nossa pesquisa.

Lideranças estudantis da época foram contatadas para verificar se ainda guardavam algum documento referente à época em que atuaram, mas não possuíam mais nenhuma fonte devido a inúmeros acontecimentos.

Tendo isso em vista, discutiremos a atuação do ME a partir de informações publicadas nos blogs do DCE, notícias veiculadas em páginas da internet, recortes dos jornais O Paraná e Jornal Hoje, atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Universitário (COU) da UNIOESTE. Devido a UNIOESTE ser multicampi, nossa análise pretende fazer uma abordagem geral, não especificando um Campus.

Neste capítulo abordaremos como se deu a organização dos estudantes em defesa da UNIOESTE, desde o período da estadualização até 2015. Para tal, discutiremos de forma breve como aconteceu o processo de reconhecimento e consolidação da universidade e a atuação dos acadêmicos neste cenário em defesa da universidade pública.

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A partir da década de 1970, período em que o declínio do sistema capitalista se agravou nos países periféricos, percebe-se um discurso “salvacionista” por parte da classe dominante por meio da educação, fazendo com que ela seja a única saída para todos os problemas que a sociedade enfrenta.

Argumentações de promessas de empregos melhores e mais rentáveis, fizeram com que ocorresse uma expansão de cursos superiores pelo Brasil. A região oeste não possuía uma universidade que pudesse atender as demandas locais, que se expandia cada vez mais em razão do desenvolvimento industrial que estava ocorrendo.

A partir dos anos 1970 iniciou-se um movimento que se estendeu pela região oeste do Paraná em defesa da construção de uma universidade, pois aqueles que gostariam de ingressar em uma universidade precisavam se deslocar até Curitiba. Sobre isso, acrescenta Kuiava (2012):

Os reclames e as reivindicações pelo ensino superior têm início no final da década de 60 e se intensificaram na década de 70, inicialmente em Cascavel e depois em Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Naquele período da história, nem o governo estadual, nem o governo federal tinham interesse político de instalar na região instituições públicas de ensino superior, Universidades e/ou faculdades estaduais ou federais. Coube, então, o papel das autoridades municipais atender aos reclames da juventude naqueles anos de intenso desenvolvimento econômico. Assim, a história da implantação dos cursos superiores regionais foi protagonizada pelas comunidades e as administrações públicas municipais arcaram com os encargos financeiros na formação da infraestrutura e, aos próprios estudantes coube manter os cursos com elevadas mensalidades. Essas condições empobreciam a qualidade dos cursos e reduziam o desempenho das Faculdades, com dedicação quase exclusiva ao ensino. [...] os docentes são contratados no regime de “horistas”, nada fazendo além de ministrar aulas em sala. Assim, fica impossível formar o espírito universitário, com pesquisas, estudos, discussões alimentadas pela diversidade de linhas de pensamento, métodos, áreas de conhecimento etc., atividades somente possíveis em ambientes verdadeiramente universitários. (KUIAVA, 2012, p. 474).

Em 1968, a partir da organização de professores do Colégio Estadual Wilson Joffre, houve movimentações para requerer a criação da Faculdade de Filosofia em Cascavel, assunto que logo chegou até a Câmara Municipal.

De acordo com Sperança (1988) os vereadores Luiz Picoli, José de Oliveira e Eliza Vieira Simioni, com o auxílio dos professores Marcos Schuster, Elio Willy Fauth e Tânia Lancini, organizaram diversos documentos que apresentavam informações sobre a realidade do município de Cascavel, nas esferas econômica e social.

A partir disso, iniciou-se um levantamento de dados que buscava verificar as necessidades sociais, econômicas e educacionais da cidade de Cascavel, assim foi possível verificar que a região precisava de uma Faculdade de Educação, Instituto de Geociências e de Agronomia.

O grupo de professores citados anteriormente, ficaram responsáveis por criar o projeto que daria início aos primeiros cursos superiores na região de Cascavel, já que conheciam a realidade educacional da região, principalmente do município.

Esse grupo optou por iniciar com os cursos de licenciatura, devido a expansão das escolas, pois compreendiam que não haveria número suficiente de profissionais habilitados para atuarem nessas instituições de ensino.

Em 16 de agosto de 1971, o prefeito de Cascavel em exercício, Octacílio Mion (ARENA), criou a Fundação Universidade Oeste do Paraná (FUOP), a partir da Lei Municipal de nº 885, de 27 de outubro de 1971, sendo autorizada a iniciar as suas atividades no dia 15 de maio de 1972, por meio do Decreto Federal nº 70.521.

A instituição era a responsável pela instalação da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), que teve como principal objetivo formar docentes para atuar nas escolas municipais e estaduais.

De acordo com Emer (1991), em 1972, foi implementado o curso de Letras, tendo a sua habilitação em Português/Francês e Português/Inglês devido à falta de professores de Língua Portuguesa, implementou-se ainda, o curso de Pedagogia, que na época contava com as habilitações em Administração Escolar, Magistério e Orientação Educacional, e as licenciaturas de Matemática e Ciências que também necessitavam de profissionais capacitados para atuar na região. Nos anos seguintes, outros cursos receberam a autorização de implantação na FECIVEL, sendo eles, os cursos de Administração e Ciências Contábeis no ano de 1976, Enfermagem em 1978 e o curso de Engenharia Agrícola em 1979.

3.1.1. Estudantes e professores no processo de constituição da UNIOESTE

De acordo com Pinzan (2017), a FECIVEL iniciou seu funcionamento em 1972 ainda como fundação, com os cursos de Letras, Pedagogia, Matemática e Ciências, que foram os primeiros cursos superiores da região oeste do Paraná. Emer (1991) nos diz que as primeiras turmas foram formadas, principalmente, por professores que buscavam uma titulação. As aulas eram ministradas no prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O Diretor Dr. Jamil Lourenço e seu Vice-diretor, o professor Edison Pietrobelli, tinham a difícil tarefa de construir o prédio da FUOP, em um terreno que fora doado por Agenor Miotto, Érico Bublitz e Idília Xavier. Em 1973 concluiu-se a transferência da FUOP para o seu prédio próprio, permanecendo como a sede oficial do Campus até hoje.

Entre os anos de 1976 e 1977, vinte e um municípios paranaenses participavam do Projeto MEC/OEA, desenvolvido pelo MEC e a Organização dos Estados Americanos (OEA), que tinha como objetivo reduzir os índices de analfabetismo e a evasão escolar na região oeste do Paraná. A partir deste projeto, realizou-se uma pesquisa nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, visando obter dados da região nos âmbitos educacional, econômico e social (PINZAN, 2017).

Ao analisar os dados da pesquisa, constatou-se um “[...] alto índice de repetência nas primeiras séries do ensino de primeiro grau, evasão escolar e ingresso tardio na escola, dentre outros problemas” (PINZAN, 2007, p. 90). Dentre as possíveis causas, pode-se citar a “[...] falta de habilitação e qualificação dos professores que atuavam nas escolas, a falta de domínio e metodologia de ensino” (PINZAN, 2007, p. 92).

Outro motivo que poderia estar relacionado a esses problemas, era o fato de que havia somente quatro cursos de licenciatura na região oeste do Paraná, todos situados na cidade de Cascavel. Portanto, a ausência de uma gama maior de cursos, em outras áreas que se faziam necessárias, também contribuía para os problemas constatados na escola primária.

A partir destas constatações, iniciaram-se discussões acerca da criação de uma IES nas cidades que eram consideradas “mais desenvolvidas”, assim como a implementação de novos cursos, que contemplassem as necessidades da região, que estava em pujante crescimento. Assim, com o apoio financeiro do Projeto MEC/OEA,

acontece a criação da FACISA (Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu) em 1979, da FACIMAR (Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon) em 1980 e da FACITOL (Fundação de Ensino Superior de Toledo), também em 1980.

Com a ampliação de cursos, a manutenção da instituição começou a se tornar um problema, pois as verbas municipais e as mensalidades pagas pelos alunos eram insuficientes para manter a IES.

Segundo Pinzan (2007), os prefeitos dos municípios sede, reclamavam, devido ao alto custo para manter as faculdades municipais. Como forma de manter a continuidade dos cursos superiores na região oeste, os prefeitos solicitaram o rateamento dos custos das instituições entre os municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).

Ao mesmo tempo que buscavam-se alternativas para a manutenção das instituições, também almejavam-se suas ampliações, como um modo de auxiliar o crescimento histórico da região oeste, pois os cursos superiores ofertados nas faculdades não supriam a demanda que a região necessitava e já se encontravam com capacidade esgotada (PINZAN, 2007).

Frente a este cenário, procuraram-se possibilidades para que o Ensino Superior na região oeste se expandisse de modo a acompanhar o crescimento local. Reuniões para discutir os melhores caminhos para federalizar as IES e mobilizações regionais, foram organizadas. Sindicatos, associações, políticos, professores e estudantes das faculdades municipais participaram dos encontros.

A tentativa de federalizar as faculdades começou em 1983, ano em que a Ditadura Civil-Militar já demonstrava enfraquecimento, portanto, já era possível a realização de manifestações, sem os riscos e a violência que prevaleceu no regime militar. No ano de 1986 os estudantes realizaram uma manifestação que reivindicava a federalização das faculdades municipais.

Na imagem abaixo podemos ver uma publicação do jornal O Paraná (1986) sobre a paralisação de estudantes, professores e funcionários da FECIVEL em prol da federalização das IES:

Imagem 1 – Paralisação pela federalização das faculdades municipais.



Fonte: Jornal O Paraná, 1986.

Na publicação podemos ver os estudantes, professores e funcionários da FECIVEL, FACITOL e FACIMAR reunidos em assembleia devido a paralisação. Os estudantes ainda boicotaram o pagamento das mensalidades e a greve teve o intuito de chamar a atenção das autoridades para a federalização das IES, para a criação da Universidade do Oeste.

No município de Toledo, sede da FACITOL, no final do mês de novembro de 1984, a Comissão Pró-Universidade do Oeste²⁷ elaborou um documento para ser entregue ao candidato à presidência, Tancredo Neves, em sua visita à cidade de Curitiba/PR durante as manifestações das “Diretas já!”.

De acordo com Cunha (2005), a educação era uma das prioridades para o candidato, que tinha a proposta de organizar uma comissão que visava melhorar as políticas de financiamento do Ensino Superior. Tancredo Neves ganhou a eleição, mas faleceu antes de ser empossado, não respondendo o documento recebido em Curitiba.

No ano de 1985, estudantes realizaram uma passeata em frente da Prefeitura de Cascavel, no centro da cidade, segurando faixas reivindicavam mais verbas para as IES. Tal ato pode ser observado no registro da imagem a seguir que apresenta a mobilização de estudantes:

²⁷ A Comissão Pró-Universidade era formada por docentes e discentes das faculdades municipais, e por membros da comunidade externa, como políticos e professores da Educação Básica que acreditavam que o oeste paranaense necessitava de uma universidade para ajudar no desenvolvimento da região.

Imagem 2– Protesto por melhorias na educação.



Fonte: Museu da Imagem e do Som (MIS), 1985.

Devido ao protesto, houve uma reunião na cidade de Guaraniáçu/PR em meados de abril de 1985, com a participação de instituições como a AMOP, a Associação Educacional do Oeste do Paraná (ASSOESTE), prefeitos das cidades da região, políticos, membros da Comissão Pró-Universidade do Oeste, professores e representantes estudantis das faculdades, para deliberar sobre a criação da Universidade do Oeste. A fotografia abaixo é um registro desta reunião:

Imagem 3– Reunião para a criação da UNIOESTE.



Fonte: Museu da Imagem e do Som (MIS), 1985.

Entre os membros da mesa, pode-se identificar Ivo Oss Emer, um dos idealizadores da UNIOESTE, e Giovanni Batista Paludo, ex-vereador do município de Cascavel.

Em decorrência da reunião ocorrida em Guaraniaçu, os municípios de Palotina e Assis Chateaubriand, junto com os municípios sede, passaram a custear os gastos da Comissão Pró-Universidade, entidade que teve a incumbência de integrar as faculdades municipais, tornando-as regionais, para consolidar o Ensino Superior da região oeste. A Comissão foi instalada junto à ASSOESTE, tendo a participação desta entidade no processo de unificação das IES.

Emer (1991), ao abordar a idealização da união das faculdades municipais, refere-se a ideia deste movimento como embrionária, mas que posteriormente resultaria na universidade que temos atualmente.

Antes destes acontecimentos, no ano de 1984, já tinha ocorrido outra tentativa de federalização da FECIVEL. Quando o Deputado Estadual Edgard Pimentel apresentou o projeto de criação da Universidade do Oeste na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). No entanto, a proposta foi rejeitada, apesar do governo de José Richa (1983-1986) conter propostas educacionais que abrangiam os três níveis de ensino (CUNHA, 2005).

Nesse período, o Estado do Paraná mantinha quinze IES, sendo elas:

[...] três universidades estaduais (em Londrina, Maringá e Ponta Grossa); uma federação em via de se transformar em universidade (na região oeste do estado, centrada em Cascavel); outras 11 instituições isoladas mantidas pelo governo estadual (CUNHA, 2005, p. 250).

Diante das dificuldades em manter as IES com os recursos municipais, novas reuniões aconteceram no ano de 1985, em Foz do Iguaçu, com o intuito de realizar uma nova reivindicação, em que pelo menos uma IES da região recebesse os proventos do estado.

Em outra tentativa de obter a atenção do governo e pressionar o governador do estado, José Richa, para estadualizar a FECIVEL, diversas pessoas foram à Curitiba com o apoio de alguns políticos. Porém, o pedido foi negado. Na visão de Kuiava (2005), Richa não acatou a solicitação porque posteriormente as outras faculdades municipais também requereriam a estadualização, e para o governador, a responsabilidade do Ensino Superior seria do Governo Federal.

Com a recusa do governador, novas discussões em torno das IES começaram tendo como objetivo unir as quatro faculdades municipais da região (FECIVEL, FACITOL, FACIMAR E FACISA).

Richa, que era a favor da federalização das IES, incentivou a ida de uma comitiva até Brasília, capital do país, para que o Governo Federal assumisse os proventos da Universidade do Oeste. Recebidos pelo então ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ouviram que nenhuma universidade seria federalizada naquele momento (PINZAN, 2007).

Assim, com as recusas dos Governos Estadual e Federal, as manifestações em prol da estadualização das IES se intensificaram, e com o apoio da comunidade acadêmica, intensas negociações com o governador José Richa foram realizadas.

No início de maio de 1986, depois de inúmeras conversas, a solução apresentada para aquele momento foi a unificação das faculdades do oeste, criando uma única instituição, que receberia provisões do Estado do Paraná. Realizou-se, assim, um acordo entre os municípios que sediavam as instituições e o Governo do Estado, no qual ambos contribuiriam para a manutenção e implementação da estadualização da Universidade do Oeste.

Em 1986, durante um ato inaugural no viaduto Carelli, na cidade de Cascavel, José Richa foi recebido por estudantes que empunhavam faixas e gritavam palavras de ordem, como: “Richa, chega de embromação, queremos estadualização”, demonstrando o seu descontentamento com o governo (KUIAVA, 2005). Ainda neste evento, de acordo com Schmitt (2011), durante a fala do governador, os acadêmicos entregaram para a população presente no local, cópias de um texto escrito por eles, com o auxílio do professor José Kuiava, em que expunham promessas feitas por Richa.

Na imagem que segue vemos o diretor do CA entregando o pedido de estadualização ao governador:

Imagem 4 – Entrega do pedido de estadualização



Fonte: Museu da Imagem e do Som (MIS), 1986.

A imagem apresenta o diretor do Centro Acadêmico de Engenharia Agrícola conversando com José Richa e demais políticos presentes no evento.

José Richa, assim, se comprometeu em estadualizar as IES, a partir de um acordo realizado com os prefeitos das quatro cidades onde havia as faculdades, assumindo o compromisso de doar terrenos para a construção da universidade (BALBINOTTI; KUIAVA, 2007).

Com a crescente pressão para estadualizar as faculdades, de acordo com Pinzan (2007), ao chegar em Curitiba, Richa entrou em contato com o governador interino, José Elízio Ferraz de Campos, e pediu que este enviasse o pedido de estadualização das IES da região oeste à ALEP. Diretores, professores e estudantes das quatro faculdades, assim como entusiastas da Universidade do Oeste estiveram presentes na votação. Depois de alguns empecilhos, ocorridos durante a sessão, foi aprovada a estadualização das faculdades.

Kuiava, em entrevista a Schmitt (2011), diz acreditar que o ME teve um papel fundamental na estadualização da UNIOESTE, considerando inclusive que a principal atuação dos estudantes foi em benefício de uma universidade na região oeste do Paraná.

No entanto, somente no governo de Álvaro Fernandes Dias (1987-1991), a Lei de nº 8.464/1987 foi aprovada, instituindo a Fundação das Instituições do Oeste do Paraná, que unificava a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – FECIVEL, a Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu – FACISA, a

Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR e a Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" de Toledo – FACITOL.

No dia 27 de abril de 1987, o Estatuto da Federação foi aprovado por meio do Decreto nº 399. Já a partir da Lei de nº 8.680 de 30 de dezembro de 1987, a Fundação Federação se tornou Fundação Universidade, que tinha como sede a cidade de Cascavel. Em 27 de janeiro de 1988, o Decreto nº 2.352 instituiu a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (FUNIOESTE), implementou também a Comissão da Implantação da UNIOESTE, que era integrada pelos professores José Kuiava, Milano Adolfo Scheidt, Carlos Roberto Calssavara, Flávio Vendelino Scherer, Celso Almiro Hoffmann, Zeferino Perin, Franco Sereni e Lair José Berch (PINZAN, 2007).

No final de maio de 1989, a FUNIOESTE convocou representantes de entidades da região oeste, além das prefeituras, funcionários, professores e alunos para discutir a criação da Estatuinte, que tinha como objetivo possibilitar a participação de toda a sociedade oestina na universidade. Sabendo do período histórico em que se organizava o processo democrático da Estatuinte, podemos considerá-lo um marco histórico na história da educação da região oeste do Paraná.

Como o tempo para encaminhar o projeto era curto, a Comissão instituída pela FUNIOESTE, composta por cerca de quarenta e sete pessoas, optou por priorizar os segmentos da universidade idealizar o projeto: funcionários, professores e alunos, e da sociedade por seus representantes (PINZAN, 2007).

De acordo com Emer (1991) esse processo abrangeu diversos segmentos da sociedade e demonstrou a importância de se discutir e encontrar o melhor caminho:

Se não fosse adotada esta perspectiva, teria sido fácil em apenas um mês fabricar um Regimento Interno, leis de sustentação ao modelo de universidade escolhido e enviado ao CEE. A Universidade já poderia estar reconhecida. O projeto da Unioeste, no entanto, foi elaborado numa perspectiva diferente. Que universidade queremos a serviço do que, de quem, como funcionará, com que embasamento filosófico. A Estatuinte não caiu do céu. Foi pensada enquanto tal. Enquanto perspectiva para o ensino superior. Que tipo de idéia respalda nossa ação? Sem a Estatuinte a Unioeste teria outra perspectiva, que não a da participação da democracia. Basta rever que segmentos da sociedade participaram do processo de discussão sobre a Unioeste. A participação foi ampla. É um processo amplamente participativo, democrático, demorado e desgastante, mas ainda é o melhor caminho. Quem discutiu a Estatuinte tem claro o projeto da Unioeste, regional e multicampi, globalizante. A participação, o debate, é o fator

determinante do nível de consciência de uma sociedade (EMER, 1992, p. 3).

Portanto, podemos compreender que toda a comunidade oestina teve participação na construção da UNIOESTE, e não somente alunos e funcionários.

De acordo com Balbinotti e Kuiava (2005), havia impedimentos federais para a concretização da Universidade do Oeste, devido a decretos que impediam a criação de novas universidades entre o mês de novembro de 1986 até novembro de 1989.

Ainda em 1989, ocorreu a aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da UNIOESTE. Essa aprovação fazia com que a UNIOESTE pudesse criar novos cursos. Contudo, a UNIOESTE ainda não era uma universidade. No ano de 1990 teve início a elaboração de um Plano de Ação para que a Fundação se transformasse em universidade. Entre diversos impedimentos para o reconhecimento da UNIOESTE, em 1991, por meio da Lei nº 9.663 de 16 de julho de 1991, Roberto Requião (1991-1994), então governador do estado, autoriza transformar todas as Fundações em autarquias, sendo, estas, totalmente submissas ao poder estatal.

A partir do Parecer nº 137 de agosto de 1994, o Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou o projeto de reconhecimento da UNIOESTE, em 23 de dezembro de 1994, encaminhando o processo para o MEC, que reconheceu a UNIOESTE como universidade estadual por meio da Portaria 1784-A. A sede da universidade foi estabelecida no município de Cascavel, no antigo Campus da FECIVEL.

Com o seu reconhecimento, a UNIOESTE passou a ter autonomia universitária, expandindo sua atuação a partir da criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, implantando em 1995, os cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Ciência da Computação, Engenharia Química, Agronomia, Odontologia e Medicina, sendo os dois últimos cursos efetivados no ano de 1996.

A UNIOESTE contava com quatro campi, nas cidades de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu. No entanto, em 24/07/1998, através da Lei Estadual de nº 12.235/98, houve a autorização de incorporação da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) à UNIOESTE, e por meio do Decreto Estadual nº 995/99 foi instituído o Campus de Francisco Beltrão.

Em 28 de dezembro de 2000, o Hospital Regional de Cascavel se transformou em Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) e foi transferido para a UNIOESTE por meio da Lei nº 13.029/2000. O hospital faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS), também presta serviços ambulatoriais e hospitalares, além de servir:

“[...] de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE e das Escolas Superiores do Estado, que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor” (PARANÁ, 2000).

Kuiava (2012) assevera a importância da UNIOESTE para a região, principalmente por ser uma universidade construída pela comunidade oestina:

A história do ensino superior do oeste é uma história que nos honra muito e engrandece os cidadãos desta região. Tivemos que lutar sempre e muito por conta própria, pois se não o fizéssemos estaríamos aliados do direito de termos o nosso ensino superior e o direito de muitas outras coisas vitais. Criamos e construímos Faculdades comunitárias a duras penas, com contribuição de orçamentos municipais. Mantivemos o ensino superior, construímos prédios, organizamos bibliotecas, instalamos laboratórios, contratamos e mantivemos professores, e profissionais a preço [e às custas] das mensalidades dos acadêmicos por muitos anos. Construímos com persistência e grandes dificuldades um rico patrimônio material, científico e cultural, sem a participação efetiva do Estado. Temos dado o melhor de nós. Produzimos riquezas que sustentam grande parte deste Estado e do país. Construímos as nossas Faculdades com o nosso trabalho, o da comunidade acadêmica e das nossas populações. O Estatuto, o Regimento Geral e o Modelo Organizacional da UNIOESTE foram examinados, discutidos e aprovados por uma estatuinte, fato único no Paraná, com participação de membros da comunidade universitária e membros da sociedade civil regional. Não copiamos o nosso Estatuto e nosso Regimento Geral de outras universidades às pressas, como sugeriu o Governador, pois decidimos em conjunto elaborar um modelo original. E não foi esse fato que impediu o reconhecimento da nossa Universidade. [...] Nós temos um projeto de Universidade elaborado por nós e não encomendado a mercenários da educação. A nossa universidade se propõe a promover o desenvolvimento da ciência, do conhecimento, do saber, da verdade, da democracia, da liberdade, da paz, da tecnologia, das artes e da cultura, em geral, e do Oeste, em particular. Visa formar cidadãos conscientes e profissionais qualificados e preparados para os desafios do mundo moderno, e para uma nova sociedade democrática. Trabalhamos muito para termos este projeto. Ele é nosso. Por tudo isto, pedimos aos Governantes do nosso Estado que tenham mais respeito por nós. Se não puderem trazer muito materialmente, que nos tragam, quando nos visitarem, mais consideração e respeito. Nós divergimos muito na Universidade, discutimos muito e estamos promovendo o entendimento da Universidade com a sociedade organizada em

grandes embates, mas acima de tudo cultivamos o respeito. (KUIAVA, 2012, p. 531-532).

A UNIOESTE foi resultado de muita luta da comunidade oestina, principalmente na década de 1990, pois era perceptível a preferência dos governantes pelas iniciativas privadas, devido às recomendações dos organismos internacionais.

É importante salientar que durante este período havia manifestações estudantis em todo território nacional devido ao contexto em que o país estava inserido. Os jovens protestavam a favor do ensino público e da efetivação da democracia no ambiente educacional, na região oeste do Paraná não era diferente.

3.2. LUTA DOS ESTUDANTES NA EXPANSÃO DOS CURSOS

Mesmo com a estadualização e o reconhecimento da UNIOESTE, a luta dos estudantes em defesa da educação pública e da garantia de seus direitos não cessou. As manifestações tomaram diversas proporções de acordo com os interesses dos estudantes, tendo sempre como ênfase a educação regional e estadual.

Após a unificação das faculdades municipais, houve mudança nas leis que regiam uma universidade compreendida por quatro campis e que pretendiam expandir os cursos já ofertados.

A integração da FACIMAR a UNIOESTE, gerou incompatibilidade de horários para acadêmicos que precisavam cursar disciplinas de dependência e as disciplinas subsequentes, devido a mudança no Regimento Interno da instituição. Alunos de diversos cursos buscaram o DCE do Campus de Marechal Cândido Rondon para a resolução deste impasse, que por sua vez, optou por entrar com um mandado de segurança de nº 261/95 na 1ª Vara Cível de Cascavel, Campus sede da instituição.

Em reunião do COU no dia 25 de abril de 1996, o advogado Gilceo Klein, na ocasião assessor jurídico da UNIOESTE, assim relatou sobre o regimento interno da faculdade municipal de Marechal Cândido Rondon:

[...] vigorando até 23 de dezembro de 1994, o Regimento da FACIMAR possibilitava aos alunos, com dependência, matricularem-se nas séries subsequentes; e também, nas dependências — independente da incompatibilidade de horário.” (UNIOESTE, 1996).

Um novo regimento interno foi adotado devido a unificação das faculdades, e a partir do Art. de nº 87, inciso IV do Regimento, exigia-se a compatibilidade de horários

dos alunos. Indo a julgamento, a liminar impetrada pelo DCE do Campus de Marechal foi deferida, portanto a UNIOESTE Campus Marechal Cândido deveria dar condições a todos os alunos representados pelo DCE no mandado de segurança a se matricularem nas disciplinas dependentes e nas subsequentes, não podendo exigir a compatibilidade de horário.

A recomendação dada foi de que o Campus abrisse novas turmas e turmas especiais para que nenhum aluno fosse prejudicado e fosse, assim, respeitado o direito dos acadêmicos, haja vista a substituição de um regimento por outro, após o início do curso, dos alunos requerentes (UNIOESTE, 1996).

No campus de Cascavel, os alunos de Informática²⁸ sofreram com a ausência de disciplinas que constavam em sua grade curricular, pois não havia docentes contratados. Os alunos então se manifestaram internamente. Em reunião, o presidente do COU se mostrou surpreso com o movimento dos alunos, uma vez que esta solicitação já estava em andamento a fim de prover as necessidades dos alunos deste curso, mas que isso demandava tempo e votação na Assembleia Legislativa.

Ainda no ano de 1996, o curso de Informática não havia sido legalizado, mesmo após o reconhecimento, então acadêmicos solicitaram informações sobre os trâmites legais. A Pró-Reitora de Graduação informou que logo seria encaminhado para o CEE, e que tudo corria dentro da normalidade. Próximo a colação de grau, o curso foi reconhecido, após três anos das manifestações dos estudantes, a partir de um decreto governamental.

No final do ano de 1996, o Governador Jaime Lerner demonstrava a intenção de privatizar empresas estatais e as universidades estaduais. Os alunos junto com outros segmentos da comunidade acadêmica apresentaram a sua insatisfação em uma reunião do COU, posicionando-se contra o projeto de lei que visava a gratuidade seletiva nas universidades, e que posteriormente foi pauta de uma das maiores manifestações estudantis paranaenses (UNIOESTE, 1996).

Ainda em 1996, os alunos de diversos cursos protagonizaram uma manifestação que teve o apoio de boa parte da população cascavelense e da região, tendo um elevado número de estudantes de Engenharia Civil e Fisioterapia, cursos recém-criados a partir do projeto de expansão da universidade. No ano de 1995, após o seu reconhecimento, a UNIOESTE realizou seu primeiro vestibular como

²⁸ No ano de 2010, o curso sofreu alteração de nomenclatura, mudando para Ciência da Computação.

universidade, e o reitor *pro tempore* Marcos Vinicius Pires de Souza incluiu na lista de cursos ofertados no vestibular, 20 vagas para Odontologia e 20 vagas para Medicina, cursos que faziam parte do projeto de expansão da UNIOESTE.

O Conselho Regional de Odontologia e o Conselho Regional de Medicina se demonstraram contrários a criação destes dois cursos no Campus de Cascavel e entraram na justiça tentando impedir a realização do vestibular, alegando que para implantar cursos da área da saúde, era necessário ter um parecer do Conselho Nacional de Saúde. O reitor respaldou-se na Constituição Federal, mais precisamente no Art. de nº 207, que trata sobre a autonomia das universidades.

A justiça federal negou o pedido da liminar realizada pelos dois conselhos, e manteve o vestibular, determinando que o resultado para estes dois cursos só poderia ser divulgado mediante a autorização da justiça. No entanto, o resultado foi publicado sem a autorização, o que por sua vez, poderia cancelar todo o concurso vestibular devido a ação contrária decidida pelo juiz.

O Reitor entrou com uma ação na justiça estadual, considerando que a UNIOESTE era uma universidade estadual e o juiz, então, autorizou a matrícula dos aprovados²⁹ no concurso vestibular de 1995. Ainda assim era necessário que houvesse o despacho da justiça federal, portanto, não havia previsão para o início das aulas (UNIOESTE, 2017).

Os estudantes, insatisfeitos com essa situação e como forma de protesto, acamparam no Campus de Cascavel, onde seriam ministradas as aulas. O acampamento durou cerca de sete dias, e só cessou quando o juiz da 3ª vara da justiça estadual concedeu aos jovens o direito de assistir às aulas.

Pouco tempo depois do início das aulas, o curso foi suspenso a mando da justiça federal, mas a UNIOESTE não acatou a decisão e continuou a ministrar aulas para os cursos de Odontologia e Medicina, muitas vezes os estudantes assistiram às aulas escondidos devido à situação irregular dos cursos.

Durante este período conturbado para os acadêmicos dos dois cursos, a Reitoria apoiou os estudantes, demonstrando que sempre esteve aberta a conversar e ajudar os estudantes no que fosse necessário. Tal suporte fica evidenciado quando

²⁹ O atual reitor da universidade, Alexandre de Almeida Webber, fez parte da primeira turma de Odontologia e participou ativamente do processo de reconhecimento dos cursos, bem como fez parte do DCE Campus Cascavel.

os alunos foram retirados, pelas portas dos fundos da universidade, para uma fiscalização a pedido da justiça.

Diante destes acontecimentos e como forma de protesto, os estudantes fecharam a BR-277, rodovia que dá acesso, da capital, às principais cidades da região Oeste do Paraná, conforme imagem abaixo. O protesto teve apoio da comunidade regional e principalmente da sociedade cascavelense, incluindo a presença do então prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, durante todo o protesto, pois ele via o desenvolvimento da cidade e da região a partir da criação destes dois cursos.

Imagem 5– Protesto dos acadêmicos na BR-277



Fonte: UNIOESTE, 1996.

De acordo com Darci da Rocha Almeida, então Coordenador Geral do DCE e estudante do curso de Engenharia Civil, na mesma ocasião os estudantes recepcionaram o governador Jaime Lerner com faixas no aeroporto de Cascavel, no ano de 1996.

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), também apoiou a causa, custeando ônibus para que os estudantes fossem a Curitiba, junto com o presidente da entidade, Dércio Galafassi, expor as dificuldades que estavam passando em relação a regularização dos cursos.

Os sindicatos, juntamente com a Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), também amparavam os estudantes nas mobilizações. Valmor Lemainski, presidente da CACIOPAR, conta que “Um dia ameaçaram de proibir a realização das aulas. Nós mobilizamos cerca de 300 pessoas

em uma tarde e no outro dia de manhã, na abertura das aulas, todas as entidades e sindicatos que mobilizamos estavam aqui” (UNIOESTE, 2017, p. 7 e 8).

As aulas ocorriam de forma discreta, mesmo sem a aprovação dos cursos, sendo ministradas por professores que apoiavam os alunos. Contudo, devido a denúncias e sob o pedido da justiça, a polícia foi fiscalizar a universidade. Os professores que estavam nas salas de aula tiveram seus materiais confiscados, e após um semestre, as aulas foram definitivamente suspensas.

Como forma de protesto devido à demora da decisão da justiça e pela suspensão definitiva das aulas, os estudantes levaram carteiras até o calçadão de Cascavel, em frente à Catedral, área de grande concentração de lojas e conseqüentemente de pessoas, e com o apoio dos professores tiveram aula, naquele local, com o intuito de comover as autoridades com a situação em que se encontravam, conforme verificamos na imagem 5.

Imagem 6– Alunos em aula-protesto no calçadão de Cascavel



Fonte: UNIOESTE, 1996.

Os estudantes também recebiam apoio de algumas lideranças políticas, entre elas Edgar Bueno e Mário Pereira, que tentavam dialogar com o CEE para regularizar a situação dos cursos. Como forma de pressionar e apoiar os acadêmicos, Edgar Bueno propôs um projeto de extinção do Conselho. A medida surtiu efeito e em 08 de maio de 1996, o CEE regulamentou os cursos e validou o vestibular. Como as aulas anteriores a esta data eram irregulares, os estudantes tiveram que refazer as

atividades. A UNIOESTE, então, passou por uma avaliação estrutural para que os cursos fossem regularizados.

Contudo, o juiz da justiça federal, proferiu parecer favorável aos Conselhos Regionais de Medicina e Odontologia, impedindo a abertura de ambos os cursos. Como o CEE já havia aprovado a regularização, a UNIOESTE recorreu da decisão da justiça federal.

Os alunos sentiram-se lesados e optaram por custear um advogado particular que conseguiu extinguir a ação judicial que bloqueava os cursos. Faltando, agora, apenas a homologação do MEC, houve uma articulação de deputados federais, que apoiavam os estudantes, solicitando a assinatura do Ministro da Educação.

Em 28 de agosto de 1996, os cursos foram reconhecidos pelo MEC, mas os alunos ainda careciam da estruturação dos dois cursos. Para que os alunos não ficassem sem aulas, até a estrutura ficar pronta, nos primeiros anos de curso foram ofertadas somente as matérias básicas, que já eram ministradas em outros cursos da UNIOESTE, como no curso de Enfermagem (UNIOESTE, 2017).

Entretanto, não eram somente os alunos da UNIOESTE, Campus de Cascavel, que se manifestavam. Os acadêmicos do Campus de Foz do Iguaçu realizaram manifestações para chamar a atenção de políticos para que apoiassem o Campus e a comunidade acadêmica, com o objetivo de implantar os cursos de Engenharia Elétrica e de Matemática, no ano de 1997 e o de História para o ano de 1998. Porém, em reunião foi explicado que o plano de expansão, aprovado pelo CEE, previa a criação de dois cursos por ano em toda a universidade, mesmo a UNIOESTE sendo multicampi.

No mesmo ano, representantes da região oeste e da própria universidade, incluindo discentes, estiveram em audiência com o governador do estado para reivindicar a criação de cursos que constavam no Plano de Expansão da UNIOESTE, bem como solicitar verbas para as bibliotecas, laboratórios, entre outros.

Em 1997 os alunos de Odontologia e Medicina continuavam a sua luta pela estruturação dos cursos, contando com o apoio do DCE Campus Cascavel e da própria universidade, que mesmo com dificuldades financeiras construiu laboratórios para que ambos os cursos pudessem prosseguir em pleno funcionamento.

Em 1999 foi inaugurada a Clínica Odontológica, que serve como campo de estágio para cursos de graduação e de pós-graduação, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Clínica proporciona atendimento gratuito para os

munícipes de Cascavel e da região e é credenciada como Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), integrando o SUS, tornando-se referência na área odontológica.

Diferentemente dos alunos de Odontologia, os estudantes do curso de Medicina ainda enfrentaram alguns desafios para obter o seu próprio campo de estágio. Com o início das disciplinas clínicas em 1998, os acadêmicos passaram a ter aulas no Hospital Regional de Cascavel (HRC), que não estava apto para receber os estudantes.

Sugeriu-se que o HRC fosse transformado em Hospital Universitário, no qual a UNIOESTE seria a responsável pela parte clínica, e conseqüentemente pelo estágio e pela residência dos acadêmicos da instituição.

Para que isto ocorresse, recomendou-se que os alunos de Medicina encaminhassem um cronograma de necessidades, no qual deveria explicitar o porquê de utilizar o hospital como um ambiente escolar. A CACIOPAR, o Departamento e a Coordenadoria de Medicina e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) seriam os intermediários dos alunos na Assembleia Legislativa, que deveria votar autorizando ou não a transformação do hospital.

Enquanto o projeto tramitava, os alunos assistiam aula em local inapropriado, em meio ao barulho de equipamentos, pois tudo era improvisado, conforme observado na imagem que segue:

Imagem 7– Alunos tendo aula em sala improvisada no HRC



Fonte: UNIOESTE, 1998.

Somente no ano de 2001 o HRC transformou-se em HUOP, atualmente referência na região, atendendo em diversas especialidades.

Os DCEs de todos os Campus apoiaram os acadêmicos de Odontologia e Medicina na estruturação de seus cursos, enquanto se desdobravam também em outras pautas, uma delas contra as políticas educacionais estaduais que ameaçavam as universidades estaduais.

3.3. OS ESTUDANTES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Para discutir as próximas manifestações dos acadêmicos da UNIOESTE, é necessário retomar, de forma breve, o cenário educacional em que o Brasil estava inserido na década de 90 e compreender as políticas educacionais defendidas pelo governador Jaime Lerner (1995-2002), para entender os motivos que levaram os estudantes a realizar tais ações.

Lerner governou o estado do Paraná durante os anos de 1995 a 2002, período em que a Educação Básica era o foco de reformas consideradas fundamentais para formar o trabalhador adequado às necessidades do sistema capitalista.

Com vistas a isso, a escola tinha o papel de formar este operário, que deveria se adequar às novas tecnologias, o que resultava em uma “[...] “formação para a qualidade total, formação abstrata, policognição e qualificação flexível e polivalente” (FRIGOTTO, 2000, p. 100).”

Seguindo a ação de FHC, presidente da república à época, Lerner utilizou-se das políticas educacionais para incluir o Estado na agenda neoliberal, possuindo uma conjuntura favorável de implementação para o Ensino Superior a partir de uma perspectiva mercadológica.

Com o intuito de reformar o Ensino Superior, Lerner, em sua primeira gestão (1995-1998), propõe formas que as IES poderiam cobrar por alguns serviços prestados, sendo eles:

[...] 1ª autoriza por meio da Lei 11.500/96 a prestação de serviços pelas IEES paranaenses, permitindo que as mesmas cobrem pelos serviços prestados à comunidade; a 2ª iniciativa é a proposta de gratuidade seletiva nas universidades estaduais apresentada em dezembro de 1996, pelo deputado Eduardo Lacerda Trevisan; e a 3ª é a proposta, ainda que velada, da equipe do governo Lerner de transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas. O projeto propunha regulamentar o

exercício da autonomia de gestão financeira das IEES (CAMOTTI, 2006, p. 58).

Podemos perceber que a partir dessas iniciativas o governo tentava adequar o Ensino Superior aos moldes neoliberais recomendados por organismos internacionais, privatizando o Ensino Superior a partir da Secretaria do Estado e de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Paraná (SETI).

Com a Lei de nº11.500/96, Lerner autoriza que as universidades estaduais possam prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros, podendo repassar até vinte por cento do valor arrecadado para os servidores. Como consequência, o Estado poderia terceirizar sua responsabilidade de manter e financiar as IES, pois não seria o único mantenedor das universidades.

Sobre isso, o docente e conselheiro do COU da UNIOESTE, naquele momento, Adeloir Ribas Rossi expôs:

Senhor Presidente, senhores Conselheiros: Um dos pontos de preocupação da comunidade universitária do Estado do Paraná é o da falta de definição, por parte do Governo Estadual, de uma política clara para o ensino. E o que é pior, acompanhando as negociações do movimento sindical das universidades, tanto com a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia quanto com a Secretaria de Estado da Administração e a Governadoria do Estado, observamos haver indícios de que está em curso um processo de extinção da gratuidade do ensino e de privatização das atividades universitárias. Tais propósitos, diferentemente da prática neoliberal de agraciar a iniciativa privada com empresas públicas, porém calcados no mesmo modelo, estão assentados no seguinte tripé: uma determinada concepção de autonomia universitária; a regulamentação do Art. 205 da Constituição Estadual, que instituiu o Fundo Paraná, e a aprovação do Projeto de Lei nº 213/96, que trata da prestação de serviços, nos moldes da mensagem 048/96 que o Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa e vem contando com o apoio da APIESP. Acrescente-se ainda a terceirização de serviços como os de vigilância e zeladoria, entre outros, e estão completos os ingredientes da receita governamental para transformar as universidades em verdadeiros shopping centers. Em tais condições, autonomia passaria a se confundir com a livre produção de mercadorias; a Fundação Paraná corresponderia a uma espécie de holding para implementar o comércio acadêmico; e a prestação de serviços permitiria a participação nos lucros das empresas universitárias através da retirada de pró-labore. A Universidade, assim transformada em empresa seria um grande supermercado. Os servidores exigem melhorias salariais? Professores e funcionários necessitam participar de atividade de qualificação? Falta verba para manter a Universidade? Simples, há autonomia, gerem serviços, criem produtos, vendam mercadorias e retirem o pró-labore. As consequências de tal modelo, que desobriga o Estado das suas responsabilidades com o Ensino Superior, são ainda completamente

imprevisíveis. [...] é fundamental assegurar a autonomia; necessitamos de criação de um órgão de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; precisamos definir a natureza dos serviços prestados pela Universidade; mas tudo isso sem perder a perspectiva de defesa da Universidade Pública, de qualidade e transparente. Caso contrário, estaremos sendo coniventes com o desmonte da Universidade (UNIOESTE, 1996).

Com o relato de Adeloir, podemos considerar que o governo Lerner ressignificou o termo de “autonomia” no que se refere ao âmbito financeiro das universidades a partir de reformas no Ensino Superior tendo como justificativa um novo modelo de destinação de verbas.

Este projeto de reforma está intrinsecamente ligado ao projeto neoliberal que avançava no país na década de 90, conforme a PEC 173/75 que propunha a conversão das Universidades Federais em Organizações Sociais, que:

[...] as organizações sociais serão organizações públicas não estatais – mais especificamente fundações de direito privado – que têm autorização legislativa para celebrar Contrato de Gestão com o poder executivo, e, assim, poder, através de órgão do executivo correspondente, fazer parte do orçamento público federal, estadual e municipal (BRASIL, 1995).

O Estado continuaria arcando com os gastos da educação, cultura e a pesquisa, mas não o faria sozinho, dando a falsa ideia de “autonomia/liberdade” para que as Organizações Sociais pudessem administrar os recursos arrecadados a partir da lógica mercadológica da educação.

Salientamos que durante a década de 1990, a UNIOESTE³⁰, após passar pelo processo de estadualização, buscou melhorar e ampliar os cursos ofertados, reestruturando-se aos poucos para manter a qualidade de seu ensino. Neste sentido, a proposta de Lerner tornava-se inviável para a universidade que estava recém abrindo suas portas. Assim como os docentes e funcionários, os acadêmicos também eram contra a privatização das IES, principalmente porque isso os afetaria diretamente.

³⁰A saber, o Campus de Francisco Beltrão foi incorporado à UNIOESTE no ano de 1998, mas os trâmites da integração começaram no ano de 1996, tendo a sua aprovação pelo COU no ano de 1996, período em que Lerner buscava a privatização das universidades.

Corroborando com essa afirmação, trazemos o relato do então representante discente Luiz Fernando Reis, atual professor da UNIOESTE Campus Cascavel, conselheiro do COU:

Manifesto meu voto favorável à criação do Campus da UNIOESTE na cidade de Francisco Beltrão por defender como princípio a universalização do ensino público e gratuito em todos os níveis. Por outro lado, conclamo a comunidade de Francisco Beltrão e suas lideranças a somar esforços junto à comunidade universitária para evitar a aprovação do projeto que modifica o regime jurídico das IES, transformando-as em agências sociais autônomas de caráter privado, e o projeto de autoria do Eduardo Trevisan que institui a gratuidade seletiva (cobrança de mensalidades) no Ensino Superior do Paraná. Pois, tais projetos, se aprovados, da forma como estão elaborados, põem por terra a ideia de um sistema de Ensino Superior Público e gratuito em nosso Estado (UNIOESTE, 1996).

O projeto que Luiz Fernando mencionou, referia-se ao Projeto de Lei nº 564/96, tendo como proposta iniciar a cobrança de mensalidades nas universidades paranaenses, principalmente em seu Art. 1º, inciso V, que dispõe que o valor da mensalidade cobrada será calculado a partir do imposto de renda do ano anterior, do aluno ou de seu responsável legal, tendo a sua aplicação em quatro níveis, variando devido ao poder aquisitivo que cada aluno possui. Devido a isso, este PL ficou amplamente conhecido pelo seu objetivo de “gratuidade seletiva”.

Estes projetos foram discutidos no dia 17 de dezembro de 1996 no COU, em reunião em que se emitiu a seguinte nota:

[...] a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) é, sem dúvida, o maior patrimônio público do Estado no Oeste do Paraná. Construída com o empenho do Estado e da Comunidade Regional, a UNIOESTE está vivendo um momento de definição da sua missão e do seu papel social e da sua própria consolidação. Informado de que estariam por tramitar na Assembleia Legislativa projetos de Lei que tratam da Autonomia Universitária e da Gratuidade Seletiva, o Conselho Universitário da UNIOESTE firma seu compromisso com o Ensino Público e Gratuito e com a Autonomia nos termos do Art 207 da Constituição Federal, e manifesta-se contrário a qualquer encaminhamento de projeto que não resulte de uma ampla discussão com a comunidade acadêmica e regional, e entende necessária a manutenção de incumbências do Estado com o Ensino Superior como um compromisso social e em respeito aos princípios constitucionais (UNIOESTE, 1996).

Esta nota foi enviada à assessoria de imprensa da UNIOESTE e à imprensa regional, associações comerciais e industriais, bem como aos deputados estaduais e ao presidente da Assembleia Legislativa, no sentido de dar ampla visibilidade.

É possível perceber que a UNIOESTE resistia às inúmeras tentativas do Governo Lerner de transformar o Ensino Superior do estado em um modelo flexível e fragmentado, fazendo parte do BM, para assim, o Brasil se adequar às perspectivas do capitalismo internacional.

Com a investida frustrada de privatizar as IES, em seu primeiro mandato, Lerner ao assumir o segundo mandato (1999-2002), realiza uma nova tentativa de privatizar as IES estaduais, fazendo com que os reitores das universidades assinassem o Termo de Autonomia, que seria válido pelo período de um ano, pois ainda precisava passar pela Assembleia Legislativa.

O COU convocou uma reunião extraordinária para debater sobre os parâmetros de negociação do Termo de Autonomia no dia três de março de 1999, a reunião resultou em uma contraproposta por parte da comunidade acadêmica, haja vista que a UNIOESTE ainda se encontrava no período de consolidação. Assim, a UNIOESTE, junto com a UNICENTRO, deveria ter uma negociação em separado para que fossem garantidas as condições de consolidação destas duas universidades, principalmente no que tange as suas expansões já autorizadas pelo Estado.

O Termo de Autonomia foi feito com cada IES de forma individual, tendo inclusive o mesmo texto redigido, mudando somente o valor dos recursos a cada instituição. Ressaltamos que esse Termo era “provisório³¹”, mas acabou sendo renovado até o final dos anos 2000.

Antes de ser assinado pelo reitor, o documento deveria ser discutido e aprovado pelo COU. A UNIOESTE foi a última universidade a assinar o termo, isso porque houve uma grande resistência por parte da comunidade acadêmica desta instituição, que contou com mobilização de servidores e docentes liderados pelos estudantes, que pressionavam para que o COU votasse contra a adesão do documento.

Anteriormente à votação, os estudantes, junto com os funcionários da IES, queimaram o Termo de Autonomia como forma de protesto. Tal ato ocorreu em frente à Reitoria, local onde o Conselho Universitário se reuniria para decidir pela assinatura ou não do contrato com o Estado. Apesar do apelo da Comunidade Universitária, o

³¹ A autonomia definitiva deveria ocorrer a partir de 2001 após a aprovação da Lei na ALEP (CAMOTTI, 2006).

COU autorizou o reitor a aceitar o Termo, sendo vencido por poucos votos de diferença (REIS, 2012).

Na UNIOESTE, com um orçamento abaixo do solicitado, gerou desconforto entre os campi, devido a forma como as verbas foram repassadas pelo Governo do Estado foram e distribuídas para cada Campus. A universidade ainda estava se estabilizando, após a unificação das antigas faculdades municipais, incorporadas a UNIOESTE, realizando melhorias e construções em suas estruturas físicas, adquirindo equipamentos, bem como implantando novos cursos.

Os estudantes, liderados pelo DCE do Campus de Foz do Iguaçu, promoveram reuniões para discutir a possibilidade deste Campus se separar da UNIOESTE, isto porque nas falas da diretora-geral Idvani Sena Grabarshi, estavam sendo prejudicados no percentual de distribuição das verbas pela Reitoria, sediada em Cascavel, que ficou com 34,65% do valor, enquanto Marechal Cândido Rondon teve 16,3%, Toledo 15,2%, Reitoria 13,22%, Foz do Iguaçu 13,22% e Francisco Beltrão 8,39%.

A diretora-geral, junto com o prefeito Sâmis da Silva, de Foz, se reuniram com Jaime Lerner, para que este demonstrasse mais atenção ao Campus, pois consideravam que a cidade de Foz do Iguaçu “era a maior cidade do Oeste”. Os estudantes então propuseram uma paralisação por tempo indeterminado com vistas a melhorar as verbas destinadas ao Campus.

Em reunião do COU, no dia 11 de abril de 2001, o então conselheiro Paulo Sérgio Wolff prestou alguns esclarecimentos devido aos atos realizados pelos estudantes do Campus de Foz do Iguaçu. Os estudantes que estavam presentes, discutiram sobre a destinação de verbas a cada Campus. A presidente da plenária, reitora Liana, esclareceu que os Diretores-Gerais de todos os campi participaram da elaboração do documento em que se repartem as destinações das verbas, e isso foi realizado de acordo com a necessidade de cada Campus.

Os conselheiros ainda decidiram, por unanimidade, que o Pró-Reitor de Graduação, juntamente com o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e o Campus de Foz do Iguaçu, deveriam elaborar um projeto explicitando porque necessitavam de mais verba e encaminhá-lo ao COU para que pudesse ser apreciado em reuniões futuras.

No mês de agosto de 2001, os estudantes protagonizaram diversas manifestações em prol da escola pública, fazendo parte de inúmeras matérias em jornais de todo o estado do Paraná. Devido a concessão de autonomia por parte do

governo do Estado, as verbas destinadas as IES vinham cada vez menores, afetando os servidores e os acadêmicos, e conseqüentemente todos os Campus da universidade.

Para protestar contra a falta de verbas, cerca de quinhentos estudantes invadiram a reitoria da UNIOESTE, em Cascavel. Os alunos permaneceram dentro do prédio por cerca de cinco horas, deslocando-se, em seguida, para a BR-277, onde bloquearam a rodovia por cerca de vinte minutos para explicitar o motivo da manifestação. Simultaneamente, as demais universidades estaduais também pararam em protesto, com o apoio de professores e funcionários.

Imagem 8—Manifestação dos estudantes na BR-277



Fonte: Jornal Hoje, 2001.

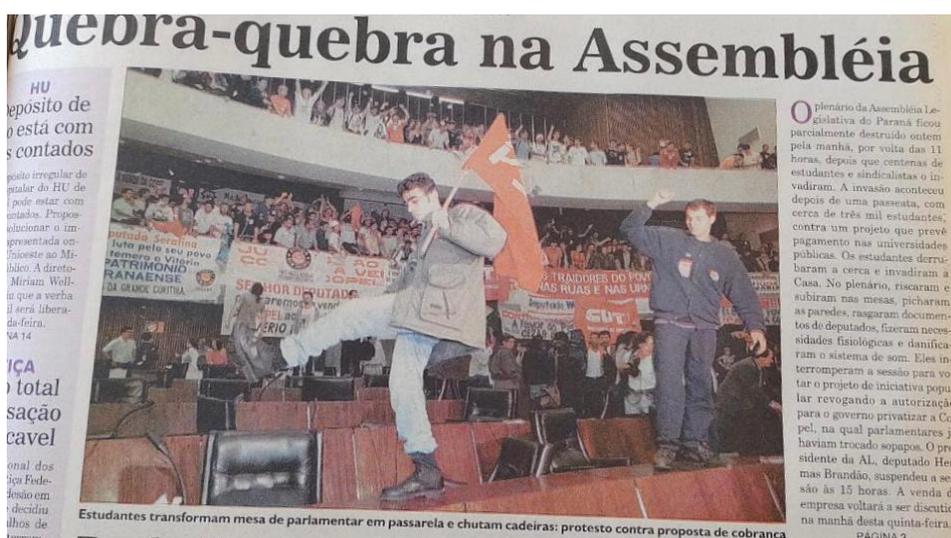
A manifestação na BR-277 fazia parte de um calendário de protestos realizado em âmbito estadual, contra falta de verbas, que afetava todos os cursos das universidades, entre elas, a falta de materiais para que os alunos pudessem realizar atendimentos gratuitos à população, fazendo com que diversos cursos paralisassem suas aulas, sobretudo na área da saúde.

Um dia antes deste protesto, houve outra manifestação dos estudantes em Curitiba, que contou com a participação de cerca de três mil acadêmicos de todas as universidades estaduais, incluindo a UNIOESTE. Os jovens ocuparam a ALEP após

uma passeata contra a cobrança de mensalidades nas instituições de ensino superior no Paraná.

A ocupação não aconteceu por acaso, no plenário estava sendo votado o projeto de iniciativa popular que revogava a autorização de que o governo do Estado privatizasse a Companhia Paraense de Energia (COPEL). Os estudantes junto com docentes e demais funcionários foram agredidos, durante a invasão da ALEP, como segue na imagem. O projeto posteriormente foi retirado de pauta.

Imagem 9–Estudantes contra a cobrança de mensalidades



Fonte: Jornal Hoje, 2001.

Como forma de protesto, os estudantes entraram na ALEP segurando faixas que abordavam sobre a cobrança de mensalidades nas IES estaduais e sobre a privatização de estatais.

A UNIOESTE tem em seu bojo um grande histórico de luta em favor da educação pública, gratuita e de qualidade e isto era reivindicado por toda a comunidade acadêmica. Os estudantes apoiavam os docentes e funcionários, em contrapartida também recebiam apoio quando era necessário.

3.4. EM DEFESA DA UNIOESTE: OS ESTUDANTES NO CONTEXTO DAS GREVES

Em virtude de todo o histórico abordado até aqui e da ameaça privatizante que recaía sobre as IES paranaenses, no dia 17 de setembro de 2001 foi deflagrada uma

greve histórica na UNIOESTE, que teve a duração de seis meses. As pautas de reivindicações eram a reposição salarial, a contratação de professores e de funcionários, contra a Autonomia Universitária e o aumento de verba para as universidades.

Ao abordar esta greve, não é possível falar somente da UNIOESTE, pois acadêmicos de todas as IES estaduais se envolveram intensamente em todas as atividades, realizando reuniões, confecção de faixas, debates, assembleias e participação no comando de greve local e estadual.

Os acadêmicos da UNIOESTE, segundo depoimento de um ex-dirigente do DCE-Cascavel, Darci da Rocha Almeida, mantinham contato com os integrantes dos DCEs dos outros campi da universidade, bem como com os DCEs da UEL, UEM e de outras IES paranaenses. Assim, a greve conhecida como “greve dos seis meses” recebeu, imediatamente, o apoio de outras IES do estado.

As reivindicações já elencadas, ocorriam concomitantemente em todas as universidades paranaenses. Apesar do destaque dado à pauta orçamentária, outros pontos receberam grande atenção, como a defesa da educação pública, gratuita e autônoma. Entre os estudantes, outra pauta reivindicada era sobre a falta de docentes, situação que já ocorria desde o primeiro mandato de Lerner.

Buscando unificar as pautas de reivindicação entre os diferentes segmentos da universidade, ocorreu o I Encontro dos sindicatos de servidores, docentes e DCE (ENEP), em que foi elaborado um PL sobre a regulamentação das IES paranaenses, pautado na CF, já que as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Devido a longa duração da greve, o cronograma da universidade sofreu muitos atrasos e alguns acadêmicos que necessitavam do diploma, iam até o DCE, Campus Cascavel, expor sua indignação. A greve gerou grande insatisfação entre os estudantes que apresentavam dificuldades para se manter nas cidades em que cursavam suas aulas e entre os alunos que estavam concluindo a graduação. Alguns acadêmicos procuraram na justiça formas de antecipar seus diplomas, pois muitos já possuíam proposta de emprego e aprovação em cursos de mestrado. Aos poucos, o apoio à greve foi diminuindo, com a redução de estudantes mobilizados, e passou a sofrer desaprovação.

Os formandos pressionavam as entidades representativas para garantir a entrega de seus diplomas, e depois de muito debate acerca das pautas reivindicadas, conseguiram seus diplomas por meio judicial.

Após 169 dias (cerca de seis meses de luta), um acordo entre o comando de greve e o governador pôs fim à greve. O governo retirou o caráter de votação urgente do PL nº 032/2002, que tratava sobre a autonomia plena das universidades e fechou um acordo sobre o reajuste salarial dos servidores. A greve dos seis meses é considerada a mais longa paralisação de todas as instituições, a mesma atingiu cerca de trinta e cinco mil alunos.

Um ano depois da greve, cerca de duzentos alunos invadiram o prédio da reitoria reclamando da falta de contratação de docentes em diversos cursos da universidade, como Biologia e Engenharia Civil que somavam a falta de dez professores.

No final do mês de março de 2003 foi autorizada a contratação de professores para a UNIOESTE, com o intuito de ocupar vagas disponíveis. No mês de maio, início do ano letivo de 2003, os funcionários não foram empossados e isso afetou o desenvolvimento das aulas.

Em entrevista para o Jornal Folha de Londrina, o estudante de Biologia da UNIOESTE, Rodrigo Tomazini, declarou que: “Não estamos exigindo nada que não seja de total direito dos alunos. É um absurdo chegar na sala de aula e não encontrar um professor” (FOLHA DE LONDRINA, 2003).

Em relação a isso, o reitor da UNIOESTE na época, Wilson Iscuissati, declarou que em cerca de 20 dias os professores que passaram no concurso público estariam trabalhando.

Não conseguimos nenhuma informação ou notícia de outras manifestações realizadas pelos estudantes entre o período de maio de 2003 a junho de 2005, permanecendo uma lacuna em nossa pesquisa.

Em 2005, ocorreu um debate na cidade de Foz do Iguaçu, com toda a comunidade acadêmica, para debater a possibilidade de federalizar a UNIOESTE, na tentativa de amenizar os problemas econômicos que a universidade vinha enfrentando.

Nesta reunião apresentou-se um projeto para a federalização da universidade, haja vista o abandono do ensino superior por parte do estado do Paraná, que passava desde a falta de verbas até a falta de um plano de carreira para os professores das

cinco universidades estaduais. Contudo, a federalização foi novamente descartada pelo secretário da SETI, Aldair Rizzi.

No ano de 2006, os alunos do Campus de Foz do Iguaçu protestaram, novamente, contra a falta de professores, a mobilização aconteceu no centro da cidade e os estudantes apresentavam diversas faixas com suas reivindicações. O curso mais atingido pela falta de docentes era o de Enfermagem, podendo ter a conclusão do curso adiada para mais um ano. O mesmo problema era enfrentado pelos acadêmicos dos cursos de Engenharia Mecânica e Direito.

Como consequência ao protesto, a SETI anunciou a contratação de professores aprovados no concurso público realizado no início de 2006 e comprometeu-se a nomeá-los imediatamente.

Em 2007, estudantes de todos os Campus realizaram uma assembleia e aprovaram, como forma de mobilização, a invasão da reitoria com o intuito de pressionar o governo do estado para contratar mais professores para a instituição. A mobilização ocorreu devido à falta de cerca de 175 docentes nos cinco campis, o que prejudicava diretamente os acadêmicos, buscou-se, ainda, propor uma ação na justiça pelos danos causados.

Ainda em 2007, com o apoio dos estudantes, os docentes entraram em greve, devido às perdas salariais e sem uma perspectiva de negociação com o governo, paralisando as atividades por cerca de três dias, mas mantendo o atendimento normal nas clínicas vinculadas ao SUS.

Na tentativa de conquistar a atenção do governo do estado, acadêmicos, professores e funcionários realizaram passeatas nos centros das cidades em que a UNIOESTE possuía Campus, para este momento vestiram-se de preto e carregaram faixas que expunham suas reivindicações.

A luta perdurou até o ano de 2008, quando com o apoio dos estudantes, os funcionários e docentes deram o indicativo de greve caso não recebessem uma resposta sobre a reposição salarial dos servidores e a revisão do plano de carreira, dando como data limite para o posicionamento do estado o dia 5 de maio.

3.5. OS ESTUDANTES EM DEFESA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ainda em 2008, os estudantes se organizaram, juntamente com os demais segmentos da universidade, para protestar contra a nomeação de Alcebíades Luís

Orlando³² para o cargo de reitor, haja vista que o candidato perdeu as eleições para o cargo de reitor em todos os Campus da UNIOESTE.

Com a ampliação do acesso à internet, em 2009, os DCEs dos cinco campi da UNIOESTE criaram um blog para os Diretórios de cada Campus da universidade, gerando maior circulação de informações sobre as suas movimentações que realizavam. Atualmente, somente o blog do DCE de Toledo continua com a página, apesar de ela não estar mais ativa. No entanto, outras redes sociais passaram a ser utilizadas pelos DCEs e CA para repassar informações aos acadêmicos, como o Instagram e o Facebook.

Em 2009, o DCE de Toledo e de Cascavel, produziu um manifesto, divulgado por meio de panfletos, sobre o vestibular realizado na UNIOESTE. O material afirmava que o exame vestibular era elitista e excludente, e que acreditavam que a universidade deveria se estender a toda população, avaliando a coletividade e não o individualismo, conforme podemos observar:

Imagem 10– Panfleto distribuído durante a realização do vestibular de 2009

MANIFESTO AOS VESTIBULANDOS!

EM PROL DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL!

O Movimento Estudantil Organizado da Unioeste vem a público manifestar sua posição frente ao Vestibular à Universidade Pública.

É fato que a estrutura da universidade pública e seus mecanismos de acesso caracterizam-se por serem elitistas e excludentes. Elitista porque uma parcela com o mesmo perfil acessa os bancos acadêmicos públicos, razão pela qual se faz necessário políticas de ações afirmativas ou as populares "cotas" universitárias. Excludente porque em razão da elite, a maioria preponderante não tem acesso à Universidade.

Todos os anos vê-se milhares de jovens saindo das escolas "prontos" para o mercado de trabalho - entende-se EXPLORAÇÃO, DESPREZO, e a afirmação da lógica da competição e do individualismo. Em relação às Universidades de Ensino, os bancos, as empresas e os grandes homens do agronegócio lucram alto e "investem" em seus "empreendimentos" regionais usando o ensino e a pesquisa a serviço dos interesses privados.

Ou seja, a Educação no Brasil é voltada para a competição e para a exclusão, refletindo assim na formação da educação básica da própria universidade. Reflete-se, exatamente, valores de ordem puramente econômica: não é o princípio de justiça que opera! O Vestibular, por sua vez, condiciona todo Ensino Médio numa preparação intensiva, objetivando, portanto, passar o aluno na prova que dará vaga a poucos no Ensino Superior. Então, em um único momento (vestibular) forja-se uma avaliação exata ou subjetiva sobre o desempenho individual (pois, não avalia o Coletivo!) que seleciona os poucos para reproduzir esse sistema. Certamente uma sociedade excludente (pautada em princípio econômico e capitalista!) precisa de mecanismos de exclusão. E o Vestibular reflete bem essa lógica.

Acreditamos que a Universidade deve ser estendida a toda população! Acreditamos que a Universidade deve oferecer um conhecimento técnico e humanístico que capacite a enfrentar a realidade em busca de uma alternativa orientada para princípios unificadores e direcionados para a afirmação da vida humana. O vestibular, ou qualquer outro exame, para além de "averguçar" a desventurosa maioria da educação básica, deveria localizar nos indivíduos suas habilidades para melhor lhes oferecer caminhos para o aprofundamento e encaixá-los num elo de inter-relação cooperativa social, econômica e cultural. Veja que a lógica, aqui, se sofisticou - não é apenas econômica!

NA LUTA PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL!

Além das grandes dificuldades de entrar na Universidade devido ao fato de não estar ancorada numa estrutura com mecanismos excludentes, aqueles poucos que ingressam nela enfrentam uma dificuldade ainda maior: **permanecer estudando.**

O acesso à Educação não é garantido apenas pela inscrição em uma Universidade, mas, dentre outras coisas, a existência de políticas articuladas de Assistência Estudantil que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas e culturais presentes no ambiente universitário, garantir uma formação plena ao estudante, e oferecer condições efetivas de permanência em todo o tempo de formação. Exemplos de modelos dessas políticas são os programas de acompanhamento médico, odontológico e psicológico; acesso a atividades de esporte, cultura e lazer; cursos de línguas e inclusão digital; creches, moradia, transporte e alimentação.

Das inúmeras bandeiras, a luta pelo **RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (R.U.) na UNIOESTE** já foi iniciada pelos estudantes, mas encontra constante desvio e indiferença dos administradores a realidade acadêmica. Sabemos que, considerando a necessidade de refeições balanceadas, de qualidade e baixo custo, o R.U. é, também, um importante espaço de convivência da comunidade universitária. Isso porque a Unioeste não possui dimensões que possibilite a consolidação das relações estudantis na ordem do entretenimento, da descontração e principalmente da troca de experiências entre os ramos do saber, sendo apenas nas frias discussões acadêmicas em eventos promovidos pela estrutura da burocracia da Instituição.

Nesse momento, estamos entregando este manifesto também em forma de apoio aos vestibulandos que na 1ª Fase do Vestibular da Unioeste, em Foz do Iguaçu, foram **DESCLASSIFICADOS** pelo Coordenador do Vestibular da Unioeste, por terem pulado o muro com a ajuda solidária de um acadêmico (que sofreu sanções de advertência institucional) após poucos instantes do fechamento dos portões que indicavam acesso ao local da prova. O Movimento Estudantil Organizado da Unioeste (M.E.O.) repudia tal atitude e considera necessário levantar a discussão sobre o papel do vestibular e a dura realidade que os estudantes da Unioeste enfrentam no meio acadêmico.

UM CONVITE À PARTICIPAÇÃO

O MEC convida, assim, os vestibulandos a participarem das discussões, pois a afirmação ou não das lutas estudantis dependem daqueles que estão entrando, e não do, agora, e de responsabilidade social! Ocupar definitivamente a situação como ideal não é o que não se quer mudar e persistem em convulso no erro! **Vamos???**

Toledo, 11 de dezembro de 2009
Movimento Estudantil Organizado da Unioeste

PELO FIM DO VESTIBULAR!

Fonte: Blog DCE Toledo, 2009.

O panfleto abordava a dificuldade de ser estudante, devido à falta de um programa de Assistência Estudantil como forma de reduzir as desigualdades socioeconômicas dentro da universidade, que garantissem a permanência do estudante

³² O reitor foi nomeado devido a Lei da Lista Tríplice, que consistia no ato do governador nomear para o cargo de reitor, um entre os três primeiros mais votados.

durante todo o seu período de formação, e destacava a pauta do RU, uma reivindicação antiga dos estudantes.

Em 2010, o DCE de Toledo realizou uma manifestação durante um evento que contava com a presença do governador do estado, Roberto Requião (2003-2010). Em um ato solene realizado no Campus de Toledo, os estudantes denunciavam o fim da gestão democrática na UNIOESTE.

O protesto se opunha a minuta imposta pelo reitor nomeado por Requião, lutava pela criação de um programa de assistência estudantil e buscava o direito dos estudantes de ter voz ativa nos órgãos deliberativos da universidade, como o COU, uma vez que não havia mais representantes do segmento discente nestes conselhos, apesar destes espaços promoverem a discussão.

A manifestação apresentava outras pautas, como os problemas diversos enfrentados pela universidade e a minuta de resolução que visava elencar critérios para a distribuição da carga horária de atividades entre os professores da UNIOESTE, conforme observa-se no manifesto abaixo:

Imagem 11– Manifesto elaborado pelo DCE Toledo

DENÚNCIA NA UNIOESTE

MANIFESTO À COMUNIDADE ACADEMICA DA UNIOESTE E A SOCIEDADE CIVIL

AFIDIO ESTUDANTE

A UNIVERSIDADE COMO UM BALCÃO DE EMPREGO

PROJETO DOS BUCROCRATAS

GESTÃO DA UNIVERSIDADE

SOMOS PONTUALMENTE CONTRA A MINUTA! MAS O PROBLEMA É OUTRO. É PRECISO CONSTRUIR UM PROJETO DE UNIVERSIDADE. ELABORADO A PARTIR DE AMPLO DEBATE ENTRE OS ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E A SOCIEDADE CIVIL

VISÃO DO ESTUDANTE

O QUE PODE ACONTECER

MINUTA

FÓSFACA

SALAS DE AULA

CHAMADO À ORGANIZAÇÃO

A MINUTA Piorará a Situação, MAS A REALIDADE JÁ ESTÁ DECRETADA: A REDIÇÃO DA UNIVERSIDADE INTERESSE DE POUCOS

Fonte: Blog DCE Toledo, 2009.

O panfleto aborda prioritariamente a minuta imposta pelo governador, que trata sobre a distribuição de carga horária de atividades dos docentes da universidade, e quais as consequências para a universidade e para os discentes caso a minuta fosse

mantida, apresenta também a visão dos estudantes sobre as eleições democráticas na universidade.

Durante o protesto, os estudantes seguravam faixas com os dizeres: “O DCE denúncia: fim da gestão democrática”, “Universidade pública? Pagamos duas vezes por ela! Pelo fim das taxas e mensalidades!”, “Não é só de pensamento que o estudante vive, RU e assistência estudantil já!”, entre outros, como podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 12– Manifestação durante a passagem de Requião pela UNIOESTE



Fonte: Blog DCE Toledo, 2009.

Devido a manifestação, a polícia compareceu ao local para acompanhar a manifestação e evitar tumulto. Os acadêmicos ainda se manifestaram contra o Código Disciplinar Acadêmico (CDA), uma resolução que foi aprovada emergencialmente sem a participação da comunidade estudantil e que tinha o intuito de regular a vida acadêmica com normas de proibições e punições.

3.6. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A LUTA PELO RU

Ainda em 2010, alunos do Campus de Francisco Beltrão se reuniram no auditório do campus para debater sobre as melhorias na estrutura da instituição, dentre elas a construção do RU e de moradias para os estudantes. Os estudantes ainda discutiram sobre a abertura do curso de Medicina e a estrutura que o referido curso necessitaria para sua abertura.

A partir de 2011, os estudantes levantaram a assistência estudantil como uma das principais pautas de reivindicação. Para que as decisões fossem articuladas entre os campi da instituição, os representantes do DCE dos Campus de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo participaram de uma reunião no Campus de Toledo.

Imagem 13– Reunião dos DCEs da UNIOESTE



Fonte: Blog DCE Marechal, 2011.

Na foto estão a direção dos DCE's dos Campus já mencionados, debatendo sobre o calendário de manifestações acerca do RU. O primeiro Campus a iniciar as manifestações foi o de Cascavel, onde os estudantes demonstraram a sua insatisfação perante a falta de assistência estudantil na universidade. Os manifestantes passaram pelos corredores do Campus usando nariz de palhaço e entoando as palavras de ordem: "Reitor, a culpa é sua, o almoço é lá na rua!" e seguiram para o prédio da reitoria, permanecendo no local por alguns minutos. Na imagem que segue podemos observar a ocupação da reitoria:

Imagem 14– Manifestação na Reitoria em prol do RU

Fonte: Blog DCE Marechal, 2011.

A foto acima é o recorte de um vídeo da manifestação, em que cerca de trezentos estudantes manifestaram-se na Reitoria. Alguns dias depois, os alunos protestaram novamente, dessa vez com a intenção de reivindicar a criação do RU em Cascavel.

Em uma nova ocupação da reitoria, os estudantes exigiam maior investimento na assistência estudantil. Neste ato, serviram pratos de macarrão como forma de apresentar a demanda reivindicada, usaram mais uma vez nariz de palhaço e fizeram barulho com baterias das atléticas dos cursos do Campus. Depois disso o reitor recebeu representantes estudantis de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon e apresentou uma proposta que teve início na Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP).

Essas manifestações faziam parte do cronograma elaborado na reunião realizada em Toledo, que contou com a presença dos DCEs de Cascavel, Marechal e Toledo. Ainda nesta reunião, os representantes estudantis chegaram ao consenso de que deveria haver uma maior articulação entre os DCEs de todas as universidades para garantir, assim, a assistência estudantil. Posteriormente a isso, os estudantes dos Campus de Foz do Iguaçu e de Francisco Beltrão juntaram-se a esta luta.

Em agosto de 2011, os estudantes liderados pelo DCE de Marechal Cândido Rondon debateram sobre a Assistência Estudantil e os cortes de verbas da universidade. A reunião contou com a presença de Camilo Vanni, secretário geral da UPE.

Tal reunião culminou na manifestação em benefício da Assistência Estudantil, e tinha como principal foco o RU. Durante o ato foram utilizadas palavras de ordem junto com a bateria das atléticas do Campus e a distribuição pão com mortadela. Segue imagem da manifestação no campus de Marechal Cândido Rondon:

Imagem 15– Manifestação em prol do RU em Marechal Cândido Rondon



Fonte: Blog DCE Marechal, 2011.

A manifestação teve a participação de cerca de duzentos estudantes que se reuniram no saguão da universidade. Os estudantes ainda realizaram uma passeata até o centro da cidade no período matutino. À noite, os jovens protestaram novamente, mas sem a realização da passeata.

Essas manifestações aconteceram durante todo o ano de 2011, e foram planejadas por meio de reuniões realizadas com as lideranças dos DCEs e posteriormente com os demais estudantes de cada Campus, para que ocorressem concomitantemente em todos os campi.

A partir destas mobilizações, os acadêmicos conseguiram incluir no Plano Plurianual (PP) o projeto que visava criar o RU, orientando a estruturação e a execução do projeto, tornando-se esta, uma das maiores conquistas dos estudantes oestinos em prol da assistência estudantil.

Ainda em 2011, os estudantes de Toledo realizaram uma assembleia estudantil, para tratar sobre a implementação de uma política de assistência estudantil na UNIOESTE. Ao final, concluíram que era necessário de exigir do COU um segmento que tratasse deste assunto, podendo ser uma Pró-Reitoria ou então uma Diretoria,

para que assim os estudantes tivessem a assistência respaldada em lei. Na imagem a seguir, podemos ver uma dessas reuniões:

Imagem 16– Assembleia Geral dos Estudantes do Campus de Toledo



Fonte: Blog DCE Toledo, 2011.

Ainda se discutiu que o COU deveria ter, novamente, representantes do segmento discente, pois os estudantes não tinham mais voz ativa no Conselho. Os estudantes elegeram seus representantes com o intuito de defender os interesses de todos os acadêmicos junto a este órgão deliberativo do Campus de Toledo.

Em 2012, o ano começou com discussões em torno do corte de 40% de verbas de custeio³³ para as universidades estaduais, o que afetaria diretamente a construção do RU na UNIOESTE.

Além da não efetivação do restaurante, o corte significava o sucateamento e a possibilidade da privatização, de forma gradual, das IES paranaenses. O corte do repasse de verbas do governo estadual para a UNIOESTE girava em torno de 50%, com indícios de que os cortes aumentariam no decorrer de 2012.

Como forma de protesto, os estudantes de todas as IES paranaenses, junto com demais funcionários, realizaram um protesto na capital do estado, Curitiba, no início de março de 2012, paralisando as atividades em todas as universidades paranaenses.

³³ A verba de custeio é utilizada basicamente para materiais consumíveis, tais como material de limpeza, papel etc., e pagamento de estagiários e acadêmicos bolsistas da instituição.

Outras pautas foram incluídas na manifestação, como a criação de uma política estadual para a assistência estudantil, a construção e a provisão de moradias estudantis, o suprimento da falta de funcionários e de docentes devido ao corte. Os professores ainda reivindicavam o reajuste salarial, contando com o apoio dos estudantes.

Cerca de 1000 manifestantes se fizeram presentes no ato. Marchando pelas ruas de Curitiba iam em direção ao Palácio do Iguaçu, erguendo faixas e requerendo o reajuste salarial dos docentes e a restauração das verbas, fazendo uso de palavras de ordem. Estudantes da UNIOESTE estiveram presentes, conforme imagem abaixo:

Imagem 17– Manifestação dos estudantes contra o corte de verbas



Fonte: Blog DCE Toledo, 2012.

Os discentes realizaram a manifestação usando nariz de palhaço, como forma de mostrar a sua indignação com o governo estadual. Com a pressão, a gestão declarou, em reunião com líderes do movimento, que re-comporia a verba para as universidades e que anunciaria posteriormente uma proposta para o reajuste salarial dos professores.

Com a garantia de que o governo cumpriria o acordo, ao final do ato, o ME paranaense se reuniu e decidiu continuar com mobilizações em todas as universidades, além de propor a criação do Fórum Estadual de Assistência Estudantil, que tinha como objetivo unificar a luta dos alunos das IES paranaenses para a criação de políticas estaduais de assistência estudantil.

Pouco tempo depois do protesto em Curitiba, cerca de trezentos estudantes de todos os campi da UNIOESTE promoveram uma assembleia geral no Campus de

Francisco Beltrão, com o objetivo de fortalecer a luta pela assistência estudantil, além de discutir sobre o processo de desmonte da universidade pública e projetar ações unificadas para defender o ensino público no estado:

Imagem 18– Encontro dos Estudantes da UNIOESTE



Fonte: Blog DCE Toledo, 2012.

Em consenso, os estudantes puderam verificar que a organização do ME estadual, de modo especial da região oeste, trouxe vitórias na defesa contra o sucateamento das universidades, e que as ações conjuntas deveriam continuar em defesa da universidade pública.

Ainda na assembleia, os acadêmicos optaram por aprovar um documento destinado aos diretores de cada Campus, ao Reitor da UNIOESTE e para representantes do governo. O documento demonstrava a insatisfação dos estudantes com a falta de investimento no setor público, principalmente na saúde e na educação e contava com onze reivindicações, sendo elas:

1. A imediata aprovação do PCCS exigido pelos servidores técnico-administrativos das Universidades Estaduais do Paraná;
2. A imediata reposição salarial dos docentes das Universidades Estaduais do Paraná;
3. A imediata realização de concurso público para docentes e servidores técnico-administrativos na Unioeste;
4. A volta do investimento, através da Fundação Araucária, ainda para o primeiro semestre deste ano, para eventos de extensão universitária ou de difusão acadêmica (cursos, mini-cursos, ciclos de palestras, semanas acadêmicas, feiras, mostras e exposições) cursos ou escola de treinamento/capacitação, ou eventos de caráter local, direcionados à complementação extracurricular ou à difusão de conhecimentos e tecnologias;
5. A recomposição integral das verbas de custeio das

universidades estaduais do Paraná, que foram cortadas desde 2010; 6. O aumento do orçamento para as Universidades Estaduais do Paraná; 7. A criação de uma Política Estadual de Assistência Estudantil, com rubrica específica para investimentos com projetos nessa área, enquanto atividade ligada à Educação; 8. Revogação imediata do Decreto nº 3728 – Meta 4, que fere a autonomia financeira universitária, impedindo ações que devem ser de iniciativa da própria Universidade, como a contratação de professores e funcionários temporários, deixando a instituição totalmente submetida ao Governo do Estado; 9. A defesa intransigente dos Hospitais Universitários, quanto ao seu caráter público, repudiando quaisquer tentativas de privatização e/ou terceirização dos serviços; 10. O fim da Lista Tríplice, lei que retira a autonomia político-eleitoral das Universidades Públicas do Paraná; 11. A imediata aplicação de 10% do PIB Estadual e Nacional para a Educação Pública (UNIOESTE, 2012).

Ainda aprovaram um calendário de lutas, que compreendia a aplicação de um questionário socioeconômico para verificar o perfil e as necessidades dos estudantes de toda a instituição, para que então pudessem realizar uma mobilização conjunta para reivindicar as demandas levantadas.

Em virtude do cenário em que a educação paranaense se encontrava, os estudantes se reuniam regularmente em assembleia geral para discutir quais ações deveriam realizar frente às práticas adotadas pelo governo estadual.

Em reunião no Campus de Toledo em 2013, cerca de duzentos e trinta estudantes definiram apoio à greve dos docentes e dos agentes universitários. Também aprovaram a paralisação estudantil durante uma semana como forma de protestar contra a precarização e sucateamento das universidades estaduais.

Com a não concretização do RU, os alunos propuseram uma mobilização com estudantes de todos os campi, como forma de pressionar e exigir uma negociação com o reitor sobre as causas do restaurante universitário e da assistência estudantil.

No protesto que aconteceu na frente da reitoria, em 2013, no Campus de Cascavel, os acadêmicos exigiam que cerca de R\$ 3 milhões de reais fossem destinados à construção dos RUs em todos os campi, haja vista que o governador, Carlos Alberto Richa (2011-2018) havia repassado para a UNIOESTE cerca de R\$ 7 milhões:

Imagem 19– Manifestação em frente a Reitoria



Fonte: Blog DCE Toledo, 2013.

Durante o movimento os estudantes carregavam faixas com os dizeres: “O Reitoria, que papelão, deixa os estudantes sem alimentação”, “Até quando esperar? RU já!”, entre outros. A manifestação resultou em uma reunião com o reitor, juntamente com os Pró-Reitores, os cinco diretores de Campus e com os representantes dos cinco DCEs da universidade, para verificar os recursos financeiros que seriam destinados às obras, bem como estabelecer um cronograma da entrega dos RUs, além de discutir outras pautas, como a adesão da UNIOESTE ao Sistema de Seleção Unificado (SISU), auxílios para garantir a participação de representantes discentes no COU e no CEPE, etc.

O reitor então determinou que cada Diretor de Campus deveria entregar o projeto e o orçamento para a construção dos restaurantes, e que até março de 2014 a estrutura deveria estar pronta. Fato que não ocorreu.

Diante deste contexto, os acadêmicos ocuparam a reitoria no final do mês de março de 2014, após terminar o prazo estipulado pelo reitor, em reunião com os DCEs. Utilizando-se de palavras de ordem, bateria das atléticas e faixas, os estudantes ficaram acampados na reitoria. Com a intimidação, o reitor realizou uma reunião com os líderes estudantis, e se comprometeu a conversar com o governo do estado em busca de recursos para a efetivação do restaurante.

Onze dias após a manifestação, os alunos ocuparam novamente a reitoria, mas para comemorar o repasse de verbas do governo para a construção do RU nos cinco campi da universidade:

Imagem 20– Estudantes ocupam a Reitoria devido a demora do RU

Fonte: CATVE, 2014.

Mesmo com a manifestação de comemoração pelo RU, os estudantes continuavam atentos e mobilizados para garantir o que lhes foi prometido. A exemplo disso, em 2015 os estudantes protestaram novamente devido ao atraso no término das obras, promovendo outra manifestação com cartazes e muito barulho. Alegaram que a demora na entrega do restaurante acontecia devido ao período eleitoral e a falta de verba. Os valores que faltavam para a conclusão da construção do RU foram provenientes, em sua maior parte, do SISU³⁴, além da contribuição de cada Campus.

Alguns acadêmicos puderam visitar as obras do RU em Cascavel, sendo eles integrantes do DCE deste Campus. A visita foi realizada para averiguar como estava o andamento da obra e exigir rapidez no término da mesma:

³⁴ A UNIOESTE foi a primeira universidade estadual a aderir ao SISU como forma de ingresso na universidade.

Imagem 21– Estudantes de Cascavel visitam a construção do RU

Fonte: UNIOESTE, 2015.

Apesar das cobranças pela agilidade na construção, esta acontecia de forma diferente em cada Campus. Devido ao atraso na finalização e entrega das obras, os alunos do Campus de Marechal Cândido Rondon protestaram no mês de agosto de 2015:

Imagem 22– Manifestação dos estudantes de MCR devido à demora do RU

Fonte: Pasquim do Oeste, 2015.

Os alunos realizaram almoço e jantar gratuitos na universidade, com alimentos doados por CAs e outras entidades do município, encenando uma inauguração do RU.

Outras manifestações foram realizadas durante o ano de 2016, até as obras do restaurante serem concluídas. Após mais de vinte anos de luta, os Rus foram inaugurados no ano de 2017 em todos os cinco campi da UNIOESTE.

Nos Campus de Cascavel, Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon foram inaugurados no mês de abril. Mas devido a alguns impasses, o RU do Campus de Foz do Iguaçu foi inaugurado no mês de agosto e o de Toledo foi inaugurado em setembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a participação e a contribuição dos estudantes durante o período de consolidação da UNIOESTE, entre 1990-2015, procurando evidenciar como ocorreu esse processo na luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Ao retomar o histórico do ME, entendemos que a organização estudantil iniciou-se de uma forma diferente do que temos atualmente, pois no início o movimento se empenhava em pautas específicas e para um seleto grupo de estudantes.

Com a conscientização política, a luta estudantil passou a ser organizada, liderada pela UNE e a UPE, em defesa da educação pública. Ambas as entidades de representação estudantil foram importantes para a luta em prol dos direitos dos estudantes no Brasil, em períodos como o da Ditadura Civil-Militar, promovendo ações e protestos durante o governo militar.

As organizações estudantis foram alvo de forte repressão, resultando na promulgação de Decretos e Atos Institucionais, fazendo com que qualquer manifestação fosse considerada ilegal e os estudantes fossem perseguidos.

Os estudantes continuaram atuando, mesmo na ilegalidade, devido ao contexto em que estavam inseridos, no entanto, houve um período de silenciamento do ME em razão da extrema violência com que eram reprimidos.

Com o enfraquecimento da Ditadura e a abertura política, no início dos anos de 1980, percebemos que os estudantes voltaram a se organizar em conjunto com outros movimentos sociais na luta pela redemocratização, continuando suas mobilizações até os dias atuais na defesa da assistência estudantil e pela educação pública.

O neoliberalismo implantado no Brasil, nos anos de 1990, inseriu o país nos moldes recomendados pelos organismos internacionais. Isso interferiu diretamente nas políticas educacionais, fazendo com que o ensino fosse adaptado para a globalização, de acordo com as demandas do mercado.

A mídia, controlada pela elite, foi utilizada como mecanismo de convencimento da população sobre os benefícios que este novo modelo de educação traria à sociedade, tendo como consequência a diminuição das manifestações.

O governo, aproveitando-se deste momento, realizou reformas em outros setores, que culminou na precarização do trabalho e na retirada de direitos sociais conquistados anteriormente por meio de lutas, afetando diretamente, estudantes e

trabalhadores, que ainda demonstraram resistência a essas políticas, promovendo protestos por todo o território nacional.

Os estudantes protagonizaram, também, uma série de protestos em favor do *impeachment* do Collor, devido às políticas que o mesmo implementou no Brasil enquanto presidente, e que por isso não representava o processo de redemocratização em que o país se encontrava, foi o movimento social que encabeçou as manifestações contra o mandato do então presidente.

Assim como no âmbito nacional, também houve protestos no âmbito estadual, de modo especial na região oeste do Paraná, onde desde a década de 1970 ocorriam mobilizações em prol de uma universidade pública, gratuita e de qualidade nesta região.

A partir da análise realizada, foi possível compreender como ocorreu o ME universitário na região oeste, identificando ações realizadas pelos estudantes para defender as suas pautas, que em sua maioria, foram feitas de forma coletiva, a partir de discussões realizadas com os DCE's de todos os Campi da UNIOESTE, como forma de unificar a luta em favor da própria universidade e da assistência estudantil.

Devido a realidade da época, no município de Cascavel foi implantado a FECIVEL, uma faculdade municipal que tinha cursos de licenciatura e objetivava suprir a falta de professores capacitados para atuar no oeste paranaense. Com o desenvolvimento da região, outros cursos foram implantados na instituição, tais como Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem.

Seguindo esse molde, outras faculdades foram criadas, sendo elas a FACISA, a FACIMAR e a FACITOL. Contudo, a manutenção dessas IES se tornou um problema, e como solução, houve uma tentativa frustrada de federalizar essas instituições.

Iniciou-se, então, a movimentação para a unificação das IES municipais, para que estas recebessem verbas do Estado. O governo estadual recusou a proposta, então os estudantes, junto com a comunidade, realizaram manifestações com o intuito de pressionar a estadualização da Universidade do Oeste.

Apesar da estadualização, a UNIOESTE teve diversos percalços para que fosse reconhecida como universidade. Os estudantes, junto com demais funcionários, realizaram diversas manifestações para que houvesse o reconhecimento da instituição. Depois de muita luta, a UNIOESTE recebeu o título de universidade, no ano de 1994.

Com o reconhecimento da universidade, os estudantes pautaram-se na busca da ampliação de seus direitos. Uma das primeiras mobilizações dos estudantes ocorreu devido a incompatibilidade de horário na oferta de disciplinas pendentes e regulares, em razão da mudança no Regimento Interno e da falta de docentes contratados.

Os alunos ainda se organizaram em manifestações em favor da educação pública e em benefício da própria universidade, quando houve uma série de impedimentos para o reconhecimento dos cursos de Medicina e de Odontologia. Essas mobilizações contaram com o apoio de toda a sociedade oestina, de modo especial a cascavelense, haja vista que ambos os cursos trariam desenvolvimento a esta região.

Ainda no contexto da implantação do neoliberalismo no Brasil, os estudantes se organizaram contra ações adotadas pelo governo do estado, que visava privatizar as IES e empresas estatais, sendo contrários a essa movimentação do governador e liderados pelos DCE's, os estudantes realizaram manifestações conjuntas com outras universidades estaduais.

Outra pauta que gerou manifestações, foi a luta por uma gestão democrática na UNIOESTE, onde os estudantes requeriam representação no segmento discente dentro dos órgãos representativos da universidade.

Destaca-se, ainda, a reivindicação recorrente dos estudantes pela criação do RU, que já era pauta de protesto antes mesmo da união das faculdades municipais. Para que isso se concretizasse, o ME da UNIOESTE elaborou um calendário de manifestações em todos os Campus, tendo como tática a ocupação da reitoria sob o som de palavras de ordem.

A partir das fontes analisadas, foi possível perceber, ainda, a participação do ME em momentos em que a universidade pública estava em risco, e que os estudantes tiveram um papel fundamental na manutenção de seus direitos, na defesa da UNIOESTE e contra o sucateamento das IES paranaenses.

A falta de professores demonstrou ser um problema recorrente na universidade, sendo necessário que os estudantes realizassem diversas mobilizações para que pudessem ter acesso às disciplinas ofertadas. Também observamos a falta de investimento na universidade por parte do governo estadual.

Ainda verificamos que os estudantes dos Campis de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo, estavam mais engajados, principalmente ao abordar a questão do RU.

As pautas reivindicadas pelos estudantes contribuíram significativamente para o processo de consolidação da universidade, tanto para a expansão de novos cursos que deveriam ser ofertados, quanto para a garantia da defesa da educação pública gratuita e de qualidade, requerendo verbas para a instituição.

Outro ponto a ser destacado, que teve a colaboração dos acadêmicos, foi a defesa da gestão democrática e autonomia, de modo especial da UNIOESTE, que conseguiu recuar os objetivos do governo e barrar o desmonte dessas instituições de ensino.

Destacamos ainda que ao serem procurados, não encontramos registros de documentos históricos do ME, devidamente arquivados e pertencentes ao DCE do Campus de Cascavel, e que dos períodos de maio de 2003 a junho de 2005, não encontramos fontes para discutir o ME na UNIOESTE, permanecendo uma lacuna em nossa pesquisa. Podemos compreender que isso se deve ao fato de que a prática da valorização pelas fontes primárias é algo recente, o que acaba culminando na escassez das fontes para o pesquisador (SILVA *et al*, 2015).

Não aprofundamos a nossa análise a partir da UPE em relação ao ME da UNIOESTE, pois não conseguimos verificar a participação desta entidade nas mobilizações realizadas pelos estudantes desta instituição.

Acreditamos que esta pesquisa irá contribuir na compreensão da história do ME universitário na região oeste do Paraná, mesmo com suas limitações, de modo a preencher a lacuna existente acerca deste tema, colaborando com futuras pautas de pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 1984)**. Petrópolis, vozes. (1984).
- ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Caderno ANDES**, Brasília-DF, n. 25, ago. 2007.
- ANTUNES, Américo. **Movimento estudantil: crises e perspectivas para uma prática revolucionária**. São Paulo: Editora Aparte, 1983.
- ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.
- ARCARY, Valerio. **A UNE, 25 anos depois de Salvador: Duas ou três coisas que eu sei sobre ela**. 2006.
- BALBINOTTI, Vera Lúcia; KUIAVA, José. 2007. UNIOESTE: DA ESTADUALIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO. **Educere et Educare**. 2, 3 (dez. 2007), p. 111–122. DOI:<https://doi.org/10.17648/educare.v2i3.659>
- BÉROUD, Sophie et al. **Le mouvement social en France: essai de sociologie politique**. Paris: La Dispute, 1998.
- BOTELHO, Marjorie de Almeida. **A ação coletiva dos estudantes secundaristas: passe livre na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2006, 113 f.
- BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. (2017). O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Revista Inter Ação**, 42(2), 429-446. <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.45756>
- BRAGGIO, Ana Karine. **A gênese da reforma universitária brasileira**. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 19, p. 1-26, 19 set. 2019. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e073>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/GwHsRQTBQ7jNY4myN6R7VPG/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2023
- BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**: Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. BRASÍLIA, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 set. 2023
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF. nov. de 1995.
- BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. In: **Eccos - Revista Científica**, vol. 11, nº 1, p. 97-121, jun. 2009.

BURKE, Pierre. (Org.). **A Escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1991.

CAMOTTI, Elieti dos Santos. **As universidades estaduais paranaenses e o governo Lerner (1995-1998 e 1999-2002): políticas públicas, privatismo e resistências**. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006/2006_Eliete_Camotti.pdf. Acesso em: 25 set. 2022

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84.

CATVE. **Acadêmicos ocupam reitoria e pedem restaurante universitário**: um grupo se reuniu com o reitor da UNIOESTE e entregou uma carta com pedidos. 2014. Disponível em: <https://catve.com/noticia/6/81147/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CAVALIRI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do Movimento Estudantil: 1964-1980**. 1987. Campinas, 1987. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius. Reflexões Sobre o Movimento Estudantil e o maio de 1968. In: **O Movimento Estudantil em Foco**. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

COSTA, Fábio Luciano. A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 1-16, 14 dez. 2011. Anual. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/23683>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista** (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: UNESP, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1983

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacir de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DANTAS JUNIOR, Altino Rodrigues. A organização da UNE após o Golpe de 1964. In: SANTOS, Nilton. **História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)**. São Paulo: Livramento, 1980. p. 31-47.

DCE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Diário de Mobilização II - Protesto e Debate Pró Restaurante Universitário (R.U)**. 2011. Disponível em: <http://dceunioesterondon.blogspot.com/2011/06/diario-de-mobilizacao-ii-protesto-e.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Diário de Mobilização Pró Restaurante Universitário (R.U)**. 2011. Disponível em:

<http://dceunioesterondon.blogspot.com/2011/05/diario-de-mobilizacao-pro-restaurante.html>. Acesso em: 23 abr. 2023

DCE UNIOESTE TOLEDO. **ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES DA UNIOESTE ENCAMINHA AÇÕES PELA IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO**. 2011. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2011/08/assembleia-geral-dos-estudantes-da.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **Carta aberta dos DCE's da UNIOESTE aos estudantes**. 2013. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2013/09/carta-aberta-dos-dces-da-unioeste-aos.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **CARTA-MANIFESTO DO III ENCONTRO DOS ESTUDANTES DA UNIOESTE**. 2012. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2012/03/carta-manifesto-do-iii-encontro-dos.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **DENUNCIA NA UNIOESTE - NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A MANIFESTAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIOESTE DO DIA 25/03/2010**. 2010. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2010/03/denuncia-na-unioeste-nota-de.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **Informe: VESTIBULAR PARA QUE(M)? [MANIFESTO AOS VESTIBULANDOS] Vestibular Unioeste 2009/2010**. 2009. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2009/12/informe-vestibular-para-quem-manifesto.html>. Acesso em: 23 abr. 2023

DCE UNIOESTE Toledo. **MAIS DE 300 ACADÊMICOS PARTICIPARAM DO III ENCONTRO DOS ESTUDANTES DA UNIOESTE E MOVIMENTO ESTUDANTIL SAI FORTALECIDO**. 2012. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2012/03/mais-de-300-academicos-participaram-do.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **MAIS DE 300 ACADÊMICOS PARTICIPARAM DO III ENCONTRO DOS ESTUDANTES DA UNIOESTE E MOVIMENTO ESTUDANTIL SAI FORTALECIDO**. 2012. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2012/03/mais-de-300-academicos-participaram-do.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **MINUTA**. 2010. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2010/03/minuta.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DCE UNIOESTE TOLEDO. **MOVIMENTO ESTUDANTIL AVANÇA NO PARANÁ E FAZ GOVERNO RECUAR!!!** 2012. Disponível em: <http://dceunioeste.blogspot.com/2012/03/movimento-estudantil-avanca-no-parana.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DIAS, Luiz Antonio. **Política e participação juvenil: os “caras pintadas” e o movimento pelo impeachment**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8dias_luiz_artigo.pdf. Acesso 25/09/2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80. Campinas, 2002, p. 234-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; COSTA, Karla Silva. Transnacionalização da Educação Superior: o acordo geral de comércio e serviços e as instituições privadas de educação superior no Brasil. IN: AZEVEDO, Mario Luiz Neves; LARA, Angela Mara de Barros. **Educação, América Latina e Políticas Públicas: debates atuais**. Maringá: EDUEM, 2010.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

EMER, Ivo Oss. A procura do velho Oeste... e de uma nova educação. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 2, ago. 1992.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERRAREZ, Cynthia Santos. Mercantilização da educação superior brasileira e a formação profissional do serviço social. *Temporalis*, Brasília, v. 16, n. 31, p. 79-103, 31 ago. 2016. **Revista Temporalis**. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p79-104>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12243>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FOLHA DE LONDRINA. **Alunos protestam contra falta de professores**. 2003. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/alunos-protestam-contrafalta-de-professores-447149.html?_=amp. Acesso em: 27 fev. 2023.

Folha de São Paulo, **Edição nº 23.172**, página 6 a 7, de 12 de agosto de 1992. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11783&keyword=Collorgate&anchor=4774913&origem=busca&originURL=&pd=f7dccee737e8d872ab65b52e46f21f24>. Acesso em 26/07/2022

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo) 1972.

FREIRE, Silene de Moraes. MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: LUTAS PASSADAS, DESAFIOS PRESENTES. **Revista História de la Educación Latinoamericana [en línea]**. 2008, 11(), 131-146[fecha de Consulta 25 de Septiembre de 2022]. ISSN: 0122-7238. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86912618007>

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**. 11ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo. 2º ed, Ed. Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOUBERT, Pierre. **História local**. História & Perspectivas, Uberlândia, n. 6, p. 51-52, jan/jun., 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os Jornais e os Operários**. 1916. Jornal Avanti! Edição de Piemonte. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, [S.L.], v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=ptA> cesso em: 08 nov. 2022.

IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina**. Civilização Brasileira, 1975 - 162 páginas.

JORNAL HOJE. **ACADÊMICOS FECHAM A 277 EM PROTESTO À FALTA DE RECURSOS: A MANIFESTAÇÃO FAZ PARTE DO CALENDÁRIO ESTADUAL DE MOBILIZAÇÕES CONTRA ÀS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO**. Cascavel/Pr, 16 ago. 2001.

JORNAL HOJE. **QUEBRA-QUEBRA NA ASSEMBLEIA**. Cascavel/Pr, 16 ago. 2001, edição nº 7591

JORNAL O PARANÁ. **FACULDADES EM GREVE: OESTE ESTÁ SEM AULAS**. Cascavel/PR, Abr. 1986, edição nº 2758.

KUIAVA José. **Formação continuada de professores em terras de fronteiras - oeste do Paraná: 1973 – 1992**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2012.

KUIAVA, José. **Entrevista** concedida a Leni Terezinha Marcelo Pinzan. Cascavel, 22 set. 2005. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2007/2007%20-%20Leni%20Pinzan.pdf> acesso em: 25/09/2022

LACERDA, Gislene Edwiges de. Memórias estudantis e a história da transição: a atuação do movimento estudantil na luta “pelas liberdades democráticas. **XXII Encontro Estadual de História-Anpuh 2014**, Santos, v. 1, n. 1, p. 1-13, set. 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1401651346_ARQUIVO_ARTIGO_ANPUH_SP.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento Marxista e a cidade**. São Paulo: Ulisseia, 1972.
- LEHER, Roberto. Há 40 anos, ditadura mostrava seus dentes para a universidade. **Carta maior**. São Paulo, 16 mar. 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4187 Acesso: em 05 jun. 2022.
- LENIN, Vladimir Ilich. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- LESSA, Carlos. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 1, p. 159-188, 1999. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581999000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QNYLbmYg7QgNcgcsT6TkbRn/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007
- MACIEL, David. As categorias de Gramsci e a transição política no Brasil (1974 – 1989). In: **Estado e Poder: Ditadura e Democracia**. SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; CASTELANO, Maria José (orgs): Edunioeste, 2011.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.122p. Coleção história do Paraná; textos introdutórios.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. 1. ed. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/EDUFSCar, 1998. v. 1. 166 p.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global. 1979.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret. 2003
- MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém et al. Ocupação, resistência e a luta pela escola pública. **Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória**, Ano 14, v. 19, n. 46, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19331>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- MENDES JR., Antônio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982
- MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate**. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC. 2005.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. The Brazilian student movement: militant practices from the viewpoint of the new social movements. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 66, p. 117-149, 1 out. 2003. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1151>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. A Administração Escolar no Contexto da Nova República e do Neoliberalismo. In: ANDREOTTI, Azilde L. (et.all orgs.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor**. Campinas: Alínea, 2013. p. 173 – 200.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política-uma introdução crítica**. 4a. Edição. Ed. Cortez. SP, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2002.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPSEL, Eliana C. Navarro. Política e Planejamento Educacional no Contexto da Mundialização do Capital. In: LARA, Ângela M. De Barros; KOEPSEL, Eliana C. Navarro (Orgs.). **Gestão Educacional**. Formação de Professores EAD. Maringá, EDUEM, 2010. p.13-41.

ORSO, Paulino José. AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DE CLASSES. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil**, Joao Pessoa, v. 9, n. 1, p. 3840-3855, ago. 2012. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.10.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

PASQUIM DO OESTE. **Almoço e janta gratuitos na UNIOESTE MCR: bandeirão do movimento estudantil: estudantes distribuem almoço e janta gratuitos em protesto contra a ausência de ru na unioeste**. Bandeirão do Movimento Estudantil: Estudantes distribuem almoço e janta gratuitos em protesto contra a ausência de RU na UNIOESTE. 2015. Disponível em: <https://pasquimdooeste.blogspot.com/2015/08/almoco-e-janta-gratuitos-na-unioestemcr.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PANZERA, Mauro. In: ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.

PARANÁ. Lei nº 13029, de 27 de dezembro de 2000. **Autoriza O Poder Executivo A Transformar O Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná e Transferi-lo Para A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e Adota Outras Providências**. CURITIBA, PR, Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13029-2000-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-transformar-o-hospital-regional-de-cascavel-em-hospital-universitario-do-oeste-do-parana-e-transferi-lo-para-a-universidade-estadual-do-oeste-do-parana-unioeste-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 08 nov. 2022.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. Da UEL, 1997.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. **Unioeste: a histórica luta pela estadualização. 2007**. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2007.

POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5ª ed. Ilustrada, rev., ampl.e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

QUINTÃO, Thales Torres. Os media e a construção dos Caras Pintadas. **Revista Anagrama**, vol. 3, n. 4, 2010.

REIS, Luiz Fernando. Lerner e o projeto de autonomia no 32 para as universidades estaduais do Paraná. **Memórias da Greve (2000/2002)**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 13-24, ago. 2012. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/wp-content/uploads/2018/05/revista-do-sindiprol-aduel-edicao-01.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil–militar em tempo de radicalização e barbárie (1968- 1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1986.

SANTOS, Jordana de Souza. **O movimento estudantil na democratização: crise da Era Collor e neoliberalismo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

Saviani D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10a ed. Campinas: Autores Associados; 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (orgs); **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 3ª ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994, p. [p. 151-168].

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista paranaense (1964 - 1985)**. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/930/1/silvana.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **A UPE UNE o Paraná: (RE) organização do Movimento Estudantil Paranaense (1974-1985)**. Tese, UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333301/1/Schmitt_SilvanaLazzarotto_D.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

SGUISSARD, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. (Org.). **Universidade: política, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, J. C. da; BATISTA, E. L.; MUFATTO, L. M.; SZEUCZUK, A. Instituições escolares: memória, fontes e arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 64, p. 159–169, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i64.8641934. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641934>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, João Carlos da; GOMES, Maria Valdeny Ferreira; NATH, Valdecir Antonio; MUFATTO, Lidiane Maciel. História e memória: arquivos e instituições escolares na região oeste do Paraná. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 12, p. 64-75, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640108/7667>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total educação. In: **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia**. In: GENTILI, Pablo Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel, a história**. Cascavel, PR: J.S. Imprensa, 1988.

TONET, Ivo. A Educação Numa Encruzilhada. IN: **Trabalho, sociabilidade e educação - uma crítica à ordem do capital**. MENEZES, Ana M. D. e FIGUEIREDO, Fábio F. (orgs). Fortaleza: UFC, 2003, p. 201-219. IN: Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

UNE. **Luta atual pela Reforma Universitária**. Guanabara: UNE, 1963.

UNE. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 31 out. 2021.

UNIOESTE. **MEDICINA: 20 ANOS DE HISTÓRIA**. Cascavel: Gráfica Universitária, v. 1, 2017.

UNIOESTE. Reitoria. **Ata da reunião realizada no dia 11 de abril de 2001**. nº 02/01-COU

UNIOESTE. Reitoria. **Ata da reunião realizada no dia 17 de dezembro de 1996**. nº 07/96-COU

UNIOESTE. Reitoria. **Ata da reunião realizada no dia 25 de abril de 1996**. nº 02/96-COU

UNIOESTE. Reitoria. **Ata da reunião realizada no dia 27 de junho de 1996**. nº 03/96-COU

UNIOESTE. **Alunos do campus de Cascavel visitam obra do RU**. 2015. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/central-de-noticias/33-antiores-central-de-noticias/37583-Alunos-do-campus-de-Cascavel-visitam-obra-do-RU?highlight=WyJlc3R1ZGFudGVzliwidmlzaXRhbSIsImNvbnN0cnVcdTAwZTdcdTAwZTNvliwiZXN0dWRhbnRlcyB2aXNpdGFtIIO=>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Xavier, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ANEXOS**ANEXO 01- Temáticas e ano das mobilizações dos estudantes**

ANO	REIVINDICAÇÃO
1996	DCE DE MARECHAL ENTRA COM MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE OS ALUNOS POSSAM REALIZAR SUAS MATRÍCULAS NOS ANOS SEQUENTES DE SEUS CURSOS.
1996	PARALISAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DEVIDO A TRAMITAÇÃO LEGAL DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA E MEDICINA.
1996	EXPOSIÇÃO DE ALUNOS A PARTIR DO SEGMENTO DISCENTE DO COU CONTRA O PROJETO DE LEI QUE VISA A GRATUIDADE SELETIVA NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS.
1997	MANIFESTAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU EM PROL DA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS.
1997	ALUNOS DE INFORMÁTICA REALIZAM MANIFESTAÇÃO DEVIDO A FALTA DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES.
1998	ACADÊMICOS DE MEDICINA CAMPUS CASCAVEL REALIZAM UMA CARTA CONTENDO AS NECESSIDADES DESTES PARA QUE O ANTIGO HOSPITAL REGIONAL SE TORNASSE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, QUE SERVIRIA DE ESTÁGIO E DE RESIDENCIA MÉDICA.
1999	ALUNOS FAZEM VIGILIA PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E PELA GESTÃO FINANCEIRA
1999	ALUNOS JUNTAMENTE COM DOCENTES SÃO CONTRA A ASSINATURA DO TERMO DE AUTONOMIA PELO REITOR.
2001	SEPARAÇÃO DO CAMPUS DE FOZ
2001	ALUNOS REIVINDICAM MAIS VERBAS
2001	ESTUDANTES DA UNIOESTE INVADEM REITORIA PARA PEDIR MAIS VERBAS
2001	ALUNOS FECHAM A BR 277 EM PROTESTO DEVIDO A FALTA DE RECURSO.
2001	ESTUDANTES INVADEM A ALEP CONTRA A PROPOSTA PRIVATIZANTE DE JAIME LERNER
2003	ALUNOS INVADEM REITORIA RECLAMANDO SOBRE A FALTA DE DOCENTES
2007	ALUNOS RECLAMAM SOBRE A FALTA DE DOCENTES
2009	ACADÊMICOS PEDEM O FIM DO VESTIBULAR
2010	ACADÊMICOS DA UNIOESTE REIVINDICAM RESTAURANTE E MORADIAS NO CAMPUS
2011	ALUNOS REALIZAM MANIFESTAÇÃO EM PROL DO RU, SERVINDO RISOTO PARA DEMONSTRAR A NECESSIDADE DO RESTAURANTE
2011	PROTESTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTE DISCENTE NO COU
2012	PEDIDO DE AUMENTO DE VERBAS
2012	ASSEMBLEIA COM TODOS OS CAMPI DA UNIOESTE PARA FORTALECER O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA INSTITUIÇÃO

2012	AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TODOS OS CAMPUS DA UNIOESTE (ASSEMBLEIA DOS ESTUDANTES)
2012	MANIFESTAÇÃO JUNTO COM OUTRAS IES ESTADUAIS CONTRA O CORTE DE VERBAS NO GOVERNO RICHÁ
2013	REUNIÃO COM O REITOR E REPRESENTANTE DO DCE DE CADA CAMPI PARA FALAR SOBRE ASSISTENCIA ESTUDANTIL (RU, MORADIA ESTUDANTIL, VAGAS DO SISU...)
2013	CARTA ABERTA DOS DCEs PARA OS ESTUDANTES EM RELAÇÃO A NÃO EFETIVAÇÃO DO RU
2013	NOTA DE REPÚDIO DO DCE TOLEDO COM A FALTA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE.
2014	ESTUDANTES OCUPAM A REITORIA E CONSEGUEM A APROVAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO RU
2015	ALMOÇO E JANTA GRATUITO NO CAMPUS DE MARECHAL DEVIDO AO RU
2015	MANIFESTAÇÃO NA REITORIA E NA BIBLIOTECA CAMPUS CASCAVEL EM PROL DO RU
2015	REPRESENTANTES DO DCE VISITAM OBRA DO RU NO CAMPUS CASCAVEL

ANEXO 02- ATA Nº 002/1996- COU


unioeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Ata nº 002/96 - COU

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de hum mil, novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões dos Conselhos Superiores da UNIOESTE, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência da Vice-Reitora, Liana Fátima Fuga Vasconcelos, presentes os seguintes Conselheiros: Adeloir Ribas Rossi, Adir Gilberto Modes, Alceu de Freitas, Antônio Augusto Grellert, Dildo Antônio Bedim, Elias Marques Herculano, Ester de Souza de Oliveira, Fábio Ricardo Machado, Ildo Carbonera, Izoete Maria Aparecida Nieradka, Jussara Margarida Wammes, Luiz Alberto Cypriano, Luiz Fernando Reis, Nilson de Souza Rodrigues, Paulo Sérgio Wolff, Regina Veiga Martin e Roseli Silma Scheffel. **Pauta do dia — primeira parte:** Expediente. Item I “a”- Aprovação da Ata nº 001/96 - COU, da reunião ordinária do dia 05/03/96. Colocada em aprovação, foi ela aprovada por unanimidade. Item I “b” - Comunicação. A Presidenta apresentou à plenária os novos Conselheiros e os empossou: Conselheiro Adeloir Ribas Rossi — Representante Docente do Campus de Cascavel; Conselheiro Adir Gilberto Modes — Representante Técnico-Administrativo do Campus de Marechal Cândido Rondon; Conselheiro Alceu de Freitas — Representante Técnico-Administrativo do Campus de Foz do Iguaçu; Conselheiro Elias Marques Herculano — Representante Discente do Campus de Foz do Iguaçu; Conselheiro Ildo Carbonera — Representante Docente do Campus de Foz do Iguaçu; Conselheiro Luiz Fernando Reis — Representante das Organizações Regionais da Classe Trabalhadora; e, Conselheira Roseli Silma Scheffel — Diretora-Administrativa do Campus de Marechal Cândido Rondon. A seguir, a Presidenta comunicou a todos os Conselheiros que, em havendo uma (01) vaga em cada Câmara do COU, os Conselheiros deveriam se inscrever, no final desta sessão, para concorrerem ao preenchimento das vagas, ocasião em que se procederiam às votações. Ato contínuo, submeteu à aprovação da plenária nomes de convidados a participarem da reunião com direito à voz. Por conta disso, participaram da reunião, com aprovação unânime dos Conselheiros, as seguintes pessoas: Idair Antônio Cassol — Diretor de Assuntos Acadêmicos; Gilceu Klein — Assessor Jurídico; Jair Kotz — Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; José Luiz Ames — Assessor Chefe do Grupo de Planejamento e Controle; Ricardo Walker — Assessor de Obras; e, Tarcísio Vanderlinde — Chefe de Gabinete do Reitor. O Conselheiro Adeloir Ribas Rossi solicitou que constasse em ata o que segue: “Senhora Presidente, senhores Conselheiros: É uma honra para qualquer membro da comunidade universitária participar do Conselho Universitário, órgão máximo da UNIOESTE, responsável pela formulação da sua política e, portanto, esteio da sua existência. A Universidade, pela sua própria natureza, é o espaço privilegiado da diversidade, da discussão e da polêmica. Do embate de idéias e da salutar coexistência da pluralidade, tão necessários à sua consolidação como centro científico de excelência. Entretanto, senhores conselheiros, causa-nos espécie a manifestação da Presidência deste Conselho ao asseverar, na reunião do dia 05 (cinco) de março último, que *em sessão deste Colegiado, não se vai polemizar matérias; mas, sim, deliberar sobre elas — aprovando-as ou rejeitando-as; conquanto a polemização fica por conta das Câmaras*”. Nada mais equivocado. Ora, senhores conselheiros, todos sabemos que a tarefa das câmaras acadêmica, de planejamento e de administração é, no fundamental, de análise preliminar e instrução dos processos para posterior apreciação deste plenário. Seria uma distorção inconcebível que o plenário do Conselho Universitário - o todo - fosse reduzido a um simples órgão homologador dos indicativos das Câmaras, como propõe a Presidência. Nesse caso, em inédita disfunção de competência, a parte subordinária o todo, e as prerrogativas da instância maior da UNIOESTE estariam comprometidas. Entendemos ser obrigação deste Conselho no seu conjunto, e compromisso de ofício de cada Conselheiro em particular, a apreciação, em profundidade, de todas as questões atinentes à Universidade que cheguem a este plenário. Que nenhum conselheiro abdique deste direito; que nenhum Conselheiro renuncie à sua tarefa de discutir



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da Ata nº 002/96-COU, de 25/04/96. Fl. 02.

minuciosamente; e, polemizar, sim, quando a matéria assim o exigir. Nesse sentido, consideramos aquele pronunciamento inoportuno, inadequado, anti-regimental e antiestatutário. Inoportuno, por cercear o amplo debate no momento em que a Universidade dele mais necessita; inadequado, por ter conotação prescritiva, ao passo que as incumbências de normatização do Conselho são da competência do seu plenário; anti-regimental por colidir com o Regimento Interno do COU; e, antiestatutário por, intrinsecamente, limitar o estatuído no Art. 7º do Regimento-Geral da UNIOESTE". **Segunda parte** — Ordem do dia. Item 2 "a" - Homologar Ato Executivo nº 013/96 - GRE, de 29/03/96, que rescindiu, "ad referendum" do COU, o contrato administrativo (Concorrência nº 010/94 - Processo nº 001121/94) entre a UNIOESTE e a firma Coplase Engenharia e Comércio Ltda. Proc. nº 3588/96, de 27/03/96. O Engenheiro Ricardo Walker, Assessor de Obras da UNIOESTE, relatou o processo que, ao ser apreciado, foi homologado por unanimidade. Item 2 "b" - Apreciar e deliberar sobre "Regulamento de Designação de Assessor-Técnico de Centro". Proc. nº 003832/96, de 18/04/96. O Prof. José Luiz Ames relatou o processo que, ao ser apreciado, foi retirado de pauta, para ser encaminhado às três Câmaras do COU (Acadêmica, de Planejamento e Administrativa) — com convite, para participação, aos Diretores-de-Centro. Devendo, por conseguinte, o processo retornar a esta plenária, para ser deliberado, com pareceres exarados pelas respectivas Câmaras, com relator designado. O Prof. José Luiz Ames, Assessor-Chefe do Grupo de Planejamento e Controle, colocou-se à disposição das Câmaras, para quaisquer informações. Item 2 "c" - Apreciar e deliberar acerca do relatório-final da Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 212/96 - GRE/UNIOESTE, publicada no D.O.E. nº 4721, de 22/03/96. Proc. nº 3804/96, de 17/04/96. O Prof. Tarcísio Vanderlindé relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado, por maioria de votos dos Conselheiros, nos seguintes termos: "Diante do exposto, propomos: Aprovação do Relatório-Final apresentado pela Comissão designada pela Portaria nº 212/96 - GRE; e, em consequência: a) - Não-acatamento das sugestões apresentadas, e arquivamento do relatório-final da Comissão designada pela Portaria nº 505/95; b) - Encaminhamento dos Autos de Sindicância (SPI nº 2.568.978 - 0) devidamente ultimada ao MEC, para conhecimento e providências cabíveis; c) - Envio do Relatório-Final da Comissão aos órgãos públicos e veículos de Comunicação Social". O Conselheiro Luiz Alberto Cypriano absteve-se de votar, por ser parte integrante do processo. Item 2 "d" - Apreciar autos, sob nº 261/95, de Mandado de Segurança impetrado pelo D.C.E, Campus de Marechal Cândido Rondon, contra o Presidente do COU/UNIOESTE. Proc. nº 3252/96, de 27/02/96. O advogado Gilceo Klein, Assessor Jurídico da UNIOESTE, relatou o processo nos seguintes termos: "Vigorando até 23 de dezembro de 1994, o Regimento da FACIMAR possibilitava aos alunos, com dependência, matricularem-se nas séries subsequentes; e, também, nas dependências — independente da incompatibilidade de horário. Quando da transformação em Universidade, o novo Regimento da UNIOESTE, Art. 87, inciso IV, exigia compatibilidade de horário. O D.C.E. de Marechal Cândido Rondon impetrou Mandado de Segurança 261/95, 1ª Vara Cível de Cascavel, sendo deferida liminar em 12/04/95, amparando o direito de os alunos se matricularem nas dependências e nas séries subsequentes sem a necessidade de frequência. Houve prestação de informações; e, em 29 de setembro de 1995 ocorreu o julgamento, sendo proferida sentença confirmando o conteúdo da liminar, ou seja, a UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, deverá dar condições a todos os alunos representados pelo D.C.E., no Mandado de Segurança, de se matricularem nas dependências, nas séries subsequentes, não podendo exigir a compatibilidade de horário. Para tal, recomenda o julgador a abertura de novas turmas e turmas especiais, se assim o exigir, desde que se respeite o direito adquirido do aluno, quando da substituição do Estatuto da FACIMAR pelo Estatuto da UNIOESTE. Transitou em julgado a sentença em 16 de novembro de 1995, nada mais restando a fazer em relação a este processo". Terminado o relato, foi o processo dado por apreciado por unanimidade de votos dos Conselheiros. O Prof. Jair Kotz, Diretor do Centro



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da Ata nº 002/96-COU, de 25/04/96. Fl. 03.

de Ciências Sociais Aplicadas, solicitou que se registrasse em ata que ele encaminhou à Pró-Reitoria de Graduação, nos termos da Res. nº 044/95 - COU, documento no sentido de que os alunos que ingressarem na UNIOESTE, a partir de 1995, tenham os mesmos direitos às dependências concedidos àqueles que ingressaram até 1995, ou seja, na forma de grupos-de-estudo e/ou regimes especiais. A seguir, a Presidenta solicitou aos Conselheiros que se inscrevessem para preenchimento das vagas das Câmaras do COU. Para a Câmara Acadêmica, inscreveram-se os Conselheiros: Elias Marques Herculano e Luiz Fernando Reis. Para a Câmara de Planejamento, inscreveram-se os Conselheiros: Adeloir Ribas Rossi e Adir Gilberto Modes. Para a Câmara Administrativa, inscreveu-se a Conselheira Roseli Silma Scheffel. Procedida à eleição e apurados os votos, o resultado foi o seguinte: Para a Câmara de Planejamento — o Conselheiro Elias Marques Herculano obteve seis (06) votos, e o Conselheiro Luiz Fernando Reis obteve dez (10) votos; para a Câmara de Planejamento — o Conselheiro Adeloir Ribas Rossi obteve seis(06) votos, e o Conselheiro Adir Gilberto Modes obteve dez (10) votos; para a Câmara Administrativa — a Conselheira Roseli Silma Scheffel obteve dezesseis(16) votos. Finalmente, o Conselheiro Nilson de Souza Rodrigues foi escolhido, por seus pares, para presidir a Câmara Acadêmica. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Prof. Luiz Gonzaga de Andrade, Secretário dos Conselhos Superiores da UNIOESTE, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada por mim, pela Presidenta e pelos Conselheiros presentes. *Prochase*

Luiz Fernando

Andrade

Roseli Silma Scheffel

Adir Gilberto Modes

Adeloir Ribas Rossi

Nilson de Souza Rodrigues

Prochase

Luiz Gonzaga de Andrade

Roseli Silma Scheffel

Museiuradhe

ANEXO 03- ATA Nº 003/1996-COU



unioeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR
REITORIA

Ata nº 003/96 - COU

Aos vinte e sete dias do mês de junho de hum mil, novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões dos Conselhos Superiores da UNIOESTE, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência do Reitor, Erneldo Schallenberger, presentes os seguintes Conselheiros: Liana Fátima Fuga Vasconcelos, Adeloir Ribas Rossi, Adir Gilberto Modes, Alceu de Freitas, Antônio Augusto Grellert, Dilmo Antônio Bedim, Elias Herculano, Ester de Souza de Oliveira, Flávio Rodrigues Soares, Gilmar José De Toni, Ildo Carbonera, Izolete Maria Aparecida Nieradka, Jussara Margarida Wammes, Luiz Alberto Cypriano, Luiz Fernando Reis, Neiva Marques de Andrade, Nilson de Souza Rodrigues, Paulo Sérgio Wolff e Roseli Silma Scheffel. Participaram, também, da reunião, com direito à voz, os seguintes convidados: Elaine Marchiori, Jair Kotz, João Cândido Bracarense Costa e Moacir Lopes.

Pauta do dia: primeira parte — Expediente. Item 1.1 - Aprovação da ata nº 002/96 - COU, da reunião ordinária do dia 25/04/96. Colocada em aprovação, foi ela aprovada por unanimidade. Item 1.2 - Comunicação. “O Presidente colocou sobre qual o tipo de Universidade que se quer; qual o papel dela no contexto em que está inserida; e, quais são as áreas de excelência que se pretende construir, que todo o processo de avaliação institucional vai ter por parâmetro essas colocações — impostas e advindas de discussões em âmbito nacional. E, por outro lado, chamou a atenção dos Conselheiros, principalmente dos Diretores-Administrativos, sobre a necessidade de a UNIOESTE integrar-se com outras Universidades que já possuem áreas de excelência consolidadas — para desenvolver a pesquisa e a pós-graduação, e, assim, firmar-se como Instituição de Qualidade. Ato contínuo, o Presidente colocou, também, a necessidade de se afinar os discursos no âmbito da UNIOESTE; que esses discursos sejam afinados pelos fins da Universidade — e não por picuinhas internas; que esses discursos se traduzam em práticas que primam pelas instâncias competentes estatuídas; que, se essas instâncias estatuídas não forem as convenientes, que se abra a discussão para mudá-las; que, por ora, o que temos são: os Regulamentos, o Regimento e o Estatuto — que, se não servem, devem ser mudados; que, em sua gestão, está procurando descentralizar o que se pode — daquilo que é possível. O Presidente comunicou, também, aos Conselheiros sobre os trâmites do processo de aprovação dos Cursos de Medicina e Odontologia. Informou ele que os referidos processos se encontram em Brasília, aguardando Portaria Ministerial e, que, em breve, acredita estarem os cursos devidamente autorizados. E, em seguida, empossou os novos Conselheiros: Flávio Rodrigues Soares — Representante Docente do Campus de Toledo; e, Gilmar José De Toni — Representante Discente do Campus de Toledo”. O Conselheiro Adeloir Ribas Rossi comunicou o que segue: “Senhor Presidente, senhores Conselheiros: Um dos pontos de preocupação da comunidade universitária do Estado do Paraná é o da falta de definição, por parte do Governo estadual, de uma política clara para o ensino. E o que é pior, acompanhando as negociações do movimento sindical das universidades, tanto com a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia quanto com a Secretaria de Estado da Administração e a Governadoria do Estado, observamos haver indícios de que está em curso um processo de extinção da gratuidade do ensino e de privatização das atividades universitárias. Tais propósitos, diferentemente da prática neoliberal de agraciar a iniciativa privada com empresas



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da Ata nº 003/96-COU, de 27/06/96. Fl. 02.

públicas, porém calcados no mesmo modelo, estão assentados no seguinte tripé: uma determinada concepção de autonomia universitária; a regulamentação do Art. 205 da Constituição Estadual, que institui o Fundo Paraná, e a aprovação do Projeto de Lei nº 213/96, que trata da prestação de serviços, nos moldes da mensagem 048/96 que o Executivo encaminhou à Assembléia Legislativa e vem contando com o apoio da APIESP. Acrescente-se ainda a terceirização de serviços como os de vigilância e zeladoria, entre outros, e estão completos os ingredientes da receita governamental para transformar as universidades em verdadeiros *shopping centers*. Em tais condições, autonomia passaria a se confundir com a livre produção de mercadorias; a Fundação Paraná corresponderia a uma espécie de *holding* para implementar o comércio acadêmico; e a prestação de serviços permitiria a participação nos lucros das empresas universitárias através da retirada de *pró-labore*. A Universidade, assim transformada em empresa, seria um grande supermercado. Os servidores exigem melhorias salariais? Professores e funcionários necessitam participar de atividades de qualificação? Falta verba para manter a Universidade? ‘- *Simplex, há autonomia, gerem serviços, criem produtos, vendam as mercadorias e retirem o pró-labore*’. As conseqüências de tal modelo, que desobriga o Estado das suas responsabilidades com o ensino superior, são ainda completamente imprevisíveis. As linhas de pesquisas, por exemplo, abandonariam a necessária produção, o desenvolvimento e a socialização do conhecimento para submeterem-se à lógica do mercado. Que se pesquise o melhor produto, o que for mais competitivo, o mais rentável... É fundamental assegurar a autonomia; necessitamos da criação de um órgão de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; precisamos definir a natureza dos serviços prestados pela Universidade; mas tudo isso sem perder a perspectiva de defesa da Universidade Pública, de Qualidade e Transparente. Caso contrário, estaremos sendo coniventes com o desmonte da Universidade. Nesse sentido, o movimento sindical obteve uma vitória parcial importante, na última semana, ao assegurar o compromisso dos deputados estaduais com a retirada da pauta de votações da Assembléia Legislativa dos dois projetos de interesse das universidades. Isso permitirá maior discussão, maior apreciação das propostas pela comunidade universitária e a votação somente no segundo semestre do ano. Espera-se que o Governador não insista na convocação extraordinária da Assembléia Legislativa para votação da matéria em regime de urgência”. O Conselheiro Luiz Fernando Reis colocou que, com relação ao processo de avaliação, em nenhum momento as escolas públicas de 1º e 2º graus, assim como as Universidades, foram chamadas para discutir o assunto. Que, por trás de tudo isso está a vontade do governo em privatizar a educação. Portanto, é imprescindível que as administrações superiores das Universidades e as entidades representativas da comunidade universitária se reúnam e discutam, com objetividade e profundidade, a questão — tendo em vista tal avaliação ser orientada pelos critérios de mercado. A política dos governos estadual e federal tem-se pautado por uma combinação perversa da centralização e da descentralização. Tal política tem-se concretizado, por um lado, pela centralização, no ministério da educação e nas secretarias, das decisões no que dizem respeito ao processo de avaliação, reformulação curricular e planejamento político-estratégico e, de outro lado, pela descentralização das responsabilidades em relação ao financiamento da educação. Dentro dessa política, autonomia tem sido entendida como transferência da responsabilidade do governo em relação ao financiamento para as universidades e para as escolas públicas. Por



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da Ata nº 003/96-COU, de 27/06/96. Fl. 03.

isso, o governo tem incentivado e buscado regulamentar a prestação de serviços como fonte de financiamento das universidades. **Segunda parte:** Ordem do dia. Item 2.1 - Apreciar e deliberar sobre Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento -Programa Interno relativo ao exercício de 1997. Proc. nº 4213, de 03/06/96. O Conselheiro Luiz Alberto Cypriano relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado, com modificações, por unanimidade de votos dos Conselheiros. Ficou aprovado, também, que o GPC, juntamente com as Câmaras de Administração e de Planejamento, constitua uma Comissão para estudar a proposta do Índice Médio Proporcional Anual; e, para tanto, seja também convidado um perito em orçamento. E, que o resultado desse estudo seja apreciado na última reunião ordinária, deste ano, do Conselho Universitário. Item 2.2 - Apreciar e deliberar sobre alteração do art. 8º da Resolução nº 005/95-COU. Proc. nº 4502/96, de 19/06/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Prof. Luiz Gonzaga de Andrade, Secretário dos Conselhos Superiores da UNIOESTE, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.

Assinaturas:

Roseli Helena Scheffel

Luiz Alberto Cypriano

Izoete Maria Aparecida Nieradka

Felipe Machado

Luiz Fernando

Suzanne Colbe

Espauza

Amoldo J.

Ilverson dos Santos

Elias

J. A. -

Fabiana M. Wammes

Warcouales

Abdeif

ANEXO 04- ATA Nº 007/1996-COU



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Ata nº 007/96 - COU

Aos dezessete dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões dos Conselhos Superiores da UNIOESTE reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência do Reitor, Erneldo Schallenger, presentes os seguintes Conselheiros: Albino Corazza Neto, Adeloir Ribas Rossi, Adir Gilberto Modes, Antônio Augusto Grellert, Dilmo Antônio Bedim, Elias Marques Herculano, Ester de Souza de Oliveira, Giuliano Campiol, Gilmar José De Toni, Ildo Carbonera, Izoete Maria Aparecida Nieradka, Jussara Maria Wammes, Luiz Alberto Cypriano, Luiz Fernando Reis, Nilson de Souza Rodrigues, Paulo Sérgio Wolff, Roseli Silma Scheffel, Flávio Rodrigues Soares. Participaram, também, da reunião, com direito à voz, os seguintes convidados: Valdir Gregory, Norma Viapiana Golfeto, Mário Cândido de Athayde Júnior e Eduardo Godoy de Souza. **Pauta do dia:** primeira parte — Expediente. Item 1.01 - Aprovação da Ata nº 006/96-COU, da reunião extraordinária do dia 08/11/96. Colocada em aprovação, foi ela aprovada, por unanimidade. Item 1.02 - Comunicação. O Presidente comunicou a todos os Conselheiros de que as formaturas da UNIOESTE ocorrem em sessões solenes do Conselho Universitário. E, por conta disso, reiterou convocação para que os Conselheiros se fizessem presentes às solenidades de Colação de Grau: 1) Dia 18/12/96, às 20:00 horas, Colação de Grau dos Formandos do Campus de Cascavel — na Associação Atlética Comercial, Rua Juscelino K. de Oliveira, 1159; 2) Dia 20/12/96, às 20:00 horas, Colação de Grau dos Formandos do Campus de Marechal Cândido Rondon — na Igreja de Deus, Rua Sergipe, 2250. **Segunda parte — Ordem do dia.** Item 2.01 - Apreciar e deliberar sobre a criação do Campus da UNIOESTE na cidade de Francisco Beltrão. Proc. nº 4869/96, de 20/08/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Luiz Fernando Reis declarou seu voto nos seguintes termos: “Manifesto meu voto favorável à criação do Campus da UNIOESTE na cidade de Francisco Beltrão por defender como princípio a universalização do ensino público e gratuito em todos os níveis. Por outro lado, conclamo a comunidade de Francisco Beltrão e suas lideranças a somar esforços junto à comunidade universitária para evitar a aprovação do projeto que modifica o regime jurídico das IES transformando-as em agências sociais autônomas de caráter privado, e o projeto de autoria do deputado Eduardo Trevisan que institui a gratuidade seletiva (cobrança de mensalidades) no Ensino Superior do Paraná. Pois, tais projetos, se aprovados, da forma como estão elaborados, põem por terra a idéia de um sistema de Ensino Superior Público e gratuito em nosso Estado”. Item 2.02 - Apreciar e deliberar sobre Carta-Consulta para implantação de extensão da UNIOESTE no Município de Assis Chateaubriand. Proc. nº 5721/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.03 - Apreciar e deliberar sobre Carta-Consulta para implantação de extensão da UNIOESTE no Município de Laranjeiras do Sul. Proc. nº 5722/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.04 - Apreciar e deliberar sobre Carta-Consulta para implantação de extensão da UNIOESTE no Município de Medianeira. Proc. nº 5723/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.05 - Apreciar e deliberar sobre Criação e Implantação do Curso de Pós-Graduação, a nível de Mestrado, em “Engenharia de Sistemas Agroindustriais” - Campus de Cascavel. Proc. nº 4921/96, de 28/08/96. O professor Eduardo Godoy de Souza relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.06 - Manifestar-se sobre pedido de implantação de extensão do Curso de Enfermagem no Campus de Foz do Iguaçu. Proc. nº 5726/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, o Conselho Universitário se manifestou favoravelmente ao remanejamento de 40 (quarenta) vagas do Curso de Enfermagem, do Campus de Cascavel, para o Campus de Foz do Iguaçu, e fez o seguinte encaminhamento: que a Pró-Reitoria de Graduação, sob a



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da ata nº 007/96-COU, de 17/12/96. Fl. 02.

Presidência da Pró-Reitora, constitua uma Comissão integrada por 1(um) representante do Departamento de Enfermagem, por 1(um) representante do Colegiado do Curso de Enfermagem, por 1 (um) representante do Departamento de Ciências Biológicas, por 1 (um) representante do Campus de Foz do Iguaçu, por 1 (um) representante da Congregação dos Filhos da Imaculada Conceição, e por 1(um) representante da Comunidade de Foz do Iguaçu — e elabore o Projeto de Implantação e o reencaminhe à Secretaria dos Conselhos Superiores para ser apreciado e deliberado na reunião ordinária do COU, no mês de junho/97. Item 2.07 - Apreciar e deliberar sobre pedido de implantação de extensão do Curso de Matemática no Campus de Foz do Iguaçu. Proc. nº 5727/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado, por unanimidade, nos seguintes termos: “O Conselho Universitário aprova a elevação do número de vagas do Curso de Matemática, do Campus de Cascavel, de 40 para 80, e autoriza a oferta de 40 dessas vagas para o Campus de Foz do Iguaçu”. Item 2.08 - Manifestar-se sobre pedido de remanejamento de vagas do Curso de História para o Campus de Foz do Iguaçu. Proc. nº 5724/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, o COU manifestou-se favorável ao remanejamento de 40 vagas do Curso de História para o Campus de Foz do Iguaçu, e fez o seguinte encaminhamento: que a Pró-Reitoria de Graduação, sob a Presidência da Pró-Reitora, constitua uma Comissão, integrada por 1 (um) representante do Departamento de História e Geografia, por 1(um) representante do Colegiado do Curso de História, por 1 (um) representante do Campus de Foz do Iguaçu, e por 1 (um) representante do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu — e elabore o Projeto de Implantação e o reencaminhe à Secretaria dos Conselhos Superiores para ser apreciado e deliberado na reunião ordinária do COU, no mês de junho/97. Item 2.09 - Apreciar e deliberar sobre Carta-Consulta para implantação do Bacharelado em Educação Física no Campus de Marechal Cândido Rondon. Proc. nº 5279/96, de 17/10/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.10 - Apreciar e deliberar sobre pedido de criação de 02(duas) Comissões para elaboração das Cartas-Consulta para implantação dos Cursos de licenciatura em Física e Química para os Campi de Cascavel e Toledo. Proc. nº 5725/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade, com a recomendação de que as Comissões sejam constituídas por Mestres e Doutores. Item 2.11 - Apreciar e deliberar sobre pedido de criação de Comissão para elaboração de Carta-Consulta para implantação do curso de licenciatura em Educação Artística no Campus de Cascavel. Proc. nº 5720/96, de 03/12/96. A professora Norma Viapiana Golfeto relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.12 - Apreciar e deliberar sobre Criação e Implantação do Curso de Pós-Graduação permanente, a nível de Especialização, em “Fundamentos da Educação”- Campus de Cascavel. Proc. nº 4562/96, de 26/06/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.13 - Apreciar e deliberar sobre Regulamento do NPD. Proc. nº 4989/96, de 05/09/96. O Conselheiro Adir Gilberto Modes relatou o processo que, ao ser apreciado, foi retirado de pauta pelo Presidente. Item 2.14 - Apreciar e deliberar sobre a criação de 02(duas) funções gratificadas, simbologia FG - 01: uma para a Coordenadoria Especial do Curso de Engenharia de Pesca, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, do Campus de Toledo; e, outra para a Coordenadoria Especial do Curso de Geografia, do Centro de Estudos Geo-Históricos e do Movimento Humano, Campus de Marechal Cândido Rondon - ambas criadas pela Resolução nº 020/96-COU, de 31/10/96. Proc. nº 5255/96, de 10/10/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.15 - Apreciar e deliberar sobre Implantação do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa “NDP”. Proc. nº 5472/96, de 13/11/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi retirado de pauta pelo





unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da ata nº 007/96-COU, de 17/12/96. Fl. 03.

Presidente. Item 2.16 - Appreciar e deliberar sobre Orçamento-Geral da UNIOESTE. Proc. nº 5638/96, de 28/11/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.17 - Appreciar e deliberar sobre a Nova Estrutura Regimental da UNIOESTE. Proc. nº 5641/96, de 28/11/96. A Conselheira Izoete Maria Aparecida Nieradka relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado, com alterações, por maioria de votos dos Conselheiros. Registramos, aqui, que o Presidente submeteu, antes do relato, à plenária o ofício nº 92/96 - do Departamento de Engenharia Agrícola e o ofício nº 015/96-CEPE, da Secretaria dos Conselhos Superiores, através dos quais solicitava-se a retirada deste processo de pauta. Entretanto, a relatora considerou que o processo, mesmo assim, deveria ser relatado. E, em assim sendo, o foi — por maioria de votos dos Conselheiros. O Conselheiro Adeloir Ribas Rossi solicitou que se consignasse em ata o que segue: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros: creio que fomos todos surpreendidos pela proposta de alteração da estrutura da Universidade remetida ao COU pelo GPC, posto que a comunidade universitária foi totalmente alijada de qualquer discussão sobre a mesma. Sem entrar ainda no mérito do seu conteúdo, no produto, quero fazer algumas considerações em relação ao processo. Há poucos dias, mais precisamente nos dias 25 e 26 de novembro, todos nós participamos das reuniões de planejamento estratégico. Por dois dias reuniu-se o que seguramente existe de mais qualificado e representativo no âmbito da UNIOESTE: coordenadores de curso, chefes de departamentos, diretores administrativos e de centros, as assessorias, os responsáveis pelos órgãos de apoio e suplementares, as representações discentes, docentes, técnico-administrativas e sindicais. Aprovou-se, naquela ocasião e por proposição do GPC, um cronograma para o programa de reestruturação organizacional da UNIOESTE, no qual estão previstos desde a elaboração de estudos preliminares de diferentes estruturas universitárias até a realização de Fóruns de discussão por Campus e a convocação da Assembléia Universitária. Quando finalmente os ares da prática da democracia pareciam começar a oxigenar o cotidiano da vida acadêmica, no dia 28 de novembro - portanto dois dias depois das reuniões do planejamento estratégico - o próprio GPC “*ura da manga*” um documento de 101 páginas e o protocoliza junto à Secretaria deste Conselho para que o órgão máximo da UNIOESTE aprove, em um final de reunião, uma nova estrutura para a Universidade. Por entender que o encaminhamento dado foi, no mínimo, pouco responsável, ao votar em contrário às posições do relator, solicito que a matéria seja retirada de pauta e reencaminhada à discussão, pois o assunto é de interesse coletivo e a opinião de toda a comunidade universitária do Oeste não pode ser desprezada”. O Conselheiro Luiz Fernando Reis declarou seu voto da seguinte forma: “Abstenho-me de votar a Nova Estrutura Regimental nesta reunião do Conselho, tendo em vista que defendi a proposta derrotada por 11 (onze) votos a 5 (cinco) de que a Nova Estrutura Regimental deveria ser discutida amplamente e de maneira coletiva pelos Diretores-Administrativos, Diretores de Centro, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso, representantes do corpo docente, discente e técnicos-administrativos. Entendo que somente após essa discussão ampla e democrática é que o Conselho, de posse de uma proposta coletivamente aprovada por todos os segmentos da universidade, poderia decidir, de maneira muito mais qualificada, a respeito da Nova Estrutura Regimental da UNIOESTE”. Item 2.18 - Appreciar e deliberar sobre o Calendário de Reuniões dos Conselhos Superiores da UNIOESTE para 1997. Proc. nº 5841/96, de 13/12/96. O Secretário dos Conselhos Superiores da UNIOESTE relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. Item 2.19 - Appreciar e deliberar sobre solicitação de afastamento, para Mestrado, do Professor Juarez Bortolanza - Campus de Marechal Cândido Rondon. Proc. nº 5376/96, de 31/10/96. O Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Professor Valdir Gregory, relatou o processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por maioria de votos dos Conselheiros. O Conselheiro Nilson de Souza Rodrigues absteve-se de votar. Os Conselheiros deliberaram, por maioria de votos, que o CEPE reveja a Resolução nº 314/96-CEPE, de 19/09/96.



unioeste

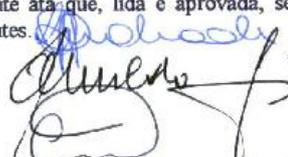
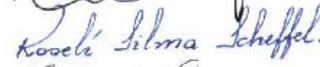
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

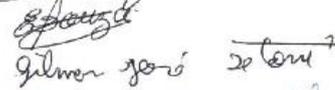
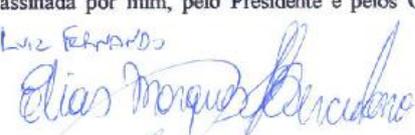
Rua Universitária, 1619 - Fone:(045) 224-6291 - Fax:(045) 224-6883 - Jardim Universitário - Cascavel - PR

REITORIA

Continuação da ata nº 007/96-COU, de 17/12/96. Fl. 04.

para que processos como esse do professor Juarez Bortolanza não venham mais a ser apreciados, em caráter de excepcionalidade, pelo Conselho Universitário. Os itens 2.20 (Manifestar-se sobre o Projeto "Autonomia Universitária") e 2.21 (Manifestar-se sobre o Projeto de Lei Estadual que dispõe sobre a Gratuidade Seletiva do Ensino Superior do Estado do Paraná) foram relatados pelo Presidente. Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos, nos seguintes termos: "Cascavel, 17 de dezembro de 1996. **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. GRATUIDADE SELETIVA.** Nota do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — UNIOESTE. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná — UNIOESTE é, sem dúvida, o maior patrimônio público do Estado no Oeste do Paraná. Construída com o empenho do Estado e da Comunidade Regional, a UNIOESTE está vivendo um momento de definição da sua missão e do seu papel social e da sua própria consolidação. Informado de que estariam por tramitar na Assembléia Legislativa projetos de Lei que tratam da Autonomia Universitária e da Gratuidade Seletiva, o Conselho Universitário da UNIOESTE firma seu compromisso com o Ensino Público e Gratuito e com a Autonomia, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal, e manifesta-se contrário a qualquer encaminhamento de projeto que não resulte de uma ampla discussão com a comunidade acadêmica e regional, e entende necessária a manutenção das incumbências do Estado com o Ensino Superior como um compromisso social e em respeito aos princípios constitucionais. Sala de Sessões do COU. Saudações Universitárias. Erneldo Schallenger - Reitor da UNIOESTE e Presidente do Conselho Universitário". Ficou deliberado, também, que esta nota deverá ser encaminhada à Assessoria de Imprensa da UNIOESTE, aos Presidentes das Associações Comerciais e Industriais, à Imprensa Regional, aos Deputados Estaduais e ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Prof. Luiz Gonzaga de Andrade, Secretário dos Conselhos Superiores da UNIOESTE, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.


 Luiz Gonzaga de Andrade

 Roseli Silma Scheffel.

 Gilmar José de Souza

 Flávia M. Wammes

 Elias Marques Bencubone

 João Leijon

 Arnaldo Schallenger


ANEXO 05- ATA Nº 002/2001-COU



unioeste

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Rua Universitária, 1619 - Fone: (0**45) 220-3000 - Fax: (0**45) 225-4590

Jardim Universitário - Cx. P. 000801 - CEP 85814-110 - Cascavel - Paraná

REITORIA

1 Ata n.º 002/2001 - COU

2 Aos onze dias do mês de abril de dois mil e um, no Campus de Foz do Iguaçu, reuniu-se,

3 extraordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência da Reitora, Liana Fátima

4 Fuga, presentes os seguintes Conselheiros: Adilson Pasini, Almabrouk Mansor Abogderah,

5 Ana Carla Marques da Silva, Artur Rodrigo de Mattos, Áurea Inês Theisen, Carmem Elisa

6 Henn Brandl, Cláudio Mioranza, Deise da Silva Guttierres, Edison Barbosa da Cunha,

7 Eliandro Cereso Avancini, Gilmar Henrique da Conceição, Idvani Valéria Sena de Souza,

8 Izolete Maria Aparecida Nieradka, Jussara Margarida Wammes, Kleber Farinazo Borges,

9 Liliana Marilene Wespianski Cwickla, Luiz Telmo da Silva Auler, Luciana Vargas Netto

10 Oliveira, Martha Ribeiro Parahyba, Marco Antônio Sena de Souza, Moacir Piffer, Nivaldo

11 Missio Sôtel, Paulo Sérgio Wolff, Ricardo Rocha de Oliveira, Ricardo Silveira Martins,

12 Sérgio Moacir Fabríz, Sílvio Luís Faés e Vera Lúcia Martins. **Primeira Parte - Expediente.**

13 Item 1.01 - Aprovação da Ata n.º 001/01-COU, da reunião ordinária do dia 20/03/01.

14 Colocada em aprovação, foi ela aprovada, com emenda, por unanimidade de votos dos

15 Conselheiros. Item 1.02 - Comunicação. A Presidente, ao abrir a sessão, cumprimentou a

16 todos e fez as seguintes comunicações: 1) Que estava recebendo uma Comissão de alunos do

17 Curso de Enfermagem, Campus de Foz do Iguaçu, que reivindicava a Construção do

18 Laboratório de Biotecnologia, pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em cumprimento

19 ao acordo firmado pela Unioeste e essa Prefeitura. 2) Que, em resposta aos Estudantes, está

20 sendo elaborada uma Proposta de Regulamentação das Extensões pela PRG". A Conselheira

21 Izolete Maria Aparecida Nieradka colocou que, primeiramente, o Campus de Foz deverá

22 formalizar consulta junto ao Centro, em Cascavel, para verificar se o Curso deverá ter

23 continuidade ou se ele se extinguirá com a formatura da primeira turma; que, após a

24 formalização, serão tratados os acertos a respeito de verbas. O Conselheiro Paulo Sérgio

25 Wolff distribuiu nota de esclarecimento sobre recursos orçamentários da Unioeste na

26 Plenária desta Reunião. A Presidente, após as discussões afetas ao documento, colocou que

27 os Diretores-Gerais de Campi participaram da elaboração do documento visando à

28 distribuição das verbas para seus Campi, de acordo com as suas necessidades. Finalmente,

29 com respeito à solicitação do D.C.E. do Campus de Foz do Iguaçu, os Conselheiros, por

30 unanimidade, decidiram que o Pró-Reitor de Graduação, o Centro de Ciências Biológicas e

31 da Saúde e o Campus de Foz do Iguaçu, juntos, deverão elaborar Projeto para encaminhá-lo

32 ao COU, em reuniões vindouras, para apreciação e deliberação. **Segunda Parte - Ordem do**

33 **dia.** Item 2.01 Apreciar e deliberar sobre Regulamento do Concurso Vestibular de Inverno e

34 da Tabela de Cursos e Vagas. C. R. n.º 2860/01, de 27/03/01. O Pró-Reitor de Graduação,

35 Professor Edson Belo Clemente de Souza, com a autorização dos Conselheiros, relatou o

36 processo, que, ao ser apreciado, foi aprovado por maioria absoluta de votos. Item 2.02

37 Apreciar e deliberar sobre Proposta de Cronograma de Execução do Vestibular de Inverno.

38 C. R. n.º 2957/01, de 05/04/01. O Pró-Reitor de Graduação, Professor Edson Belo Clemente

39 de Souza, com a autorização dos Conselheiros, relatou o processo, que, ao ser apreciado, foi

40 aprovado por unanimidade. Item 2.03 Apreciar e deliberar sobre Previsão Orçamentária do

41 Concurso Vestibular de Inverno/2001. C. R. n.º 2958/01, de 05/04/01. O Diretor de

42 Concursos, Professor Carlos Alberto Piacenti, com a autorização dos Conselheiros, relatou o

43 processo que, ao ser apreciado, foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro Eliandro

